

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BEZALIEL ALVES OLIVEIRA JUNIOR

**OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA:
Itinerários e lógicas do engajamento político de líderes pentecostais da Igreja
Assembleia de Deus em Imperatriz-MA**

Imperatriz
2021

BEZALIEL ALVES OLIVEIRA JUNIOR

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA:

Itinerários e lógicas do engajamento político de líderes pentecostais da Igreja

Assembleia de Deus em Imperatriz-MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Instituições, Construções e Reprodução Social das diferenças: Educação, Poder, Sociabilidade, Ações Coletivas e Representações Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Wheriston Silva Neris

Coorientador: Prof. Dr. Moab César C. Costa

Imperatriz
2021

Junior, Bezaliel Alves Oliveira.

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: Itinerários e lógicas do engajamento político de líderes pentecostais da Igreja Assembleia de Deus em Imperatriz-MA / Bezaliel Alves Oliveira Junior. - 2021.

108 p.

Coorientador(a): Professor. Dr. Moab Cesar Carvalho Costa Costa.

Orientador(a): Professor. Dr. Wheriston Silva Neris Neris.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia/ccsst, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz- MA, 2021.

1. Assembleia de Deus. 2. Itinerário. 3. Política.
4. Religião. I. Costa, Professor. Dr. Moab Cesar Carvalho Costa. II. Neris, Professor. Dr. Wheriston Silva

BEZALIEL ALVES OLIVEIRA JUNIOR

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA:

Itinerários e lógicas do engajamento político de líderes pentecostais da Igreja

Assembleia de Deus em Imperatriz-MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: ____/____/2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris (Orientador)
PPGHIST-UEMA

Prof. Dr. Moab Cesar Carvalho Costa (Coorientador)
UEMASUL

Prof. Dr. David Mesquiati de Oliveira (Membro Externo)
PPGCR-UNIDA

Prof. Dr. Rogério Carvalho Veras (Membro Interno)
PPGS-UFMA

Ao meu pai, Bezalíel Alves Oliveira, que embora não tenha passado pelo espaço acadêmico, trabalhou arduamente e sempre me incentivou para leitura. Ele dizia: “meu filho, inclina-te para o mundo do conhecimento e não terás desprazer um dia se quer na tua vida”.

AGRADECIMENTOS

O sentimento é de inteira gratidão a Deus, o autor e consumidor da vida, e aos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a edificação deste trabalho. Uma proposta desta envergadura não seria possível sem ajuda e participação de muitos. Alguns, mesmo sem se dar conta, tiveram participação nesse processo de construção do conhecimento.

Agradeço à minha esposa, Ângela Karina Pimentel Costa Oliveira, pelas correções e leituras de alguns textos, também pela paciência e compreensão.

Ao meu filho, Pedro Gael, que ao longo da jornada se tornou uma de minhas inspirações.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA), os mais sinceros agradecimentos, representada por todos os professores que foram fundamentais na partilha do conhecimento.

Ao professor Dr. Jesus Marmanillo Pereira, que coordenou o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Campus Imperatriz, que sempre se colocou à disposição para ajudar.

Ao Grupo de Estudo e pesquisa MensMemini: Religião, Memória e Trajetória, liderado pelo professor Dr. Rogério Carvalho Verás, pelas orientações de leituras, correções e oportunidade de diálogo em nossos encontros.

Ao meu coorientador, Dr. Moab César C. Costa, que desde a Graduação me incentiva à pesquisa e extensão.

Ao Prof. Dr. Wheriston Silva Neris, que aceitou o desafio da orientação deste trabalho, e assim fez com toda atenção, paciência e excelência, meu eterno sentimento de gratidão. Quando desanimava no processo de escrita, suas orientações chegavam como estímulo, fazendo-me entender o quanto ele acreditava ser possível o refinamento do trabalho.

Aos pastores e líderes políticos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus na cidade de Imperatriz, através de conversas informais, entrevistas, orientações e muitos materiais sobre a proposta da pesquisa, outro grupo essencial, sobretudo, nas minhas experiências desafiadoras em campo. Todos vocês somaram para a realização e concretização desse relatório de pesquisa.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as carreiras e lógicas individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (IEADI) em Imperatriz, Maranhão, que se notabilizaram pelos seus investimentos nos espaços e instâncias convencionais da política, tais como partidos e eleições. Trata-se, de apreender as dinâmicas de produção da participação política com foco sobre as credenciais, as competências e os recursos sociais e simbólicos considerados necessários para tanto. Desse modo, para tentar captar as modalidades, processos e condicionantes do engajamento político e religioso desses agentes, recorreremos a estratégias metodológicas variadas: exploração de canais e redes sociais utilizadas pela organização religiosa; documentos institucionais e representações produzidas pela própria instituição a respeito do seu passado; participação em convenções e acompanhamento dos debates a respeito da escolha dos candidatos chancelados pela instituição e, fundamentalmente, a realização de entrevistas com agentes notabilizados na região por seus investimentos e passagens entre o espaço religioso e a política na IEADI-MA. A presente dissertação está dividida em três capítulos interdependentes. No primeiro, com base na bibliografia disponível a respeito, lançamos um olhar sobre a questão das relações entre religião e política no Brasil, com foco nas mutações das estratégias da presença pública e política das igrejas pentecostais. Em um segundo momento, acompanhamos o processo de institucionalização da Igreja Assembleia de Deus no Brasil e no Maranhão, recorrendo tanto a pesquisadores que investigam o tema, quanto a intérpretes e intelectuais da instituição, cujos trabalhos analisam o processo de inscrição no espaço recortado. O último capítulo, por seu turno, examina as estratégias institucionais, a relação da instituição com partidos, os perfis e as percepções de lideranças que se notabilizaram pelo seu investimento e/ou envolvimento com o espaço político. Ao longo da dissertação, intencionamos demonstrar como essa questão mais geral a respeito das modalidades de participação política dos evangélicos pode ser observada a partir de um contexto mais local e específico. Nesse ambiente, retrata-se a um só tempo, a forte penetração do segmento evangélico junto às classes populares e as variações conjunturais, organizacionais e pessoais que afetam as condições de participação política no contexto em pauta.

Palavras-chave: Política. Itinerário. Religião. Assembleia de Deus.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the careers and individual logics of political engagement of leaders of the Evangelical Church Assembly of God (IEADI) in Imperatriz - Maranhão, who were notable for their investments in conventional spaces and instances of politics, such as parties and elections. It is, then, about trying to apprehend the production dynamics of political participation with a focus on the credentials, competences and social and symbolic resources considered necessary for that. Thus, to try to capture the modalities, processes and conditions of the political and religious engagement of these agents, we resorted to varied methodological strategies: exploration of channels and social networks used by the institution; institutional documents and representations produced by the institution regarding its past; participation in conventions and monitoring of debates regarding the choice of candidates approved by the institution and, fundamentally, conducting in-depth interviews with agents renowned in the region for their investments and transitions between the religious and political spheres within the IEADI/MA. Thus, this dissertation was divided into three interdependent chapters. In the first, based on the available bibliography on the subject, we look at the issue of the relationship between religion and politics in Brazil with a focus on changes in the public and political presence strategies of Pentecostal Churches. In a second moment, we sought to monitor the institutionalization process of the Assembly of God Church in Brazil and Maranhão, using both researchers who have been investigating the topic, as well as interpreters and intellectuals from the institution, whose works analyze the registration process. in the cut-out space. The last chapter, in turn, examines institutional strategies, the institution's relationship with parties, and the profiles and perceptions of leaders who are notable for their investment and/or involvement in the political sphere. Throughout the dissertation, we intend to demonstrate how this more general issue regarding the modalities of political participation of evangelicals can be observed from a more local and specific context, which at the same time refracts the strong penetration of the evangelical segment with the popular classes, at the same time that they depend on conjunctural, organizational and personal variations that affect the conditions of political participation in the context in question.

Keywords: Politics. Itinerary. Religion. Assembly of God.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	- Assembleia de Deus.
ANPOCS	- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.
CCB	- Congregação Cristã do Brasil.
CEADEMA	- Convenção Estadual das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Maranhão.
CGADB	- Convenção Geral Das Assembleias de Deus do Brasil.
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
COMADESMA	- Convenção dos Ministros das Igrejas Evangélicas no Maranhão.
CPAD	- Casa Publicadora das Assembleias de Deus.
DEM	- Democratas.
EBD	- Escola Bíblica Dominical.
EBJ	- Escola Bíblica de Jovens.
EUA	- Estados Unidos da América.
FPE	- Frente Parlamentar Evangélica.
IADESL	- Igreja Evangélica Assembleia de Deus de São Luís.
IBADI	- Instituto Bíblico das Assembleias de Deus de Imperatriz.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.
IEADI	- Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Imperatriz.
IEQ	- Igreja Evangélica Quadrangular.
IPDA	- Igreja Pentecostal Deus é Amor.
IURD	- Igreja Universal do Reino de Deus.
LGBTQIA+	- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, todas as diversidades e possibilidades de orientação sexual.
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil.
PDC	- Partido Democrata Cristão.
PDS	- Partido Democrático Social.
PEC	- Proposta de Emenda Constitucional.
PFL	- Partido da Frente Liberal.
PIBPA	- Primeira Igreja Batista do Pará.
PL	- Projeto de Lei.
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PP	- Partido Progressista.
PRB	- Partido Republicano Brasileiro.
PROS	- Partido Republicano da Ordem Social
PSC	- Partido Social Cristão.
PSDB	- Partido Social da Democracia Brasileira.
PT	- Partido dos Trabalhadores.
PTB	- Partido Trabalhista brasileiro.
RCC	- Renovação Carismática Católica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Desnaturalizando as relações do pesquisador com seu campo	14
1.2 Sobre a experiência da realização de entrevistas com o universo pesquisado	17
1.3 Estrutura do relatório de pesquisa	19
2 RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL COMTEMPORÂNEO: elementos para compreensão da atuação evangélica na política brasileira	21
2.1 Os evangélicos e a política na ditadura militar	21
2.2 Abordagens sociológicas da atuação dos pentecostais na política brasileira	24
2.3 A bancada evangélica, crise política e a onda conservadora	36
3 A CHEGADA DO PENTECOSTALISMO NO BRASIL: gênese, institucionalização e inscrição na cidade de Imperatriz-MA	43
3.1 Fontes institucionais para a reconstrução da história da instituição	43
3.2 Institucionalização da Igreja Assembleia de Deus no Brasil	48
3.3 As Assembleias de Deus em uma região de fronteira maranhense	54
3.4 Estruturação e modos de recomposição organizacional da Assembleia de Deus	59
4 ASSEMBLÉIA DE DEUS E A POLÍTICA EM IMPERATRIZ: estratégias institucionais, critérios de seleção e percepções subjetivas de lideranças locais	66
4.1 Critérios de Seleção e perfis sociais de lideranças da Assembleia de Deus	66
4.1.1 Dos Plebiscitos aos Candidatos Oficiais: notas sobre o papel do Conselho Político	67
4.1.2 Perfis Sociais e carreiras políticas de lideranças religiosas	72
4.2 Partidos e candidaturas de lideranças da Assembleia em pleitos recentes	73
4.2.1 O Projeto PROS e a construção de um projeto de unificação política	73
4.2.2 Projeto institucional e candidaturas recentes (2016-2020)	77
4.3 Percepções Subjetivas Dos Agentes Políticos da IEADI	83
4.3.1 Percepção da instituição em relação a partidos políticos	85
4.3.2 Das estratégias e trabalho do voto na igreja	88
4.3.3 Dos desafios que os candidatos do sexo feminino enfrentam no campo político	88

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
ANEXO 01 – Modelo da entrevista de Pesquisa de Campo	100
ANEXO 02 – Projeto de Unificação Política	102
ANEXO 03 – Candidatos aprovados para o Plebiscito em 10-06-2007	105
ANEXO 04 – Candidatos aptos a concorrer eleições pelo PROS	106
ANEXO 05 – Imagens	107

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma investigação que se insere na temática das interseções e trânsitos de fronteiras entre o espaço religioso e o político no Brasil, tendo como foco principal, a análise das carreiras, trajetórias e percepções de agentes religiosos da Igreja Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI), que se notabilizaram pelo investimento e/ou ocupação de cargos eletivos nos últimos anos. As questões que nortearam a pesquisa foram: quais as estratégias políticas da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Imperatriz-MA? Como ela se configura no campo político na cidade? Esse problema foi avaliado a partir das percepções subjetivas de lideranças religiosas destacadas pelo engajamento no espaço político local.

A escolha da instituição IEADI se justifica pelo seu passado e presente, uma história marcada pelo crescimento proporcional ao desenvolvimento da cidade. A IEADI se tornou representante no seu campo, no tocante ao pentecostalismo, desempenhando importante papel ao moldar hábitos e ao exercer influência no campo político. Recorrendo à vasta bibliografia que tem sido produzida nos últimos anos a respeito dessa dinâmica, notadamente no campo evangélico (ORO, 2011; MONTEIRO, 2009; GIUMBELLI, 2004), mas não somente, busca-se apreender essas dinâmicas em um contexto local, representado pelo município de Imperatriz-MA e atento às especificidades contextuais, às dinâmicas históricas e organizacionais da referida denominação, bem como aos condicionantes pessoais que presidem as lógicas simultaneamente individuais e coletivas que perpassam os processos de politização religiosa no Brasil.¹

Há uma mudança nas estratégias de atuação política de evangélicos no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, e, sobretudo, tendo em vista o reiterado papel de protagonismo assumido pelos evangélicos nas eleições mais recentes no país. (ALMEIDA, 2019; AYRES, 2019; BURITY, 2018). Certo disso, no final das eleições em 2018, os deputados que representavam os evangélicos, lançaram o *Manifesto à Nação*, simbolizando suas intenções frente aos estados brasileiros. Além das pautas em defesa da preservação dos valores cristãos e “defesa da família”, o documento se mostrou alinhado ao sistema econômico liberal e

¹ Essa interseção entre os pentecostais e o espaço político, traduziu-se em duas vertentes analíticas para a explicação das relações entre religião e política. A primeira estabelece um contato entre a “agenda moralista” dos políticos pentecostais com o movimento da Maioria Moral em relevo nos EUA, classificando-o como a novadireita brasileira cristã. A segunda perspectiva ambiciona perceber as causas da politização desses segmentos na relação de força entre o campo político e religioso, pondo em questão a ideia de que a doutrina pentecostal só pode fomentar ações políticas de ordem conservadoras (PIERUCCI, 1989, p. 175).

manifestou apoio à reforma econômica em curso. O manifesto é basicamente composto por quatro eixos, onde os iniciais estão ligados à reforma do Estado e da economia, e os demais, bem como o último, estão ligados à educação, com críticas ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que segundo eles, aparelharam a educação em todos os níveis educacionais com doutrina ideológica da esquerda.

Outro fator interessante, refere-se à compreensão da participação dos evangélicos na base do governo. Embora Bolsonaro se autodeclare cristão, identificava-se como católico até 2016, quando apareceu em uma gravação sendo batizado no rio Jordão, em Israel, por um pastor da Assembleia de Deus, Everaldo Dias Pereira. Desde esse momento, passou a se aproximar das igrejas evangélicas na corrida presidencial. Sobre a participação no governo, havia seis nomes de evangélicos no primeiro escalão do governo federal:

A pastora pentecostal Damares Alves ganhou a direção do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o Ministério da Casa Civil foi ocupado pelo luterano Onyx Lorenzoni; Ministério do Turismo é conduzido pelo membro da Igreja Maranata, Marcelo Álvaro Antônio; o ministro da Advocacia Geral da União é o pastor presbiteriano André Luiz Mendonça; o ministro-chefe da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, é um batista; Ministério da Educação é chefiado pelo Pr. protestante Milton Ribeiro. (REVISTA VEJA, 2019, p.38).

Do número de pastas ministeriais que estruturam o governo federal, os evangélicos ocupam pastas consideráveis, sendo que os pentecostais ocupam os mais variados cargos e postos de confiança, considerados estratégicos para o atual governo. Nesse sentido, é importante pensar no papel que essas igrejas exerceram no processo de eleição do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro. Ainda resta muito por conhecer a respeito das bases, condicionantes e processos em contextos locais mais específicos, cuja escala de observação pode enriquecer a compreensão das dinâmicas mais gerais que se tem observado.

Tendo por base um referencial empírico situado, a pesquisa recorre a dispositivos metodológicos variados, tais como: exploração de interpretações acadêmicas e institucionais sobre a instituição em pauta; manifestações públicas de profissionais políticos da igreja; convenções e debates internos a respeito dos representantes selecionados e dos critérios de seleção empregados; pesquisas em redes sociais e canais de divulgação pública; e, a realização de entrevistas em profundidade com agentes religiosos notabilizados pelo seu engajamento no espaço político convencional. Trata-se de captar tanto os mecanismos de filtragem, seleção e preparação dos agentes destinados a exercer essas funções de mediação religiosa e política, quanto as percepções subjetivas que esses agentes têm sobre si, sobre a instituição e sobre o lugar que ela ocupa no espaço público.

Nessa perspectiva de investigação, o interesse renovado sobre o papel das religiões na ação social, política e/ou pública, suscita o cruzamento de debates entre problemáticas do campo da História, da Sociologia e da Ciência Política, o que permitirá compreender que a presente pesquisa situe sua contribuição em uma grade de leitura interdisciplinar, e nos sentimos autorizados a dialogar também com autores fora dos limites clássicos da sociologia da religião. Da mesma forma, evitamos uma abordagem estritamente institucional das religiões, centrada sobre o modo como estas definem suas estratégias de presença no mundo. Não é outra a razão pela qual optamos por colocar o acento também sobre as dimensões mais individuais, sobre os processos de socialização, adesão religiosa processual e as percepções subjetivas que esses agentes manifestam sobre si e sobre a sua própria instituição. Isto que parece ser uma das principais contribuições recentes dos trabalhos sobre a sociologia política das instituições (GRILL; SEIDL, 2017; NERIS, 2014).

A pesquisa teve a intenção também de fazer um balanço da participação pentecostal no processo de construção da democracia no Brasil. Para isso, inclinamos nosso olhar para a participação dos evangélicos na ditadura militar, ainda que velada, e em seguida, para as eleições da Constituinte de 1986, momento importante para a mudança de atitude desses agentes políticos (FREESTON, 1993; PIERUCCI, 1996; BAPTISTA, 2007). É importante esclarecer que no Brasil o termo “evangélico” inclui tanto as denominações históricas (Luterana, Presbiteriana, Metodista, Batista, etc.), quanto as pentecostais e neopentecostais (Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Evangelho Quadrangular, Universal do Reino de Deus, etc.). Dito isso, nosso interesse está em perceber a forma como esse segundo grupo passou a interagir na política brasileira. O foco estará nas Assembleias de Deus, que hoje conta com cerca de 15 milhões de fiéis e domina o campo pentecostal brasileiro.

1.1 Desnaturalizando as relações do pesquisador com seu campo

Talvez um dos aspectos mais desafiantes de uma pesquisa como esta derive dos desafios de auto objetivação e de reflexão sobre as relações mantidas com o próprio domínio de investigação. Nenhuma dúvida quanto ao fato de reencontrarmos aqui os riscos e benefícios derivados da dupla condição de pesquisador e participante do próprio universo pesquisado, os quais podem assumir tanto o formato de uma sociologia cúmplice, leal e favorável, quanto aquela que dá vazão a pulsões reprimidas, perversas e aos ajustes de conta. (BOURDIEU, 2015, p.25). Sem poder superar todos os vieses interpretativos dessas possibilidades, visto que também dependem de processos inconscientes, o principal instrumento que temos para

controlá-los é o da explicitação e análise da própria pertença religiosa. Com efeito, o primeiro e mais evidente aspecto a ser explorado deriva das relações que o pesquisador tem com a igreja evangélica na cidade de Imperatriz. A subjetividade de quem pesquisa, e sua relação com o objeto de pesquisa, é um fato recorrente e bem marcante nas discussões sobre metodologia nas Ciências Sociais. (CONCEIÇÃO, 2016, p.42).

Em 2013, ao iniciar a graduação em História, as oportunidades se ampliaram ao perceber as ricas áreas de pesquisa e reflexões, bem como a interdisciplinaridade entre a história e as demais ciências. A matéria religião sempre despertou interesse em mim, reforçando o ímpeto de aprofundamento dos estudos nessa área de pesquisa. Passo seguinte, entendia que seria necessário selecionar, nesse vasto campo, um objeto que tivesse relevância acadêmica, além da possibilidade da realização desse empreendimento sistemático a partir de um trabalho de campo. Para minha surpresa, em conversa com colegas, professores e lideranças políticas institucionais, percebi que minhas experiências pessoais de pertença à instituição Assembleia de Deus na cidade de Imperatriz poderiam subsidiar a formulação de uma proposta de investigação.

A instituição analisada é a igreja onde tive meu processo de socialização religiosa e onde minha família atua, parte dos quais, tendo chegado a exercer a posição de pastores na cidade de Imperatriz. Entretanto, entender e tomar a instituição como campo de estudo, onde o pesquisador viveu grande parte das suas experiências religiosas, não foi um processo simples. A começar, empreender uma pesquisa dessa envergadura suscita o desafio de refletir sobre o nosso próprio grau individual de envolvimento, com todos os obstáculos oriundos da tentativa de desfamiliarização e desnaturalização do mundo social. Aqui, sem dúvida, encontra-se um poderoso obstáculo epistemológico. Seja como for, o presente trabalho resulta do esforço por olhar para a instituição não somente como nativo do campo, como também um lugar de outras possibilidades. Foi nesse movimento de dupla inserção, aspirante ao campo científico e também nativo, que as percepções acerca da irrupção da denominação no meio político, brotaram.

Em 2014 surgiu a primeira oportunidade de compreender um pouco mais a lógica dessa relação entre a IEADI e o campo político. Foi o ano em que o pastor presidente da Convenção das Assembleias de Deus no Sul do Maranhão (COMADESMA), organização que arregimenta todos os pastores das Assembleias de Deus da região tocantina, pastor José Alves Cavalcante², candidatou-se a deputado estadual. Mesmo não sendo eleito, a partir deste

² José Alves Cavalcante é pastor evangélico. Nasceu no dia 25 de abril de 1960, na cidade de Coroatá (MA). Filiado ao PROS, Pastor Cavalcante foi eleito nas urnas de 7 de outubro de 2018 com 29.366 votos. Atualmente,

momento, o projeto político da instituição ganhou relevo. Nas eleições municipais de 2016, o pesquisador foi convidado para fazer parte da pasta que representava a juventude do partido com outros jovens considerados influentes, somando ao grupo de pastores que organizou o novo partido político que a denominação disputaria as eleições. A IEADI conseguiu se articular no campo religioso e elegeu duas cadeiras no legislativo da cidade naquele pleito, ocupadas por Maura Barroso e Irmã Telma,³ ambas agentes do campo, eleitas com maior número de votos pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS).

Dois anos depois, nas eleições estaduais de 2018, o projeto de 2014 foi retomado na região Tocantina com a COMADESMA no vácuo da onda “moralizante” do candidato à presidência, Jair Bolsonaro. Nesse movimento, o presidente da convenção, Pastor José Alves Cavalcante, foi eleito para Deputado Estadual.

Em 2020 o convite para o pesquisador se repetiu para as eleições municipais, ampliando-se não apenas para compor a executiva do partido, representando a pasta da juventude, como também para ser pré-candidato e disputar as eleições no legislativo em Imperatriz. O que importa destacar disso é que essa experiência pessoal no universo considerado não deixa de ter pertinência para caracterizar as motivações que estiveram no ponto de partida para a proposição da presente pesquisa. Abaixo, segue uma notícia publicada no Jornal *O Progresso*, relatando o que estamos mencionando.

O PTB está se organizando para as eleições municipais de 2020, já com o time praticamente completo de pré-candidatos a vereador. Na noite desta quinta-feira, o partido inaugurou a sua sede, na rua Souza Lima, próximo da Floriano Peixoto, com a presença do deputado federal Pedro Lucas Fernandes, presidente estadual da sigla. É pretensão do PTB ficar numa posição de independência em relação à eleição majoritária, ou seja, não apoiar candidato a prefeito. Com isso seus candidatos a vereador ficariam livres para fazer suas campanhas sem atrelamento a candidato a prefeito A ou B. A legenda acredita que alcançará coeficiente eleitoral suficiente para eleger até três vereadores. O ex-vereador Esmerahdson de Pinho tem participado das reuniões do partido, mas ainda não se filiou. Além dele, há dois que já passaram pelo palácio Dorgival Pinheiro de Souza, Arnaldo Junior e Walmir Magalhães. Há como pré-candidatos, Mesac, Márcio Renê, Dias, Gilberto Belém, Rosa JK, Irmã Sandra, Zé do Povo, Célio Henrique, Gama Junior, Junior Bahia, João Paiva, Waci Freitas, Sheila da Saúde, **Bezaliel da UFMA**, Gilvan Lobão e possivelmente Lindaura (JORNAL O PROGRESSO, Acesso no dia 14/12/2019).

o deputado está filiado ao PTB. (Entrevista Concedida em 17 de fevereiro de 2021). Já à frente da Convenção, ocupou cargos de confiança do Estado do Maranhão, como capelão da Polícia Militar.

³ Irmã Telma, foi candidata ao cargo de vereadora em Imperatriz-MA pelo PROS, sendo eleita em 2016. Nas eleições de 2020, por conta de litígios internos, a mesma migrou para o AVANTE. Natural de Codó-MA, Maria Telma de Sousa Rocha Silva nasceu em 24/12/1961 e tem 59 anos. (Entrevista concedida em 15 de abril de 2021). Maura Barroso, candidata ao cargo de vereadora em Imperatriz-MA pelo PROS em 2016 e 2020. Atual presidente municipal do partido. Natural de Irituia-PA, Maura Rogéria Rodrigues Barroso Santos nasceu em 05/02/1966 e tem 55 anos. (Entrevista concedida em 28 de março de 2021).

Fazer parte da instituição, estar envolvido em rodas de conversas informais, participar de reuniões de liderança e reuniões políticas, possibilitou mais familiaridade na inserção em campo. Nessa perspectiva, uma preocupação corrente passou a ser a da capacidade para exercitar a vigilância epistemológica (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p.14), não apenas quanto à minha pertença religiosa, como também sobre a maneira como concebia tão “naturalmente” essa passagem entre o universo religioso e o político.

1.2 Sobre a experiência da realização de entrevistas com o universo pesquisado

Para a seleção dos entrevistados, foram priorizados aqueles pastores e lideranças nominalmente vinculadas à igreja, que se destacavam por sua atuação direta no campo da política. Foram realizadas sete entrevistas, considerando-se o período pandêmico e as restrições decorrentes. Além destes, também foram incluídas lideranças do universo religioso que, a despeito de não transitarem por esse espaço oficialmente, não deixam de ter influência decisiva, quer sobre aqueles que assumem o papel de mandatários institucionais, quer sobre lideranças políticas de outras esferas sociais ou no espaço público mais amplamente considerado. Com essa perspectiva, entrevistamos o atual deputado e pastor Presidente da Convenção COMADESMA, José Alves Cavalcante. Trata-se do líder maior e centralizador do projeto político que a IEADI/COMADESMA tem atualmente.

A entrevista com o atual Deputado foi realizada por telefone, com cerca de 2 horas de duração. Paugam (2015) destaca as vantagens desse instrumento de coleta de dados para pesquisas qualitativas:

Pesquisa por telefone permite beneficiar-se da intervenção de um pesquisador, reduzindo os custos do próprio levantamento de dados e contornar notadamente certos problemas ligados à eventual dispersão geográfica dos pesquisados. Lá ainda é possível registrar diretamente as respostas no computador (trata-se do método Cati: *Computer Assisted Telephone Interview*), o que reduz os custos de digitalização e diminui os riscos de erros por ocasião do registro definitivo dos dados. (PAUGAM, 2015, p.87).

No início fiquei receoso, pensando na qualidade da entrevista, pois, no meu entendimento, a entrevista face a face (presença física do entrevistado), era a melhor possibilidade de se obter dados mais completos. Entretanto, essa experiência mostrou novas possibilidades, reduzindo gastos e tempo, e proporcionou farto material para análise.

Outra entrevista considerada importante foi realizada com o pastor José Mário Célio Henrique, secretário político da convenção, natural de Fortaleza-Ceará. Desde sua chegada à Imperatriz, envolveu-se ativamente no relacionamento que a IEADI tem com o campo político.

Pastor Célio, por ter trabalhado alguns anos nos arquivos das Assembleias de Deus (AD) localizado no Templo Central, Sede das ADs em Imperatriz, encaminhou alguns materiais institucionais sobre a evolução histórica da IEADI e compartilhou sua experiência na militância política em relação às ADs na cidade. Pastor Célio é um dos principais articuladores políticos do deputado Cavalcante, estando à frente do projeto PROS de 2016, somando sua parcela de contribuição nas eleições estaduais de 2018, onde foi candidato a vereador e organizou o Projeto PTB em 2020. Hoje, ocupa a pasta de Secretário de articulação no governo do atual prefeito.

Entrevistamos também o professor Dr. Moab Cesar, do interior do Maranhão, natural de Bacabal. Ao se fixar em Imperatriz, sempre esteve envolvido com a instituição e ativo em relação ao cenário político da IEADI. Atuou como presidente do Conselho Político da igreja, organizou o plebiscito de 2007, foi candidato a Deputado Estadual em 2010 e anos mais tarde, a vereador.

Do Amarante do Maranhão, hoje residindo em Imperatriz, ouvimos também o pastor Wilson Dantas Ribeiro. Sua trajetória foi marcada pela atuação política. Pastor Wilson Dantas já foi candidato a vereador e em 2000 foi eleito vice-prefeito na cidade de Amarante-MA. Atualmente é secretário da Convenção e também do partido político em que a igreja estabelece relações políticas. O envolvimento no campo político em Imperatriz lhe rendeu o cargo de secretário adjunto, na segunda gestão do prefeito Assis Ramos.

Pastor Wilson Dantas é considerado um dos homens de confiança do atual presidente da Convenção e Deputado pastor Cavalcante. Wilson em Imperatriz sempre esteve envolvido na política municipal, ou apoiando candidatos da Igreja, ou sendo candidato, ou coordenando campanhas de outros, a exemplo 2014. Foi um dos coordenadores de campanha de Cavalcante em 2018.

Fomos recebidos no Templo Central das Assembleias de Deus em Imperatriz, pelo pastor Raul Cavalcante Batista, atual presidente da igreja de Imperatriz, o maior campo de Assembleias de Deus na cidade. Na entrevista, demonstrou alinhamento e apoio ao projeto político da Convenção. Pastor Raul é Major e Capelão da Polícia Militar do Estado do Maranhão, posição que exerce há alguns anos. Pastor Raul nunca foi candidato cargo eletivo, apenas alguns de seus filhos.

As últimas entrevistas foram feitas a dois candidatos a vereadores, um é filho do pastor Raul, o presbítero Raul Cavalcante II, que na oportunidade das eleições em 2020 seguiu uma proposta paralela. Convidado para assumir a presidência de outra sigla (AVANTE), saiu candidato por um projeto extraoficial e não obteve êxito.

Por último, a entrevista com Sandra Matos Silva. Com a nova regulamentação eleitoral que obrigou os partidos a terem 30% de candidatas a vereadoras em seus quadros, a irmã Sandra Matos concorreu com mais seis mulheres ao cargo. A escolha da Irmã Sandra se deu pelo fato dela ser a secretária da pasta da mulher na provisória do PTB em Imperatriz, e também por fazer parte das reuniões da executiva, o que possibilitou acesso à candidata.

A ex-vereadora Maura Barroso também foi ouvida, mas não coloquei seu nome no quadro de propriedades sociais pelo fato de entrevista-la após o fechamento da proposta das entrevistas. Maura fez parte do projeto PROS em 2016, sendo eleita vereadora, e contribuiu com informações estratégicas sobre o itinerário e lógicas políticas da igreja na cidade e região.

1.3 Estrutura do relatório de pesquisa

Com efeito, o presente trabalho encontra-se dividido em três momentos. No primeiro, discutimos as reconfigurações das formas de atuação pública das igrejas pentecostais, com particular atenção à forma como o tema foi debatido no campo das Ciências Sociais e Humanas. Mais do que um estado da arte, o que importa nesse sentido é delimitar os contornos de um campo de estudos que levanta questões pertinentes à presente investigação, e no qual poderão ser localizadas as principais referências teóricas e empíricas que inspiraram o presente trabalho.

Os trabalhos que serão utilizados como aporte bibliográfico neste capítulo, bem como no curso da dissertação, foram escolhidos pela pertinência ao tema da intersecção dos pentecostais no campo político, pela tratativa em relação ao estreitamento entre religião e política e pelas questões que cada teórico analisado levanta, ao explicar o envolvimento dos pentecostais nas disputas políticas eleitorais.

O segundo capítulo tem a intenção de construir o espaço de análise recortado, dando ao leitor, condições de compreender não apenas como se deu o processo de institucionalização da Igreja Assembleia de Deus no Brasil, como também no Maranhão e na cidade de Imperatriz, localizada no interior do referido estado. Considerando que as principais fontes de pesquisa para realização dessa enquete retrospectiva são oriundas do próprio universo religioso e de publicações recentes no campo acadêmico, caracterizamos esses diferentes materiais através de um estudo de caso baseado nas referências disponíveis. (COSTA, 2017; MOTA, 2013; SOUSA, 2010; CONDE, 1960; ALVES, 2010).

O terceiro capítulo aborda dois eixos fundamentais para compreensão das lógicas que presidem os trânsitos entre o universo religioso e o político no espaço social considerado.

A começar pelas estratégias adotadas pela instituição em pauta para controle, recrutamento e seleção dos agentes encarregados de assumir tarefas de representação em instâncias convencionais da política. Na sequência, abordamos o perfil social dos agentes que aceitaram fazer entrevistas e problematizamos as percepções subjetivas que os mesmos manifestam sobre a participação política da igreja no atual contexto.

2 RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: elementos para compreensão da atuação evangélica na política brasileira

O objetivo deste capítulo é explorar algumas das principais questões presentes na bibliografia produzida recentemente no espaço acadêmico brasileiro a respeito das modalidades de atuação política das igrejas evangélicas e seus impactos sobre o espaço público. Como se trata de questão que atravessa diversas disciplinas, recorreremos tanto a autores do campo historiográfico, quanto da Sociologia, Antropologia e Ciência Política, para oferecer os contornos concretos que demarcam as principais questões debatidas no atual contexto.

Como visto, o marco da discussão sobre o tema se conecta diretamente à alteração na própria forma como os designados “evangélicos” passaram a entender a questão do envolvimento com a política, de uma situação de franca aversão para outra, de adensado engajamento. Esse processo desdobrado não pode, entretanto, ser considerado como um processo homogêneo e unidirecional, com o que se justifica, desde já, a opção pelo uso do termo evangélico entre aspas. Trata-se de ser cauteloso quanto aos riscos de imprecisão a que se submete o próprio termo, visto que apesar de ter adquirido progressivamente certa estabilidade científica para designar o pertencimento a uma série de denominações cristãs surgidas com a Reforma Protestante ou descendentes da mesma (ALMEIDA, 2016), seu uso não apenas passou a substituir o emprego corrente de outras formas de classificação como “crente” e “protestante”, como também se submete a uma série de julgamentos valorativos no atual contexto.

Neste capítulo, o uso dessa categoria e o processo de reconstituição de parte da história dos referentes que pretende designar (instituições, atores, processos), não pode ser cotejada sem que se reconheça que “tal definição não compreende a diversidade dos que se autodeclaram evangélicos, tanto de fiéis como de lideranças religiosas e políticas”. (ALMEIDA, 2016, p.06). É uma justificativa razoável para compreender como em um universo heterogêneo, como o que está em pauta, as diferentes instituições e atores sociais se auto definem e compreendem as relações entre religião e política.

2.1 Os evangélicos e a política na ditadura militar

Entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil passou por um processo histórico em que a nação foi governada por um regime militar, no qual as forças armadas assumiram várias áreas do espaço público por 21 anos. Neste período, os evangélicos constituíam uma pequena parte da população, mas já se articulavam e deixavam seu “absenteísmo” em relação à política. A

tese do professor Adroaldo de Almeida (2016), *Pelo Senhor Marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)*, ajuda a compreender a relação que os evangélicos tiveram com o governo militar.

Com o desembarque da Igreja Católica do apoio aos governos militares, levado pelas mudanças recorrentes no interior da Igreja pelo surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e na perspectiva teológica da Teologia da Libertação, a instituição assumiu uma postura crítica ao regime. Os evangélicos aproveitaram esse movimento para ocupar o espaço deixado pela Igreja. (ALMEIDA, 2016, p.43). É a partir de 1968 que os evangélicos passam a demonstrar apoio mais intenso ao governo militar. Para constatar isso, basta observar os principais meios de comunicação de algumas instituições evangélicas da época, que exerciam notável influência na orientação política dos seus membros naquele tempo. Almeida (2016) destaca as igrejas e seus respectivos periódicos da época, como a Presbiteriana Independente, com o seu jornal *Estandarte*; Assembleia de Deus, com seu periódico *O Mensageiro da Paz*; a Igreja Batista, com o *Jornal Batista*; e, a igreja Metodista, com o *Jornal Expositor Cristão*. Essas igrejas foram as principais instituições evangélicas que passaram a ser mais contundentes na atuação no cenário político.

As Assembleias de Deus, a maior denominação pentecostal do Brasil, embora silenciosa nesse momento ímpar da nação, anos mais tarde, inclinou-se definitivamente ao apoio ao regime militar. Em um dos seus principais meios de comunicação, o *Jornal Mensageiro da Paz*, a instituição reforçava suas doutrinas e veladamente, apresentava algumas notícias sobre política, economia e assuntos de natureza secular. A princípio, com o golpe de 1964, houve um silêncio por parte das Assembleias de Deus em relação ao processo político que o momento vivenciava, silêncio que durou até 1967. Nada foi dito em relação à renúncia de Jânio Quadros, nem da deposição de João Goulart (Jango). A posição dos pastores assembleianos frente ao caos político que o país enfrentava era de discrição. Segundo Almeida (2016, p.108), em setembro de 64, o *Mensageiro da Paz* publicou seu primeiro material de cunho político desde sua fundação, com o título, *O cristão e as falsas ideologias*. Aparecia a preocupação com o avanço do “comunismo”, descrita como uma ideologia devastadora para o Brasil, além da crítica e combate aos professores materialistas que ensinavam acerca das doutrinas de Marx.

Em 1968, a historiografia brasileira registrou uma série de movimentos estudantis e grandes passeatas contra o regime e contra o decreto do Ato Institucional n. 5 (AI-5). As ADs se posicionaram a favor do regime militar, inclusive com incentivo das lideranças à participação dos fiéis frente as causas públicas. Em uma entrevista com Lewi Pethrus em 1968, um pastor

sueco que exercia forte influência na instituição no período, Pethrus destacou a importância do cristão na política, além de apontar as principais mudanças de comportamento que as ADs deveriam assumir, dentre elas: 1) aproximar-se das classes mais humildes e liderá-las; 2) envolver-se de forma prática na política partidária; 3) preocupar-se com todos os problemas humanos, não somente com os espirituais. (ALMEIDA, 2016, p.118).

Durante esse período, a denominação flexibilizou o antigo discurso que considerava desviante das questões religiosas o trato com as questões políticas, e sutilmente, começou a usar seus órgãos oficiais de comunicação para defender uma participação política mais ativa das Assembleias de Deus, especialmente em relação aos temas envolvendo moralidade. Certamente, essa mudança não foi a posição hegemônica das lideranças assembleianas e demais denominações evangélicas. A discussão gerava dissensão em torno do tema. O ponto é que em 1968 já havia deputados eleitos que transitavam e articulavam na instituição uma agenda política, e procuravam as mais diversas estratégias para a naturalização dessas questões, como Antônio Alves Teixeira (Assembleia de Deus em Belém) e Raimundo Gomes de Lima (Assembleia de Deus em São Luís). O resultado desse período foi uma maior articulação das igrejas evangélicas na política partidária, assumindo pautas ideológicas.

Após o período histórico da ditadura militar (1964 a 1985), houve uma reabertura, com novas eleições e a transição para o regime liberal-democrático. A Constituinte foi o meio para a compilação de uma nova Carta Magna que regeria esse novo momento democrático da nação. A Assembleia Constituinte (1987-1988) é considerada o ponto de irrupção dos pentecostais no campo político, porque é a partir desse momento que se percebe uma organização institucionalizada com o objetivo de eleger seus pares para o exercício da representação política no Congresso Nacional. (OLIVEIRA, 2020, p.18). Antes desse momento, o que se tinha eram candidaturas avulsas e isoladas, embora os principais meios de comunicação das denominações evangélicas já se posicionassem em algumas questões políticas. A participação dos membros, enquanto candidatos, também não era incentivada, atitude que mudou após a Assembleia Constituinte.

Em âmbito nacional, o “quadro de omissão política” dos pentecostais mudou após 1986 com a elaboração da nova Carta Constitucional. Lideranças das maiores frentes do pentecostalismo brasileiro se articularam, como as Assembleias de Deus e a Igreja Evangélica Quadrangular (IEQ). A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) teve também sua representação. (BAPTISTA, 2009, p.193). O novo projeto político dos evangélicos se concretizou com 33 deputados eleitos. A Assembleia de Deus se notabiliza, elegendo 13 deputados constituintes, estreando no sistema político, mostrando força e denotando a vontade

de se estabelecer nesse cenário. Esse movimento modificou o perfil das denominações pentecostais frente ao campo político. Até então, não se tinha uma organização institucional, objetivando a unidade entre os pentecostais com fins partidários. Surgem novos discursos para não mais se abster das discussões sociais e políticas, preservando as pautas morais a partir de projetos corporativos. Essa estratégia renderia captação de recursos financeiros, ocupação dos meios de comunicação e projeção de novas lideranças políticas, caracterizando um novo momento, que denominamos de “inserção dos pentecostais na política brasileira”.

Os pentecostais apresentavam um perfil de maior distanciamento em relação à política, caracterizando-a como negativa. O sutil apoio ao regime militar, “era um desvio funcional da igreja, focando somente na pregação/evangelização, fruto de uma visão apocalíptica e dispensacionalista”. (ALMEIDA, 2016). As Assembleias de Deus em Imperatriz, importante agente do pentecostalismo maranhense, resistiram nessa postura até o ano 2000, quando cedeu e fez a passagem para uma articulação aberta das questões político-partidárias.

2.2 Abordagens sociológicas da atuação dos pentecostais na política brasileira

Entre os anos de 1910 a 1982, apenas 5 deputados federais pentecostais foram eleitos, contra 94 protestantes. (FREESTON, 1993, p.197). A partir de meados da década de oitenta, impelidos pelo temor de que a Igreja Católica ampliasse seus privilégios frente ao Estado brasileiro na Constituinte, os pentecostais ingressaram decisivamente na arena política. Essa perspectiva era compartilhada com outros grupos, que até o momento, a igreja tolerava como *satelitais*. (FREESTON, 1993, p.181). O final do século XX no Brasil, registrou a nova relação entre Igreja-Estado-Política, tendo como marco a Assembleia Nacional Constituinte de 1986. Simbolizava não somente a redemocratização no país, mas ensejou o vigoroso ativismo pentecostal na política partidária nacional. Foi o transpasso do lema “crente não se mete em política” para “irmão vota em irmão”, ainda que para alguns analistas, os religiosos eram tidos como alienados pela falta de consciência política e rejeição exacerbada do comunismo, entre outras cosmovisões consideradas contrárias à perspectiva conservadora de “princípios cristãos”. Em relação ao tema proposto, serão analisados trabalhos produzidos sobre a interpenetração evangélica na política brasileira no período pós 1986. Ainda que alguns sejam considerados pesquisas datadas, permitirão avaliar o contexto da inserção intensa dos pentecostais na política.

Dado o crescimento e a participação dessas denominações religiosas no campo político, percebe-se não somente a necessidade, mas a possibilidade de empreitadas voltadas

para a discussão religião *versus* política. A participação dos evangélicos na Constituinte de 1986 e seu crescente envolvimento nas eleições, seria uma das possibilidades de se entender o porquê o campo político se tornou um dos objetos relevados em relação às pesquisas sobre os pentecostais e a política no Brasil. Nesse sentido, cabe destacar o primeiro trabalho, a tese de doutorado desenvolvida por Paul Freston (1993), carregando o título *Protestantes no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Com o olhar voltado para os pentecostais, extraiu importantes percepções acerca dessa inserção. Orientado pelo professor Dr. Sérgio Miceli Pessoa de Barros, a tese foi apresentada ao departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. O trabalho foi dividido em três sessões, onde a terceira fala sobre os novos atores do campo: os protestantes na política brasileira.

Freston (1993) se dedicou ao fenômeno das candidaturas oficiais evangélicas. Ele considerou o acontecimento analiticamente, possibilitando novos termos para o fenômeno, como: “irrupção”, “candidatos da Igreja”, “projetos corporativos eleitorais”, “modelo corporativo de representação política”, entre outros. Nosso foco estará na terceira parte da sua tese, onde discute a “irrupção” dos evangélicos no cenário político brasileiro como novos atores, além de abordar a bancada evangélica, as eleições presidenciais de 1989 e o *Impeachment* em 1992. O problema de pesquisa era: “como a liderança dos evangélicos, sobretudo aquelas ligadas às Igrejas evangélicas Assembleias de Deus, passam a mudar sua cosmovisão no tocante ao seu envolvimento com a política?”. (FRESTON, 1993). Essas instituições “passaram a romper com o tradicional”, mudando inclusive o clichê utilizado por elas na época, “crente não se mete em política”. Passaram a se articular no campo político brasileiro com seus candidatos oficiais e suas instituições. (FRESTON, 1993, p.30 apud COSTA, 2018).

Segundo Costa (2018, p.187), em relação à denominação pentecostal, o final do século XX foi marcado por um processo de acomodação à sociedade de consumidores, conceituado como *aggiornamento* do pentecostalismo assembleiano.⁴ Um dos elementos principais do processo, foi a irrupção da instituição no campo político com candidatos e estratégias próprias. Além de romper com um discurso introspectivo, de que a instituição desde sua fundação fazia defesa em relação ao campo político e a imposição de pastores se envolverem com a política partidária e disputarem eleições, passou-se a exigir uma nova postura

⁴ O termo *aggiornamento* do pentecostalismo difere em alguns aspectos do realizado pela Igreja Católica, e é aqui empregado como uma atualização e renovação de crenças e práticas das Igrejas pentecostais clássicas, principalmente das ADs, com objetivos específicos de acomodação à sociedade de consumidores. (COSTA, 2018, p.188).

frente à sociedade. A instituição passou a modelar seus membros para encaminhar um tipo específico de participação política.

O pentecostalismo clássico “assembleiano”, desde sua origem em 1911, foi estruturado por um formato ascético e sectário⁵, ou seja, encucava em seus fiéis a negação dos prazeres da carne e das coisas “mundanas”, empreendendo uma visão estreita para as coisas materiais. Para conduzir o novo discurso sobre a política era necessário realizar algumas concessões. A dessectarização⁶ tomou corpo em diversas igrejas pentecostais influenciadas pela nova doutrina e “teologia”, ganhando espaço nos púlpitos. Defendiam que era necessário “agir”, como afirma João de Deus (um dos candidatos da AD à Constituinte): “é tempo de agir, pois, esta pode ser a última Constituição antes da volta de Cristo!”. (FRESTON, 1993).

Segundo Freston, não haviam evidências de uma mudança de *ethos* ou construção de uma teologia profunda que pudesse explicar essa nova postura frente ao campo político. Para ele, era necessário avaliar outros fatores, inclusive com maior relevância, no campo religioso e fora dele, apesar de que a maioria deles estivesse ligada à evolução do campo religioso. (FRESTON, 1993, p.181.). Nesse sentido, ele apresentou três motivos conexos que estão intrinsicamente ligados à decisão dos pentecostais de romperem com a prática do sectarismo político:

Em primeiro lugar, os principais beneficiários desta politização são os próprios pastores e líderes eclesiais. O interesse dos “sacerdotes” no campo religioso é a chave para entender a lógica da presença política, diferente das igrejas históricas com sua antiguidade [...]. Em segundo lugar, a irrupção pentecostal na política reflete a concorrência religiosa. Com o lema de “liberdade religiosa ameaçada”, os líderes pentecostais deram início a uma concorrência com o catolicismo para o espaço público na religião civil. Tendo quase igualdade de praticantes, o pentecostalismo reivindica a igualdade de *status* na vida pública [...]. Em terceiro lugar, sob o lema de “ameaças à família”, os líderes pentecostais reagem às mudanças no ambiente social que ameaçam a socialização sectária. (FRESTON, 1993, p.181).

Em resumo, passaram a ter mais consciência política. A politização pentecostal nesse momento significou fortalecer lideranças internas, proteger as fronteiras de retorno para o sectarismo, obter recursos para a expansão religiosa e disputar espaço na religião civil. Para que isso pudesse dar certo, era necessário um sentimento otimista em relação à possibilidade de ação. Era necessário pensar na resistência frente aos líderes e membros das gerações anteriores, que faziam parte da instituição.

⁵ **Ascetismo:** O termo usado neste trabalho é o mesmo empregado por Ricardo Mariano (2005), onde o conceito é apresentado como negação dos prazeres da carne e das coisas deste mundo.

⁶ **Dessectarização:** termo usado por Mariano (2005), para explicar o rompimento das Igrejas pentecostais pautadas no ascetismo e sectarismo, cedendo lugar à acomodação ao mundo, acompanhando o processo de institucionalização, ou a rotinização do carisma, do pentecostalismo.

Outra característica elencada está relacionada aos novos perfis sociais, bem como às novas trajetórias políticas utilizadas pelos pentecostais, uma modalidade considerada inédita. No primeiro momento, houve uma aproximação e filiação ao PMDB, enquanto sigla partidária, para um efetivo engajamento político a partir de 1986. Em seguida, em 1988, os mesmos já passaram a se organizar fisiologicamente, criando ou se aproximando de partidos com orientação mais alinhada à perspectiva religiosa desses grupos. (FREESTON, 1993, p.180). Entre os anos de 1987 a 1991, com a “erosão” do PMDB, observa-se uma tendência protestante para os partidos de direita (PFL – PTB – PDC – PFL – PDS). Nas eleições de 1990, percebe-se mais claramente, a inclinação ideológica dessa nova classe política, rechaçando partidos de esquerda e centro-esquerda.

No tocante a essa nova classe social de políticos, os mesmos tinham um perfil social mais humilde, caracterizadas pela média educacional e pela cor. Eram pessoas que pelo tipo físico e também pelo discurso, representavam a clientela de suas igrejas, identificados com o estilo cultural do protestantismo popular. É válido ressaltar que o pentecostalismo é o único ramo do cristianismo com forte participação de negros em sua fundação. Trata-se de um aspecto importante para a percepção da formação cultural desta comunidade religiosa. Eram pobres em ascensão social, projetando-se pelo seu capital religioso ou econômico. (FREESTON, 1993, p.180). O perfil social, profissional e econômico desta classe política pentecostal pós 1987 era precária e muitos não possuíam formação superior, seja secular ou teológica. Em tempos mais recentes, percebe-se uma mudança dessa realidade. Atualmente, algumas instituições já refletem sobre a importância da formação intelectual e melhor preparação de seus representantes para agir nesses domínios. No início da década de 1980, grande parte dos que vinham desse segmento provinham do mundo rural, ou eram a primeira geração urbana de filhos de migrantes rurais. A característica da baixa escolaridade é um dos perfis mais citados, baixa participação social e política, além de ter uma teologia que desestimulava qualquer envolvimento com questões de poder, classe social, pobreza, racismo ou desigualdade de gênero. (MACHADO & BURITY, 2014, p.621).

A classe política pentecostal era representada por indivíduos que já exerciam uma trajetória de trabalho frente às instituições. Eram agentes do campo religioso, que se destacavam por desenvolverem certo carisma, entre eles: evangelistas itinerantes, cantores, apresentadores, comunicadores de rádio, pastores, filhos de pastores e empresários. Estes, faziam acordos com a elite eclesiástica em troca de conveniências posteriores. Nota-se a participação do leigo, que detinha determinado talento, ponto de convergência entre esses dois agentes do campo, vocacionando para a concorrência e atuação no campo político.

Segundo Freston (1993), somente três igrejas pentecostais se tornariam importantes para a compreensão deste fenômeno político evangélico no Brasil após a abertura da democratização: Assembleias de Deus (ADs), Igreja Evangélica Quadrangular (IEQ) e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Todas faziam parte das agremiações religiosas trabalhadas por ele na parte 2 da sua tese, e representariam as três ondas do pentecostalismo brasileiro. A Assembleia com 26 mandatos federais a partir de 1987, contra 4 da IURD e 3 da IEQ, indicavam o *modus operandi* do novo agente. (FRESTON, 1993, p.193). A Assembleia de Deus – em todo esse processo, foi a primeira denominação evangélica a entender que precisaria lançar seus candidatos próprios, e se organizar institucionalmente para isso. Toda articulação foi dialogada por líderes principais em 1985; em seguida, a IEQ segue o exemplo; e, a IURD toma a mesma estratégia, porém, sua participação só ganha evidência depois da Constituinte.

Em resumo, Freston (1993) chega a importantes percepções sobre o ligeiro crescimento dos evangélicos na política brasileira, sobretudo, em relação ao grau de pluralidade dos evangélicos nos espaços públicos de discussões, não sendo fácil a construção de um grupo coeso. O pentecostalismo brasileiro acaba não tendo uma visão universal da política, nem projeto de sociedade, sendo caracterizado por projetos de cunho corporativista. A citação abaixo esclarece melhor essa relação entre a democracia e esse segmento pentecostal considerado por ele diverso:

O protestantismo brasileiro, por mais que cresça, não formará uma neocrisandade evangélica. O campo evangélico é segmentado por essência; todos os esforços de unificá-los serão contestados. O fato de que a religião que mais cresce no Brasil e que tem mais ambição política é institucionalmente dividida e opera num formato pluralista é bom para a democracia, quaisquer que sejam as pretensões de alguns líderes. (FRESTON, 1993, p.287).

Nesse ínterim, por mais que haja uma evolução no campo religioso brasileiro, o protestantismo não conseguiria ser hegemônico, dada sua fragmentação característica, onde os evangélicos, considerados neste trabalho como protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais, mantém os interesses institucionais como determinantes. É perceptível que os evangélicos são os que mais crescem no Brasil, ampliando sua influência e elevando seu capital político. Em contrapartida, seguem divididos, acirrando as disputas no jogo democrático.

O segundo trabalho a ser analisado é o de Antônio Flávio Pierucci (1989 e 1996), que descreve densamente o intitulado *Representante de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte*. Sua proposta tem como base e instrumentos metodológicos a análise de revistas e jornais, produzidas pela grande imprensa (Folha de São Paulo, O Estado

de São Paulo, Jornal Brasil e VEJA) em relação à atuação dos evangélicos conservadores. O autor estava interessado em construir um “mosaico da direita brasileira”, recém-saído de um regime autoritário, analisando os parlamentares evangélicos. É observando empiricamente a atuação dos deputados evangélicos na Assembleia Constituinte eleita em novembro de 1986, que o texto tenta dar sequência a uma linha de investigação iniciada um ano antes, com seus olhares voltados para a atuação da direita no Brasil pós-ditadura. Flávio Pierucci (1989) passa a perceber a movimentação e estratégia eleitoreira desse grupo, embora afastados do campo político. Os setores do seguimento protestante conservador passaram a ser objeto de análise, bem como sua presença no campo político brasileiro.

Antes de 1986, não era perceptível a presença dos evangélicos na política. Em pouco tempo, mais de trinta parlamentares demarcaram posição. A grande intenção do “apostolado parlamentar” era que a Carta Magna do país tivesse como fundamentação a “Carta Magna de Deus aos homens”, a Bíblia. (PIERUCCI, 1996, p.164). Ao analisar a movimentação deste segmento conservador no Congresso, o autor constrói argumentos enfáticos para compreender como os evangélicos fundamentalistas se impostavam com o surgimento de uma “nova direita”. Tratava-se de um comportamento ambivalente para Pierucci, pois, a movimentação evangélica dita conservadora tinha inclinações populares intensas. Ao analisar os discursos, lutas e demandas políticas do campo, marcados pelo tradicionalismo e moralismo evangélico, a proposta política do novo segmento espelhava as demandas dos setores populares. Eles não separavam o plano público da moralidade privada. (PIERUCCI, 1996, p.166).

A bancada evangélica eleita passou a ser a quarta maior bancada do Congresso Nacional, ficando atrás somente da bancada do PMDB, PFL e PDS. Essa nova configuração alterava os itinerários políticos das instituições evangélicas no país. Era o despertar de um novo momento, a conquista do campo político se tornara uma de suas grandes missões.

Quadro. Igrejas às quais pertencem os constituintes evangélicos

Assembleia de Deus	1	Antônio de Jesus	PMDB/GO
	2	Benedita da Silva	PT/RJ
	3	Costa Ferreira	PFL/MA
	4	Elieel Rodrigues	PMDB/PA
	5	Gidel Dantas *	PMDB/CE
	6	João de Deus	PDT/RS
	7	José Fernandes	PDT/AM
	8	José Viana	PMDB/RO
	9	Manoel Moreira	PMDB/SP
	10	Matheus Iensen	PMDB/PR
	11	Milton Barbosa	PMDB/BA
	12	Orlando Pacheco	PFL/SC
	13	Salatiel Carvalho	PFL/PE
	14	Sotero Cunha	PDC/RJ
Batistas	1	Arolde de Oliveira	PFL/RJ
	2	Edésio Frias	PDT/RJ
	3	Enoc Vieira	PFL/MA
	4	Eraldo Tinoco	PFL/BA
	5	Fausto Rocha	PFL/SP
	6	Nelson Aguiar	PMDB/ES
	7	Paulo Delgado	PT/MG
	8	Roberto Vital	PMDB/MG
Presbiterianos	1	Celso Dourado	PMDB/BA
	2	Levy Dias	PFL/MS
	3	Lézio Sathler	PMDB/ES
	4	Rubem Branquinho	PMDB/AC
Evangelho Quadrangular	1	Jayne Paliarin	PTB/SP
	2	Mário de Oliveira	PMDB/MG
Igreja Cristã Evangélica	1	Naphtali Alves	PMDB/GO
Igreja Universal do Reino de Deus	1	Roberto Augusto	PTB/RJ
Adventista	1	Eunice Michiles	PFL/MA
Igreja Cristã Confissão Reformada	1	Lysâneas Maciel	PDT/RJ
Congregacional	1	Daso Coimbra	PMDB/RJ

Fonte: Pierucci (1996, p.169)

O Quadro acima apresenta a composição partidária e institucional dos deputados eleitos em 1986. Dos 33 nomes, 18 são evangélicos de matriz pentecostal, ou seja, mais de 50%. A Assembleia de Deus domina a bancada com 14 deputados, a Igreja Evangélica Quadrangular tem 2 e a Igreja Universal do Reino de Deus tem 1. A Assembleia de Deus ocupou também bancadas em câmaras Estaduais e Municipais. Dos 513 deputados federais eleitos em 2018, 84 compõe a Bancada Evangélica na Câmara, 30 são deputados das Assembleias de Deus, uma média de 36%. (DIAP, 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br.Acesso> em 12/05/2021). A título de exemplo, nas eleições municipais para a Câmara Municipal de Imperatriz (CMI), dos 21 vereadores que compõem a Câmara, 8 são evangélicos do segmento pentecostal, sendo 4 deles assembleianos, 1 da Nova Aliança, 1 da comunidade Shallon, e outros dois dizem ser de comunidades evangélicas da cidade.

Pierucci (1996) segue a análise, buscando compreender a movimentação e estratégia, não somente da ala conservadora desse segmento, mas também dos parlamentares mais populares e da ala progressista, chamada de esquerda evangélica, ainda que minoria. Perceber essa esquerda evangélica é entender que nem todos os parlamentares considerados evangélicos são conservadores. Dos 33 deputados eleitos, 25 eram de orientação política de direita, 1 ligado a centro-direita e 7 com orientação política de esquerda. (PIERUCCI, 1996,

p.171). Fazer referência a uma bancada evangélica ideologicamente homogênea, seria incorrer no erro de não olhar para o pluralismo político e ideológico no próprio segmento evangélico.

No trabalho parlamentar, os primeiros conflitos ideológicos surgiram, influenciando diretamente as comissões e representações no Congresso Nacional. Os deputados adentram aos trabalhos na Constituinte ocupando as comissões, e pondo em prática suas percepções morais como norma-padrão. Comissões como “Soberania e garantia dos direitos do homem e da mulher” e “comissão da família e da cultura”, por exemplo, foram ocupadas e fortemente influenciadas pelos políticos evangélicos. Pierucci (1996) destaca a afirmação de um dos líderes do grupo evangélico de que atuava como “representante de Deus”, da “maioria do povo”.

O pastor assembleiano, Salatiel de Carvalho do (PLF/PE), integrante da comissão de Soberania e Garantia do direito do Homem e da Mulher, saía em defesa da sua fé, do padrão moral da sua instituição, e afirmava: “os evangélicos não querem que os homossexuais tenham igualdade de direito, porque a maioria da sociedade não quer”. (PIERUCCI, 1996, p.175). Fazendo um balanço sobre essa comissão, bem como da percepção da classe evangélica à frente da pasta, esteve voltada, primordialmente, para o tema da homossexualidade, não considerando a igualdade de direitos. No tocante à Comissão da Família, Educação e Cultura, com a mesma visão das demais comissões, estavam sempre voltadas às ideias conservadoras de moral familiar e bons costumes, contra o aborto, dissolução da família tradicional, feminismo, entre outros. Esse discurso conservador ainda está vigente entre os políticos evangélicos na atualidade.

A intenção, naquele momento, era dilatar as influências em todas as estruturas da política. Seguiu a Maioria Moral, eivada pela mentalidade de moralidade privada e convencional religiosa. A mídia começou a cobrir e registrar a atuação desse segmento, criando expressões como “bloco evangélico”, que denotava algum tipo de coesão e efeito “bancada”, sobretudo, na atuação das comissões. As estratégias e pronunciamentos dos “representantes de Deus em Brasília” incluía a utilização de símbolos religiosos e de jargões internos às igrejas, como “Palavra de Deus”, e enfatizavam expressões como: família, sexo, aborto, mulher, droga, eutanásia, gênero, etc., colocando em relevo a pauta moralista. (PIERUCCI, 1996, p.185).

Outro trabalho de destaque é o de Mariano & Pierucci (1996). No texto intitulado *O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor*, os autores analisaram a participação dos pentecostais na esfera político-partidária no Brasil depois da ditadura militar. O momento observado foi a eleição presidencial de 1989. A intenção do trabalho construído com base em entrevistas gravadas com pastores, fieis e políticos pentecostais, além de intensa observação participante em cultos, programas de rádios e televisão, foi apresentar a força eleitoral do grupo

e observar como se deu o envolvimento deles, na eleição de Collor. (MARIANO & PIERUCCI, 1996, p.195).

Os autores apresentaram as principais ideias e estratégias dos políticos pentecostais e das lideranças eclesiais para aquele momento no Brasil. Um dos principais objetivos era a articulação e declaração de apoio ao próximo presidente, que na mentalidade de parte dos pentecostais deveria ser evangélico. O nome de Iris Rezende, pastor da Cristã Evangélica, foi cogitado, concorrendo com o Ulisses Guimarães para disputar eleições pelo PMDB, sendo escolhido este último. O resultado da convenção interna do partido não tirou a vontade dos evangélicos de militar politicamente em prol dos seus interesses religiosos. Quando perceberam a possibilidade do candidato da esquerda, Luís Inácio Lula da Silva, do PT, ganhar as eleições, os pentecostais se articularam e não pouparam esforços para desqualificar a esquerda no Brasil, disseminando informações enviesadas entre os membros das igrejas. A ideia era “satanizar” o concorrente. (MARIANO & PIERUCCI, 1996, p.199).

Uma das estratégias usadas como discursos contra o candidato da esquerda nas eleições de 1989 foi causar pânico entre os pentecostais. Os líderes das principais denominações pentecostais, Assembleia de Deus, Igreja Evangélica Quadrangular e da Universal do Reino de Deus, pregavam em seus cultos e reuniões, o início de uma cruzada de discriminação contra os evangélicos. Instaurou-se um clima de pânico, dizendo que empresas iriam falir, igrejas seriam transformadas em lotéricas, creches ou supermercados, e a liberdade do culto seria cerceada. O clímax era a afirmação de que se instauraria o “comunismo” no Brasil, com isso querendo dizer que as pessoas perderiam seus bens e seriam cativas do Estado. Esses foram os principais fatores que serviram como força mobilizadora do voto pentecostal para Collor. (MARIANO & PIERUCCI, 1996, p.202).

Outro destaque em tela no trabalho é a discussão sobre a esquerda evangélica, embora diminuta e sem amplitude ou sucesso eleitoral, comparada ao movimento da nova direita no Brasil, os autores destacaram as articulações de grupos individuais de orientação política mais progressista, tendo certa visibilidade no desenrolar da campanha em 1989, mostrando-se uma esquerda evangélica ativa. Articulados em alguns movimentos, como Pró-Lula, Movimentos Evangélicos Pró-Lula, Movimento Democrático Lula Presidente, Movimento Evangélico com Lula, estavam distribuídos em vários estados brasileiros. É válido ressaltar que dos 6 deputados que faziam parte da bancada evangélica, todos apoiaram o Lula. As eleições presidenciais de 1989 foram agitadas. Passados 33 anos daquele episódio, o atual momento histórico brasileiro retoma os velhos discursos entre os pastores e membros

pentecostais, as mesmas razões alegadas em 89 estão ressurgindo para as eleições de 2022. Falam novamente em *ameaça comunista* e em “fechar as igrejas”.

Outro trabalho a contribuir para o entendimento desse relacionamento entre os evangélicos e a política no Brasil é o de Ricardo Mariano (2005). Nessa obra, *Neopentecostais*, o autor descreve o *modus operandi* do movimento e reflete sobre a expansão da IURD. Fundada em 1977 no Rio de Janeiro pelo bispo Edir Macedo, a IURD é uma das mais notáveis denominações evangélicas no Brasil. Mariano destaca a centralidade da tomada de decisões, bem como sua eficiência no uso dos meios de comunicação de massa, como uma das explicações para o crescimento acelerado da instituição. (MARIANO, 2005, p.66). Mariano apresenta as estratégias usadas pela IURD no campo político, onde a instituição não mede esforços para eleger seus próprios candidatos. Essa igreja não carrega o peso de se justificar perante o público interno pela adoção dessa postura político-partidária, como ocorre com as outras denominações pentecostais. Além disso, durante as eleições, é perceptível a estratégia de aparelhamento da instituição para a chegada no campo político.

O autor destaca que no processo eleitoral, os templos exibiam faixas com o nome e o número dos candidatos oficiais da instituição. Os líderes pediam deliberadamente voto no púlpito para seus representantes; o pessoal de apoio, chamados de “obreiros”, entregam *santinhos*; a televisão e o rádio, que são emissoras próprias, faziam propaganda eleitoral; trata-se de uma agenda institucional e de uma ação empresarial. (MARIANO, 2005, p.91).

A centralidade do poder em torno do líder superior, carisma dos demais líderes, o uso da máquina e estrutura da instituição, a disciplina dos pastores e a obediência de boa parcela dos fiéis, constituem importante ingrediente de seu sucesso político-eleitoral. Em 1986, a Universal elegeu um parlamentar para o Congresso Constituinte. Em 1990, conseguiu eleger quatro deputados federais e três estaduais. Em 1994, elegeu seis deputados federais e seis estaduais, dobrando o número de representantes no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas. Em todos esses pleitos, seus representantes elegeram-se no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Em 1998, ampliou enormemente suas representações políticas: elegeu 14 deputados federais e 26 estaduais em 16 estados e no Distrito Federal. (MARIANO, 2005, p.92).

Ladeado com a Assembleia de Deus, a IURD é a igreja pentecostal com maior alcance eleitoral, apresentando estratégias de dominação das massas, fazendo uso massivo dos meios de comunicação e adotando a prática de candidatos próprios desde as eleições de 1982. Mariano também destaca a importância da divisão do campo religioso para esse segmento, bem como o comportamento dos seus possíveis representantes. A IURD é estrategista, construindo um plano de ação definido e com capilaridade. (MARIANO, 2005, p.92).

Outro problema levantado por Mariano são as candidaturas extraoficiais, em que os candidatos que se laçam de maneira independente, são tratados com desprezo quando entram no templo. Em um primeiro momento e para o público externo, sinalizam uma abertura para todos os candidatos, mas internamente e em suas reuniões, os demais candidatos são apresentados somente como membros da igreja ou visitante, ocultando sua atividade eleitoral. Na IURD é quase impossível o lançamento de uma candidatura independente, sem a “unção” da cúpula, pois, o referido candidato não seria aceito pelos fiéis, que em sua maioria, mostram-se subservientes aos seus bispos e líderes, e acabam aceitando, sem questionar, as determinações superiores. (MARIANO, 2005, p.96).

No caso das Assembleias de Deus, a denominação leva suas discussões políticas, bem como a escolha dos seus representantes para a Mesa Diretora de suas convenções. Os candidatos apresentam seus nomes aos pastores, sendo importante pertencer ao núcleo de amizades desses líderes principais. Em seguida, o pastor leva ao Conselho Político da igreja, órgão formado por outros pastores de confiança do pastor presidente. No conselho acontece a análise dos nomes, uma triagem, onde são discutidas as possibilidades e a viabilidade eleitoral. Um elemento chave é considerado: a afinidade que esses possíveis candidatos teriam com a elite eclesiástica. Paralelamente, o Conselho tem a função de delimitar quantos candidatos seriam possíveis para o enfrentamento daquela candidatura.

Mariano destaca que a IURD marca e demarca seus possíveis raios de atuação como se fossem “currais eleitorais”. Os potenciais candidatos devem ser aliados da elite aristocrática da igreja, unindo-se a um trabalho “coletivo”, assumindo a carreira política como uma “missão” da igreja no campo político. Após a eleição, essa mentalidade não pode ser desfeita.

O último trabalho analisado nesta seção, é o de Saulo Baptista (2007), *Cultura Política Brasileira, Práticas Pentecostais e Neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. A proposta de Saulo seccionada em cinco capítulos, é mostrar o resultado de uma pesquisa que buscou investigar a inserção dos pentecostais e neopentecostais, bem como suas estratégias, no cenário político brasileiro, com o foco no poder legislativo. (BAPTISTA, 2007, p.5).

Tabela: Representantes das Assembleias de Deus e da IURD

<i>Denominações</i>	<i>Quantidade de Parlamentares por Legislatura(*)</i>				
	<i>1987-90</i>	<i>1991-94</i>	<i>1995-98</i>	<i>1999-2002</i>	<i>2003-04(**)</i>
Assembléia de Deus	13	13	10	12	22
Igreja Universal do Reino de Deus	1	3	6	16	18

Fonte: Baptista (2007, p. 19).

Das duas denominações, os dados sobre as Assembleias de Deus são os que mais interessam para essa pesquisa. De praticamente nenhum deputado federal na esfera do legislativo, a instituição conseguiu eleger 13 deputados, mantendo sua média nas legislaturas seguintes, e nas últimas tendo mais um crescimento considerável. Na obra, Saulo vai construindo sua temática sobre a questão da cultura política no Brasil, olhando para o momento da entrada desses agentes como segmento pentecostal, além de destacar os diferentes tipos de “estratégias corporativas” utilizadas pelo movimento pentecostal, que resultou nesse crescimento considerável. (BAPTISTA, 2007, p.271).

Dentre as diversas estratégias utilizadas, o autor destaca: a mobilização de recursos, estratégias frente aos partidos (interesse pelo partido somente com possibilidades reais de eleição, caso contrário, torna-se natural o trânsito entre partidos), o uso dos meios de comunicação de massa (televisão, rádio, internet), e a opção pelos candidatos oficiais. Tudo isso serviu como suporte para a chegada desses dois grupos às cadeiras legislativas.

Saulo Baptista também destaca que a atuação desses deputados eleitos acontece em uma Frente Parlamentar Evangélica, criada em 2003⁷. A FPE, tem características mais de grupos de interesses, de natureza coletiva, com pautas próprias e metas morais. Sua intenção é trazer coesão entre os deputados evangélicos, influenciando as políticas públicas. (BAPTISTA, 2007, p.354).

⁷ A Frente Parlamentar Evangélica foi instalada em 18/09/2003. Uma frente parlamentar (FP), constitui-se em uma associação de parlamentares para defender projetos especificamente de uma área. Assim, é possível indentificar uma FP da saúde, do agronegócio, da educação, dos evangélicos, entre outras. Composto por deputados e senadores, é diferente da “bancada”, que é algo mais voltado para o funcionamento da câmara. A Frente Parlamentar é uma instituição com personalidade jurídica, estatuto próprio e regimento. Pode, inclusive, eleger diretores, contratar funcionários, coisa típica de uma organização burocrática. (BAPTISTA, 2007, p.251).

Diferente da bancada⁸, que está relacionada com a organização da câmara federal, a FPE tem o objetivo de estreitar laços de relacionamentos entre os parlamentares, realizar cultos, conferências, reuniões e outras programações. Baptista conclui seu estudo criticando a forma como as denominações se relacionam com seus membros no aspecto político e religioso. O mesmo afirma que as instituições pentecostais e neopentecostais atuam de maneira autoritária com seus fiéis, controlando toda movimentação dos seus pares dentro dos campos. Outra impressão do autor foi perceber que o ingresso dessas denominações no cenário político, solidifica a aplicabilidade de práticas clientelistas e patrimonialistas, tendo como base uma atuação coletiva intrinsecamente ligada com a cultura política brasileira. Percebe-se a reprodução de comportamentos *seculares* naquilo que era para ser “diferente”, conferindo novas marcas à cultura evangélica no campo político.

2.3 A bancada evangélica, a crise política e a onda conservadora

Em sintonia com os investimentos analíticos nesses campos, mais recentemente, diversos autores têm se preocupado em compreender as relações entre religião e política em um cenário marcado pela polarização e pelo forte incremento da atuação evangélica no espaço público e na ocupação de cargos eletivos. A bancada evangélica representa essa articulação do novo agente político, reunindo congressistas de diferentes igrejas e partidos, mas que convergem na defesa de pautas religiosas no congresso brasileiro. (PRANDI; SANTOS, 2017).

Unidos, costumam votar coesos quando se trata de certas questões morais lastreadas por interesse religioso comum. À bancada evangélica pode se juntar a escassa parcela de congressistas católicos interessados também em defender pontos de vista de sua religião, formando a chamada bancada da Bíblia, esse estranho conjunto composto por grupos historicamente em pé de guerra entre si. (PRANDI & SANTOS, 2017, p.188).

A bancada evangélica surge nas eleições de 1986, constituída no Congresso Nacional, reunindo deputados e senadores que pertenciam a diversas denominações evangélicas e legendas partidárias. O termo *bancada evangélica* é interpretado por alguns pesquisadores como uma “expressão mais acabada do sentido negativo” que o termo evangélico passou a ter nos últimos quarenta anos no Brasil. Observando a atuação dos parlamentares que constituem

⁸ Bancada evangélica. Trata-se de um grupo suprapartidário, composto por congressistas ligados a diferentes igrejas evangélicas, tanto do ramo histórico ou de missão como do pentecostal e neopentecostal, que atuam em conjunto para aprovar ou rejeitar a legislação de interesse religioso e pautar diversas discussões no parlamento brasileiro. (PRANDI & SANTOS, 2017, p.187).

a bancada, poderia se conceituar como um conjunto de deputados “moralistas” que ameaçam a laicidade do Estado brasileiro. (ALMEIDA, 2017, p.6). Destacando seus objetivos, a bancada evangélica surgiu com a intenção de influenciar a Constituição de 1988 e também se proteger contra os católicos, afinal, existia certo medo dos evangélicos, que o Estado devolvesse aos católicos, antigos e exclusivos privilégios. O pastor José Wellington Costa, ex-presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), afirmou: “a Assembleia de Deus sempre foi apolítica, em virtude da sua origem”. Para o pastor, nesse momento de compilação da nova Carta Magna da nação, existia uma conspiração por parte do Estado, para dar determinadas prioridades à Igreja Católica, e era necessário se movimentar para que isso não acontecesse. (COSTA apud MARIANO & PIERUCCI, 1996, p.209).

Com o tempo, a bancada passou a acompanhar e fiscalizar os programas e as políticas públicas governamentais. As pautas relacionadas ao controle do corpo e à moralidade sexual são os que acabam mexendo mais profundamente com o grupo. (DIP, 2018, p.52). Atualmente, a atuação da bancada está mais ligada à preservação de suas posições no *status quo*, do que criação de novas leis. É uma posição combativa. Fazem oposição aberta a projetos do grupo LGBTQI+, criminalização da homofobia, contra o discurso de gênero, a favor do ensino religioso confessional, etc. O grupo demonstrou articulação para aprovar projetos em seu raio de atuação. Podemos citar alguns projetos aprovados, como: a PEC 181, um projeto para considerar ilegal todo tipo de aborto; a PEC 171/1993, que estabelece a redução da maioria penal; PL como, Escola sem partido, entre outros. (DIP, 2018). Esse ativismo conservador da bancada evangélica avança em outras frentes, como as bandeiras de defesa da família tradicional, defesa da vida desde a concepção, da redução da maioria penal, da isenção da cobrança de impostos por parte do Estado às igrejas, fazendo com que a bancada seja ouvida no Parlamento.

Ao longo da história vem sendo uma bancada barulhenta. Nas últimas eleições de 2018, a bancada evangélica conseguiu eleger candidatos em 25 dos 26 estados da federação brasileira, dispersos em 23 partidos. A bancada anterior detinha cerca de 75 deputados federais, crescendo para 84 parlamentares na Câmara dos deputados e 07 senadores. (AYRES, 2020, p.90). Para o Dip (2018), os parlamentares que fazem parte da bancada evangélica, de alguma forma, aproximam-se ao grupo na votação de temas citados. Todos estão ligados a uma instituição religiosa, ocupando cargos nessas organizações como bispo, pastor, missionário, sacerdote ou cantor gospel.

A intenção do bloco atual é dilatar suas influências no Parlamento, buscando conectar-se ao governo Bolsonaro. Além da marca combativa das anteriores, essa nova bancada

se mostra mais propositiva em termos de leis. Não querem somente barrar a esquerda, querem também estar presente em toda a estrutura do Estado.

Nos últimos anos, o Brasil vem passando por uma fase de estagnação social e política, para não dizer, retrocesso, agudamente marcada por uma política confessional e fundamentalista. “Os representantes de Deus”, nos mais variados espaços públicos, trazem para a casa de leis a imposição de suas pautas morais. Tal movimento foi conceituado de “onda conservadora”, caracterizado pelo cerceamento das ideias e restrição de direitos individuais e coletivos, garantidos pelo Estado democrático e de direito. Pena de morte, aborto e eutanásia, por exemplo, têm incrementado os discursos daqueles que se dizem representar e usar a religião como estratégia no cenário político (ALMEIDA, 2017, p.3).

Perspectivas instigantes foram exploradas no trabalho recente de Machado & Burity (2014), *A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos*. Os autores realizaram entrevistas com 58 lideranças que, na ocasião da pesquisa (2011-2012), desenvolviam atividades na cidade de Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Campinas e Rio de Janeiro. A maioria exercia cargos eclesiais (pastores, missionários, bispos, presbíteros). Para os autores, o pentecostalismo se tornou uma religião com visão pública. Um dos elementos considerados importantes em todo esse processo, foi a definição de representantes e candidatos próprios da instituição, para uma possível representação no campo político. (MACHADO & BURITY, 2014; BAPTISTA, 2007; MARIANO, 2005; ORO, 2003). Essa movimentação resultou na ampliação da força política do grupo e trouxe como consequência a dilatação da concorrência e o conflito no campo evangélico.

As Assembleias de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular emularam algumas diretrizes da política partidária da IURD, marcada por reuniões, filiações em partidos políticos, criação de comissões para assuntos políticos, coletivos e convenções político-partidárias. (MACHADO & BURITY, 2014, p.606). Contudo, os autores defendem que o discurso, bem como a postura de alguns parlamentares dito evangélicos, não precisa ser, necessariamente, visto como problema ou retrocesso para a democracia. Para os autores, esse processo é algo natural e “agonístico” no jogo da democracia, muito embora o atual fenômeno seja algo novo.

Machado & Burity (2014) destacam também a ineficiência e a ausência de um projeto que venha atender o coletivo por parte dos pentecostais. As principais demandas são no sentido de combater projetos que são contrários à sua forma moral particular de ver o mundo. Os pentecostais se afinam muito com as velhas práticas convenientes da política brasileira. Além de reproduzirem tais comportamentos, os evangélicos acabam ampliando as lógicas

paternalistas, autoritárias, personalistas e clientelistas oriundas das regras do jogo realizado no campo político. (MACHADO & BURITY, 2014, p.619).

Por fim, os últimos trabalhos analisados nesta sessão serão o de AYRES (2019) e Burity (2020), ambos nesta mesma linha de discussão, verificando o relacionamento entre os evangélicos e o governo Bolsonaro. Ayres examina o que ele chamou de *incontornável presença da religião na sociedade*, no Estado e também no espaço público. (AYRES, 2019, p.137). A intenção é estabelecer um senso de normatividade de ordem legal por meio de valores religiosos, que acabam se transformando em projetos com o objetivo de operacionalizar e reger políticas públicas. É o que se configura como uma “confessionalização da política”, ou uma publicização da religião, torna-la pública.

Neste trabalho, é notável algumas estratégias da força religiosa evangélica conservadora para a chegada nas cadeiras do Congresso Nacional nas eleições de 2018, além de demonstrar sua preferência pelos candidatos à presidência, interferindo diretamente no resultado das eleições. Para compreendermos um pouco mais sobre algumas estratégias dos evangélicos nas eleições de 2018, Ayres destaca:

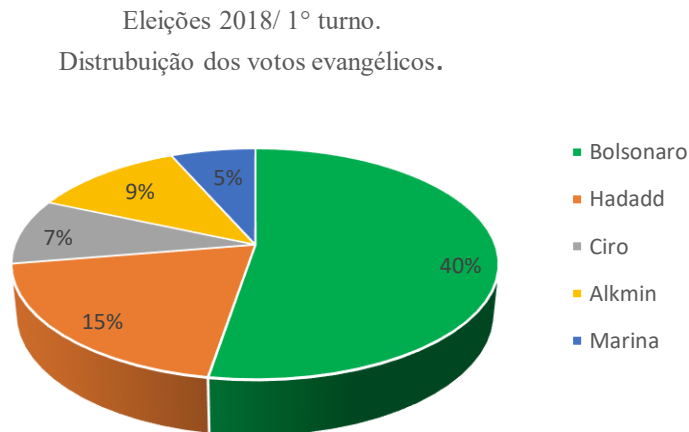
O modo de operação pelo qual os evangélicos-pentecostais inseriram-se com êxito no meio público e político obedeceu a um esquema triádico: “Política, Mídia e Filantropia”. O modelo foi criado com sucesso pela Igreja Universal no Reino de Deus, (doravante referida no texto pela sigla IURD) e reproduzido pela maioria das outras. Ele funciona na seguinte dinâmica: a hierarquia da igreja lança pastores como candidatos a posições políticas, que fazem suas campanhas eleitorais nos púlpitos e outros ambientes eclesiais, dirigidos para os membros das igrejas. Com essa fidelização de votos, os líderes religiosos, são eleitos como parlamentares. (AYRES, 2019, p.129).

A dinâmica normativa pós eleição desses parlamentares é a de fazer parte do maior número de comissões de comunicação e outras estratégias para obterem conveniências, como concessão de rádio e TV. Paralelo, com as verbas de partidos ou recursos conquistados por serem parlamentares, alimenta-se o fluxo de assistencialismo e clientelismo.

É notável também as estratégias para a chegada no cenário público, onde as elites eclesiais evangélicas perceberam a possibilidade de tirar proveito de alianças e acordos firmados com os mais variados partidos políticos. Se observarmos o ciclo PSDB e PMDB (anos 1990), o ciclo do PT (anos 2000), a divisão dos segmentos religiosos entre PSDB e PT (anos 2010) e o ciclo atual, PSL, PRB, PSC, PSD, PP e DEM, chamado “centrão”, perceptível no governo de Michel Temer e na eleição de Bolsonaro, percebemos como esse segmento se aliou estrategicamente, inclusive com o PT. (AYRES, 2019)

AYRES (2019) analisa a divisão de votos dos evangélicos nas eleições presidenciais de 2018 no primeiro turno:

Gráfico 4 - Eleições 2018, distribuição dos votos evangélicos



Fonte: AYRES (2019, p.140).

Hadadd, Ciro e Marina representavam os projetos com maior abertura para transformação dos costumes, alinhando-se aos estilos da sociedade, tendo relação com meio ambiente, movimentos sociais, trabalho e que, em algum aspecto, acabava convergindo com o projeto do PT. (AYRES, 2019). Os 40% que no segundo turno representariam 66%, garantindo a vitória da corrida presidencial ao candidato Jair Bolsonaro, representavam a intenção de votos mais homogênea entre os vários segmentos da sociedade, sobretudo, os da classe evangélica, por mais que esse segmento não seja homogêneo, a pauta moralista uniu as diversas frentes temporalmente e teve sua parcela de contribuição nesse processo eleitoral.

O último trabalho analisado foi Burity (2020), *Onda Conservadora e o surgimento da Nova Direita Cristã Brasileira*. A ideia do artigo é suscitar uma discussão sobre a onda conservadora que intersecciona religião e política no Brasil, no contexto pós abertura democrática, percebendo, assim, a entrada do setor evangélico-pentecostal na política partidária. Burity destaca que a principal novidade da política brasileira desde o final do século XX, foi a irrupção evangélica, especialmente os segmentos pentecostais. O ingresso dos pentecostais na política brasileira causou grande impacto no cenário político e nos processos eleitorais. (BURITY, 2020, p.3).

Segundo o autor, é possível perceber três momentos na trajetória e movimentação política dos evangélicos, são elas: os primeiros quinze anos, que foi marcado pela nova identidade, ou processo de minorização – aquilo que ele coloca como a luta pelo espaço no

campo, a afirmação de um “novo ator” político, a construção de uma voz própria. No segundo período, que vai de 2002 até meados de 2015, os evangélicos foram aliados a uma junção nacional de centro-esquerda, apoiando Lula e Dilma. A proposta, aparentemente, teria dado certo. Percebe-se um envolvimento discreto em cargos do governo, funções de gerência executiva, mandato de prefeitos e até governadores. O terceiro período foi observado a partir de 2014, em que houve uma crescente inflexão da participação dos pentecostais, passando a assumir uma postura de confronto frente ao governo vigente. Uma das discussões que explica o despertar do segmento na estrutura do governo foi o crescimento das pautas de gêneros sexuais e reprodutivas, além da proteção das comunidades LGBTQIA+, entre outras questões, como a igualdade racial, que é associada pelos pentecostais como competição religiosa com as religiões afro-brasileiras. Segundo Burity, a característica mais marcante neste terceiro período foi a forte articulação dessa “agenda moral”, velhos fantasmas da “ameaça comunista”, deslocando os evangélicos para a nova direita cristã. (BURITY, 2020, p.5).

Outra característica importante em seu trabalho foi a maneira como ele aborda a presença pública desses segmentos religiosos. Ele apresenta “quatro modelos de mobilização pública religiosa no Brasil” – os líderes parlamentares evangélicos não transitam em solo virgem ou vazio, outros agentes fazem parte do campo. Entre o período de (1985-2018) ele define essas quatro maneiras: o católico romano hierárquico-eclesiástico; o da representação eleitoral pentecostal; a de advocacia ecumênica e inter-religiosa; e o culturalizador das religiões afro-brasileiras. Burity conclui com a discussão sobre as eleições de 2018, refletindo se os evangélicos elegeram Bolsonaro. Nesse processo, ficou evidente o alinhamento dos pentecostais com a política de direita, embora houvesse esse alinhamento anteriormente, não se percebeu uma liderança específica em nenhum dos grupos religiosos encabeçando esse processo. (BURITY, 2020, p.119). Percebe-se uma certa dificuldade na coesão desse alinhamento e para quem seria o apoio majoritário, tendo em vista que as apostas eleitorais dos diversos grupos evangélicos se confundiram desde o primeiro turno das eleições, não havendo apoio maciço em prol de Bolsonaro desde o início. Toda essa falta de organização, a princípio, revela a falta de unidade enquanto segmento evangélico frente ao campo político. Os membros da IURD, ADs e das outras denominações com representantes específicos no campo político, não têm uma posição “uniforme” em seus juízos político-eleitorais.

Em tempos passados, isso levou a mal-entendidos estratégicos de apoiar candidatos que não tiveram sucesso eleitoral, por exemplo, com o apoio da Assembleia de Deus (principal denominação pentecostal brasileira) no primeiro turno das eleições presidenciais para o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin, em 2006; ou o candidato José Serra, também do PSDB, em 2010.

O mesmo aconteceu em 2018. Apenas uma semana antes do primeiro turno das eleições presidenciais, o líder máximo da Igreja Universal do Reino de Deus, Dom Edir Macedo, declarou apoio ao candidato Bolsonaro. O resultado final não foi definido previamente. (BURITY, 2020, p.120).

A falta de coesão por parte do segmento pentecostal mostra a fragmentação dos votos dos evangélicos e explicaria a demora no apoio a determinados candidatos na corrida eleitoral, especialmente nas últimas eleições presidenciais. A questão discursiva em relação à moralidade e sua postura mais conservadora em relação aos costumes, são os pontos mais manipuláveis na escolha de candidatos e na definição de alianças.

Assim, o campo religioso no Brasil se desenvolveu e surgiram novos atores e fenômenos religiosos, como o caso dos pentecostalismos e sua irrupção no campo político. Esse ingresso se deu maciçamente a partir da Constituinte em 1986, mas não se limitou àquele período. Esse foi um dos motivos que nos levaram a focar no fenômeno eleitoral sob influência religiosa, com o estreitamento entre esse segmento e a política brasileira. Conclui-se esse capítulo afirmando que não se deve tratar os evangélicos no campo político como um grupo homogêneo, dado que não há uma “bancada” coesa, a não ser em temas estritamente de ordem moral. O foco da entrada dos evangélicos no campo político, deu-se no âmbito do legislativo. As sinalizações de uma intervenção no executivo vêm aumentando, como foi com Garotinho em 2002, Crivela em 2016 para a prefeitura do Rio, Marina Silva em 2010-2014-2018, Everaldo Dias em 2014 e Cabo Daciolo em 2018, para citar alguns.

3 A CHEGADA DO PENTECOSTALISMO AO BRASIL: gênese, institucionalização e inscrição na cidade de Imperatriz-MA

Com foco sobre as dimensões históricas e institucionais do pentecostalismo, o objetivo deste capítulo é analisar as condições de emergência, as dinâmicas móveis, a construção de regras, as recomposições circunstanciais e as adaptações conjunturais que fazem da Assembleia de Deus em Imperatriz parte de uma alongada cadeia institucional do campo pentecostal. Trata-se de explorar, a partir de um ângulo mais coletivo, a gênese da instituição, seus mecanismos de institucionalização e também de construção permanente dos seus sentidos e significados sociais, considerando os engajamentos e as atividades heterogêneas, compondo um cenário de conjunto. Para tanto, a partir da exploração bibliográfica sobre o tema no Brasil, seja de acadêmicos ou, principalmente, por intelectuais e pesquisadores com algum grau de vinculação à Assembleia de Deus, optamos por explorar o processo contínuo da institucionalização da Assembleia de Deus em uma perspectiva alongada, historicamente, de modo a demarcar algumas reconfigurações sucessivas, particularidades e singularidades representativas. Antes de uma exposição mais detalhada a respeito dessa história, vamos tecer algumas considerações a respeito das principais fontes e materiais disponíveis para o estudo sobre a história dessa instituição, no Brasil e especificamente no Maranhão.

3.1 Fontes institucionais para a reconstrução da história da instituição

Sobre a história da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Imperatriz (IEADI), existem algumas fontes escritas por pastores escritores da denominação. Uma delas foi produzida pelo pastor Sebastião Clayton Alves de Sousa (2002), intitulada *História da Assembleia de Deus em Imperatriz*.⁹ O pastor, nativo do campo, era líder de uma das maiores

⁹ A História das Assembleias de Deus em Imperatriz, escrita por Sousa (2002), registra vários eventos e um resumo histórico dos primórdios das ADs no Sul do Maranhão e da implantação da Convenção do SETA. O autor não fez nenhuma citação direta ou indireta das fontes documentais ou mesmo de escritores ou pesquisadores diletantes do tema. Não que elas e eles não existissem. Em nossas pesquisas de campo, utilizando a metodologia de História Oral, tivemos a oportunidade de entrevistar um membro da IEADI, Luiz Silva Oliveira, já bastante idoso, com quase 90 anos, mas com uma memória invejável e um acervo documental muito rico sobre a Convenção do Seta e sobre as ADs em Imperatriz. Luiz Silva Oliveira atuou por três décadas como secretário geral e contador das ADs em Imperatriz, além de ocupar outras funções, entre elas, a de presidente da Comissão de Moralização das ADs, nas décadas de 1970 e 1980. No exercício da função de secretário geral e contador, guardou cópias e originais de atas, estatutos, regimentos, registro de imóveis, resoluções de comissões da igreja, jornais impressos, memorandos e comunicações internas, entre outros. Embora não tenha publicado nenhum livro, escreveu vários artigos sobre a história da Convenção do SETA e das ADs em Imperatriz e no Sul do Maranhão, além de fazer parte da equipe que fundou os primeiros jornais impressos da instituição: O Som do Evangelho, 1970 (mimeógrafo

congregações da instituição na cidade. Por ser comprometido com a instituição, seu trabalho conferia algumas limitações. O material foi lançado em 2002, por ocasião das comemorações dos 50 anos da referida igreja, o Jubileu de Ouro da instituição. O material relata o momento da chegada da Igreja no Brasil em Belém, Pará, bem como sua vinda para o Maranhão e sua inserção na cidade de Imperatriz, no ano de 1952. Pastores fundadores, primeiros membros, locais onde foram realizados os cultos, construção dos templos, obras realizadas pelos missionários na região sudoeste do estado do Maranhão, momento em que a instituição se tornou pessoa jurídica, surgimento dos departamentos e secretarias, e dados sobre as 92 congregações que existiam na época, fazem parte do conteúdo do material escrito pelo pastor. O livro tem 268 páginas, finca um momento de memória e história da AD na cidade de Imperatriz e contribui como um dos elementos de construção identitária para os membros. A intenção da obra foi projetar a denominação como representante de um novo assembleianismo, impostando-se e se afirmando em relação a outras religiões no campo religioso de Imperatriz.

Outro material escrito sobre a IEADI, é uma biografia feita sobre o atual pastor presidente da instituição, Raul Cavalcante Batista, que está na liderança da instituição desde o ano de 1993. Em 2020, comemorou-se com o jubileu de ouro da UMADI (União de Mocidade das Assembleias de Deus em Imperatriz), 27 anos que o pastor Raul Cavalcante Batista está à frente da denominação, ocasião que fora realizado uma EBJ (Escola Bíblia de Jovens), com o tema *Identidade*. Célio Henrique (2010), pastor e na ocasião estava à frente de uma das congregações em Imperatriz, também responsável pela guarda e conservação do acervo histórico da igreja. Atualmente, é pastor presidente da AD no Bairro Bom Jesus, exerce o cargo de secretário político da Convenção COMADESMA e foi candidato a vereador pelo PDT, tirando 976 votos nas eleições municipais em 2020. A obra tem o título *De Ovelha a Pastor*, com 152 páginas, e tem a proposta de narrar a trajetória e as experiências do pastor Raul Cavalcante Batista. Foi escrito em forma de entrevista, traz muitos registros fotográficos com a família, outros pastores e líderes políticos, além de registrar sua atuação como capelão da Polícia Militar. O material coloca em relevo o personalismo em relação aos pastores das Assembleias de Deus no Brasil nos últimos anos.

Rayfran Batista da Silva (2001), filiado à CEADEMA, outra convenção existente no estado do Maranhão, pastor titular da AD na cidade de Santa Inês, em seu livro *João Jonas, o Apóstolo dos Sertões*, documenta parte da memória histórica da Igreja Assembleia de Deus no Maranhão. O livro está organizado a partir de fontes orais com algumas citações de fontes

a álcool), A luz da Verdade, em abril de 1976 e O Mensageiro da Fé, em janeiro de 1985. Sousa (2002) plagiou parte dos textos de Luiz Silva Oliveira (COSTA, 2019, p.179).

confiáveis, registros fotográficos sobre o movimento pentecostal no estado, e, em uma das seções, trabalha a biografia do pastor Plínio de Carvalho, em outra, a pessoa do pastor Raul Cavalcante Batista.

Em relação à literatura especializada, foram produzidos alguns artigos, uma monografia, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado sobre as Assembleias de Deus na cidade de Imperatriz-MA, tendo a IEADI como objeto de análise e observação empírica. A monografia foi de Edineyde Rodrigues Lima Viera (2014), do curso de licenciatura em História (Universidade Estadual do Maranhão), com o título: *Neopentecostalismo e Pós-Modernidade*. A autora procura relacionar o neopentecostalismo e a pós-modernidade, tendo como campo empírico a cidade de Imperatriz, olhando para crenças e práticas de denominações como a Universal do Reino de Deus, Nova Aliança e Assembleia de Deus, considerando essa última em processo de neopentecostalização.

Outro material é uma dissertação de Bertone de Oliveira Sousa (2010), do mestrado em História (Universidade Federal de Goiás): *Uma perspectiva histórica sobre a construção da identidade religiosa: a Assembleia de Deus em Imperatriz-MA (1986 – 2009)*. Tendo como base a história cultural e o foco na nova história cultural francesa, Bertone disserta sobre o processo de evolução do segmento religioso na cidade, passando a investigar suas interações com vários processos sociais – migração, urbanização, modernização, bem como entender que tipo de identidade a Assembleia de Deus, a partir desses processos, agregou em Imperatriz.

O trabalho situa-se no marco teórico dos estudos culturais, sem, evidentemente, abrir mão da interdisciplinaridade, entendida como imprescindível à análise de um objeto plural como o pentecostalismo. Busca-se compreender esse processo a partir das estratégias de expansão assembleiana, bem como no bojo da modernização latino-americana, na qual Imperatriz se inseriu como local de amplo fluxo migratório e modernização excludente. As contradições de sua acelerada urbanização conduziram, como no conjunto da América Latina, a uma espécie de irrupção do sagrado, com forte ênfase no aspecto emocional da vivência religiosa, cuja identidade é marcada pela negação de alguns aspectos dessa modernização, tais como o secularismo e seu impacto no cotidiano da vida urbana. (SOUSA, 2010, p.6).

A dissertação de Bertone está dividida em duas partes. Na primeira, faz um percurso histórico abarcando a origem do movimento pentecostal em 1906 nos EUA, retratando a origem norte-americana do pentecostalismo brasileiro. Fala sobre o desenvolvimento da instituição no Brasil, destacando seus líderes mais influentes, bem como sua institucionalização e estrutura burocrática, que passou a se desenvolver na década de 30. Destaca vários conflitos, como o que causou a ruptura de alguns líderes na convenção geral (CGADB), envolvendo o pastor

Paulo Leivas Macalão, que rompeu com a instituição e fundou a própria convenção, o ministério de Madureira (CONAMAD).

O ponto marcante da pesquisa de Bertone é sua análise da formação e característica da identidade que a Assembleia de Deus desenvolveu em Imperatriz. A AD aplica suas práticas, convicções e crenças na sociedade, atuando com proselitismo, experiências místicas atribuídas ao Espírito Santo, envolvimento com o espaço público, política eleitoral e relacionamento com outras denominações concorrentes no campo religioso na cidade.

No caso de Imperatriz, o rápido crescimento da cidade conduziu à pluralidade religiosa e a novas formas de vivenciar a religião. O pentecostalismo assembleiano, por ser um fenômeno essencialmente urbano, integrou-se nesse processo, oferecendo uma alternativa cultural religiosa à desorientação provocada pela alteração do modo de vida tradicional das comunidades que habitavam a região tocantina. Este incluía reconfiguração do espaço geográfico, dissolução de antigos laços de convivência, surgimento de novos conflitos e alteração dos modos de sobrevivência através da modernização econômica, da qual amplos contingentes da população ficaram excluídos. A reconstituição identitária resultante da adesão à nova fé está relacionada à oferta de bens simbólicos e de salvação, oferecidas pela instituição. A identidade pentecostal não é homogênea, mas mescla-se com elementos culturais da sociedade onde atua. É assim, por exemplo, que Freston (In Antoniazzi et al, 1994, p. 67 e seq.) mostra que a AD herdou muito da estrutura de poder oligárquico das sociedades do Norte e Nordeste do início do século XX, o que foi relevante na formação e consolidação de sua estrutura interna de poder, centralizada e de traços marcadamente coronelistas. (SOUSA, 2010, p.11).

A segunda parte do trabalho investiga os instrumentos de doutrinação da instituição, como a revista da Escola Bíblica Dominical (EBD), que tem o objetivo de construir e massificar o *ethos assembleiano*, além de combater possíveis ensinamentos secularizantes, racionalistas e relativistas, que são considerados perigosos para a fé dos adeptos. Bertone refletiu acerca da continuidade dos *usos e costumes* assembleianos, caracterizados pelo rigorismo doutrinário – contexto, formação, ratificação e permanência na instituição. Por mais que a denominação tenha se atualizado e feito concessões à sociedade de consumo, adequando-se aos clientes para, inclusive, não perder membros para outros segmentos religiosos mais liberais na cidade, a liderança da IEADI resiste mantendo muitas das determinações exaradas pela CGADB concernente à discussão. Entre muitos aspectos da pesquisa, Bertone consegue fazer uma descrição da evolução do campo religioso na cidade de Imperatriz, como o surgimento de várias comunidades evangélicas denominadas neopentecostais, sua teologia (teologia da prosperidade, liberação de usos e costumes, a busca do *aqui e agora*), que se difere da teologia do pentecostalismo clássico.

A segunda dissertação é a do professor Moab César Carvalho Costa (2011), mestrado em Ciência da Religião (Pontifícia Universidade Católica de Goiás): *Mudança de Ethos do Pentecostalismo Clássico para o Neopentecostalismo. Estudo de Caso: a Assembleia*

de deus em Imperatriz-MA. Costa (2011), embora nativo do campo e liderança na referida igreja (cargo de Evangelista), desenvolveu seu trabalho sobre a trajetória da IEADI com base em documentos e fontes orais dos fundadores da denominação. Concluiu que a Assembleia de Deus na cidade de Imperatriz passava por um processo de atualização e adaptação à sociedade de consumo, que ele chamou a princípio de neopentecostalização. Era uma transformação identitária, de um *ethos* de negação do mundo para um de afirmação de mundo.

O pentecostalismo clássico, representado pela Assembleia de Deus e pela Congregação Cristã do Brasil, desde sua implantação em 1910 e 1911, respectivamente, é caracterizado pela adoção de um *ethos* pautado na ascese sectária. Neste trabalho, procurou-se investigar as transformações e mudanças ocorridas na Igreja Evangélica Assembleia de Deus na cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste do estado do Maranhão. Defendemos a ideia de que as transformações e mudanças que ocorrem nas crenças e práticas da Assembleia de Deus de Imperatriz- IEADI significam uma mudança de *ethos*. Essa mudança de *ethos* deve ser percebida como um processo de neopentecostalização e, não apenas um desenvolvimento natural, interno ao pentecostalismo. Essa neopentecostalização significa um processo de acomodação à sociedade de consumo e uma resposta ao acirramento dos conflitos no concorrido mercado de bens de salvação. (COSTA, 2011, p.8).

O trabalho foi dividido em quatro partes, onde as primeiras explicam o conceito tomado como categoria no trabalho, e as demais como plano de fundo histórico-sociológico, para compreender as intenções originárias da denominação. No último momento, Costa destaca diversos aspectos e mudanças institucionais que a IEADI vem passando ao longo da sua trajetória, refletindo de maneira mais próxima com os formatos das denominações neopentecostais. Evidencia que a instituição passa por modificação em sua identidade.

Nesse processo, a IEADI passa a adotar elementos que caracterizam o neopentecostalismo. A adoção desses elementos ocorre em função da eficácia dos mesmos na atração, não apenas da população mais pobre e carente da sociedade, mas, também, de segmentos da classe média que passam a buscar segurança nas igrejas, tanto de natureza espiritual, como de natureza econômica. (COSTA, 2011, p.108).

O último trabalho publicado sobre a instituição em Imperatriz foi a tese de doutorado do mesmo autor (COSTA, 2017): *O Atualização do Pentecostalismo: as Assembleias de Deus no Brasil e na cidade de Imperatriz-MA (1980-2010)*. Trata-se de um doutorado em História (Universidade Vale do Rio dos Sinos). A trajetória acadêmica de Costa teve relações com o tema religião, com foco no pentecostalismo das Assembleias de Deus. Sua experiência, diálogo multidisciplinar e bom trânsito com a instituição, permitiu ao pesquisador ter acesso a muitas fontes, além de entrevistas inéditas com alguns dos líderes fundadores da instituição. Tudo isso contribuiu para que suas produções, tanto mestrado quanto o doutorado, tivessem validade e relevância no campo acadêmico, chegando a produzir tipologias e

periodização sobre a denominação em Imperatriz. Em sua tese, Costa (2019, p.196) divide a história da Assembleia de Deus em Imperatriz em três partes, ou etapas: a) fundação, que vai do período de 1952-1955; b) consolidação institucional, 1955-1984; e c) fase da modernização burocrática e da acomodação à sociedade de consumo (*Aggiornamento*), 1984-2010.

No mestrado, como dito, o referido autor trabalhou com a mudança do *ethos* do pentecostalismo clássico, que a denominação pentecostal na região sudoeste do Maranhão passara. Caracterizada pelo *afastamento do mundo* como marca originária da denominação, passou a se *afirmar no mundo*, elemento novo e crucial na teologia das denominações neopentecostais. Segundo Costa (2017), o termo *aggiornamento* (atualização), permitiria uma melhor compreensão das modificações das práticas religiosas das Assembleias de Deus no Brasil entre os anos 70 e 80. Costa (2017) identifica algumas mudanças na instituição, sustentadas no discurso de que tais ações eram necessárias para potencializar o anúncio da mensagem do evangelho: afrouxamento em relação à doutrina dos usos e costumes, aproximação da instituição no campo político, aproximação à teologia da prosperidade, utilização dos meios de comunicação de massa, modificação da organização dos cultos, entre outros.

O termo é aqui empregado como uma atualização e renovação de crenças e práticas das igrejas pentecostais clássicas, principalmente das ADs, com objetivos específicos de acomodação à sociedade de consumidores, bem como de manutenção e crescimento da influência no campo religioso brasileiro em virtude da possibilidade de atrair e fidelizar novos prosélitos – indivíduos dotados de maior autonomia e de maior possibilidade de trânsito religioso proporcionado pela pulverização do campo religioso brasileiro à partir da chegada das igrejas neopentecostais. (COSTA, 2017, p.25).

Embora se perceba tais atualizações nesse *aggiornamento* do pentecostalismo, algumas vozes e grupos internos resistem na tentativa de manter os antigos padrões. Todo esse dinamismo e a relação dessa igreja com a sociedade, tanto no passado como no presente, justificam nossa opção em toma-la como objeto de estudo. É uma instituição com crescimento proporcional ao desenvolvimento da cidade de Imperatriz, além de ser representante no seu campo, no tocante ao pentecostalismo, indicando o papel da igreja em moldar hábitos e civilizar, além de exercer influência no campo político.

3.2 Institucionalização da Igreja Assembleia de Deus no Brasil

As Assembleias de Deus no Brasil nasceram em 1911. Seu desenvolvimento institucional, social e econômico se deu a partir da segunda década do século XX, alcançando

considerável parcela da população em poucas décadas. Atualmente, a denominação se tornou a maior igreja do campo religioso pentecostal brasileiro.

O movimento que se espalhou em 1906 nos EUA não ficou restrito somente àquele país.¹⁰ Daniel Berg e Gunnar Vingren, fundadores da igreja, migraram para o norte do Brasil e trouxeram os fundamentos da nova doutrina (Batismo com Espírito Santo e Glossolalia). Emílio Conde, um dos primeiros a registrar a história das Assembleias de Deus no Brasil afirma que era um dia de sol causticante dos trópicos, quando os jovens missionários chegaram a terras brasileiras. Não tinham amigos ou conhecidos na cidade, não tinham endereço, nem alguém para recebê-los. (CONDE, 1960, p.16). Ao chegarem ao país, 19 de novembro de 1910, passaram a congregar em uma denominação histórica protestante que desde 1897 já concorria com a Igreja Católica na região – Primeira Igreja Batista do Pará (PIBPA), liderado por Erik Nilsson, também sueco, que fora enviado pela Igreja Batista norte-americana.

Embora todos os registros oficiais contassem que a escolha do Brasil fora totalmente irracional e impregnada da presença do sagrado e de suas manifestações, na comunicação de sua vontade para a vida dos missionários, registra que havia um pastor batista sueco em Belém, que emigrou para os Estados Unidos aos sete anos, de nome Erik Nilsson (ou Eurico Nelson, como era chamado pelos brasileiros) que, desde 1897, fundara igrejas na região amazônica. É provável que nos relatos que enviou à comunidade batista nos Estados Unidos, Nilsson tenha mencionado seu trabalho como missionário no Pará. Berg (1995, p. 70) registra que ao chegarem ao Brasil (em 19 de novembro de 1910), hospedaram-se em um pequeno hotel e que no dia seguinte, quando tomavam café no refeitório do hotel, encontraram um jornal escrito por um pastor metodista chamado Justos Nelson, com quem Gunnar Vingren já havia se encontrado nos Estados Unidos e com o jornal em mãos saíram pela cidade à procura da residência do mesmo, até encontrar. (COSTA, 2011, p.51).

Logo as coisas pareciam se acomodar. Vingren começou a auxiliar o pastor batista local, dirigindo cultos e orações na casa dos membros da congregação. Doações de amigos do exterior, venda de Bíblias, bem como a profissão que Daniel Berg exercia de fundidor, era o que trazia o sustento para os jovens pastores. Vingren estudava a língua portuguesa para a preparação dos sermões na Igreja Batista, e à noite repassava o aprendizado da língua ao companheiro de trabalho, Berg. Ainda para Costa, parecia que os dois missionários ocupariam a liderança da PIBPA. Entretanto, logo os conflitos começaram, sobretudo, quando os jovens pastores passaram a ministrar sobre a doutrina do Espírito Santo, ensinando haver um novo batismo, dessa vez espiritual, que culminaria em falar outras línguas (glossolalia). Erik Nilsson

¹⁰ Todos os caminhos pentecostais passam, necessariamente, pelos Estados Unidos, não importa de que nacionalidade o missionário seja. Europeu ou não, ele primeiro passa pela experiência do movimento *hollines* nos EUA, para depois se espalhar pelo mundo. Foi do círculo de Willian Durham (1873-1912) que os missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren saíram dos EUA para implantar o pentecostalismo no Brasil. (COSTA, 2011, p. 47).

teria repreendido Vingren, pedindo que não pregasse novamente esse tipo de doutrina. O jovem missionário não respeitou a posição de Nilsson e o cisma foi instaurado. (COSTA, 2011, p.51).

A repreensão ou perseguição, como foi entendido pelos missionários, gerou um desconforto que trouxe a divisão do grupo. Os missionários insistiram no ensino da nova doutrina e foram convidados a se retirarem da congregação batista.

No princípio pensávamos que estivéssemos tratando com um verdadeiro cristão, mas depois agradecemos a Deus por Ele nos ter livrado das garras daquele homem. O inimigo havia preparado uma cilada muito astuta para nos desviar da vontade de Deus, e dessa maneira desfazer completamente o plano do Senhor para a obra pentecostal no Brasil por nosso intermédio. (VINGREN, 2000 apud MOTA, 2013, p.39).

Esse acontecimento não passou despercebido em Belém. Outros líderes da IBPA disseminaram que os dois jovens missionários eram fanáticos e que não se submetiam às regras da instituição. Relata-se que se submetiam a incansáveis horas de oração, além de outras práticas religiosas como o jejum, que segundo Daniel Berg e Vingren, contribuía para a constante manifestação da experiência religiosa pentecostal. Esse conflito institucional acabaria em 10 de junho de 1911, quando uma fiel que fazia parte do rol de membros da IBPA, Celina de Albuquerque, primeira brasileira a receber o batismo com Espírito Santo, começou a falar em línguas estranhas (glossolalia), e acabou sendo expulsa da igreja com 16 membros. A Casa de dona Celina se tornou o primeiro espaço para as reuniões e outras manifestações espirituais do novo movimento religioso no Brasil. Outros membros dissidentes da IBPA e novos que se agremiaram, os dois missionários suecos chamaram o novo trabalho de Igreja da Fé Apostólica, com o mesmo formato norte-americano (COSTA, 2011, p.52).

O trabalho foi iniciado no dia 18 de junho de 1911, tendo como pastores Gunnar Vingren e seu auxiliar, Daniel Berg. O nome da mais nova denominação pentecostal brasileira era muito semelhante ao da famosa igreja norte-americana na Azusa Street, em Los Angeles, Missão da Fé Apostólica, que havia sido fundada por um pastor negro, William Seymour, em 1906. Contudo, anos mais tarde, a igreja brasileira decidiu mudar o nome para Assembleia de Deus.

A igreja fundada pelos missionários suecos no Brasil só registrou o estatuto de pessoa jurídica sete anos depois, embora seu primeiro templo tenha sido inaugurado em 1914 no país. O nome “Assembleia de Deus” foi registrado somente em 1918.¹¹ A adoção do novo

¹¹ O nome Assembleia de Deus foi panteado em 1958 pela AD de Porto Alegre, dirigida pelo missionário sueco Gustav Nordlund, criando um mal-estar com a Convenção Geral das Assembleias de Deus (CGADB). Em 2004, no entanto, a AD de Porto Alegre transferiu a patente à CGADB. (FARJADO, 2015, p.4).

nome instaurou dúvidas entre as primeiras lideranças, visto que Assembleia de Deus estava associado à denominação norte americana *Assemblies of God*, fundada em 1914, defensora da segregação racial, uma instituição estruturalmente branca e elitizada. E “essa não era a intenção dos missionários”. (ALENCAR, 2000, p.57).

A Igreja cresceu aceleradamente, sendo que na fase inicial concentrou seu processo de expansão nas regiões norte e nordeste do Brasil. O estado do Pará, bem como as demais localidades que estavam no raio de atuação dos missionários, foram as primeiras regiões a experimentarem a nova doutrina pentecostal. Depois foi o Ceará em 1914, Alagoas em 1915, Pernambuco e Amapá em 1916, Maranhão em 1922 e Rio Grande do Sul em 1924. Esse crescimento chega a ser “aleatório, desordenado, porém, persistente”. Não se percebe uma organização administrativa, nem um projeto estabelecido pela liderança da instituição. A igreja se multiplicava com a abertura de novos templos.

O trabalho de Gedeon Freire de Alencar (2000), dá a dimensão desse processo inicial. O título da pesquisa indica o dinamismo da instituição: *Todo Poder aos Pastores, Todo Trabalho ao Povo, Todo Louvor a Deus. Assembleia de Deus: Origem, Implantação e Militância (1911 – 1946)*. Alencar divide em 3 períodos ou fases a história das Assembleias de Deus. A primeira vai de 1911 até 1930, onde se entende como o momento de implantação das “seitas pentecostais”, tendo como principais fatos a construção do primeiro templo. (ALENCAR, 2010, p.45). Fazia-se necessário, os aparatos de organização mais adequados para reger o crescimento da igreja no campo religioso brasileiro. Em 1929, vários pastores das AD do norte e nordeste do país se reuniram na cidade de Natal para pensarem estratégias e refletirem sobre o crescimento acelerado da instituição. Neste mesmo período, a igreja fundada pelos suecos passaria por várias mudanças e conflitos internos, sobretudo, em relação às lideranças. Os pastores brasileiros decidiriam também que a Igreja Assembleia de Deus no Brasil precisaria andar com *suas próprias pernas*, tornando-se independente das missões estrangeiras.¹²

O segundo período vai de 1930 a 1946, momento de consolidação e crescimento da instituição no estado do Pará. Nesse período a denominação passou a instituir diácono e presbítero em sua hierarquia¹³. (ALENCAR, 2000, p.46). Nesta fase de institucionalização da

¹² Antes da convenção de 1930, os obreiros nacionais, todos do nordeste, reuniram-se de 17 a 18 de fevereiro de 1929, em Natal. Sem a presença de nenhum missionário sueco, decidiram que já era hora da igreja se tornar autônoma da Missão Sueca, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Estavam presentes naquele encontro os pastores Cícero Canuto de Lima, Francisco Gonzaga da Silva, Antônio Lopes, Ursulino Costa, José Amador, Napoleão de Oliveira Lima, José Barbosa, Francisco César, Natanael Figueiredo e Pedro Costa. (COSTA, 2011).

¹³ A hierarquia assembleiana tem a presumível pirâmide: na base, auxiliar, diácono, presbítero, evangelista, pastor, e no topo, o pastor-presidente. No entanto, até hoje, há alguns Ministérios que não consagram presbíteros, pois entendem que esta designação é sinônima de pastor. (ALENCAR, 2010).

igreja, desenvolve-se um jornal de circulação nacional¹⁴, funda-se uma convenção (a CGADB)¹⁵ e organiza-se uma editora (a CPAD – Casa Publicadora das Assembleias de Deus). Nesse ínterim, os primeiros missionários suecos que vinham de um país protestante acabaram questionando o modelo de institucionalização que a Assembleia de Deus enfrentara. Passar pelos rituais de modernização burocrática enfatizada pela sociedade seria retroagir aos modelos das denominações protestantes históricas. Esses missionários fundadores haviam passado por experiências desagradáveis antes da chegada ao Brasil. O sistema centralizado da igreja hegemônica e estatal na Suécia, que chegou a perseguir a “minoría batista” na região, atemorizava os fundadores. (FARJADO, 2015, p.82).

Aconteceu entre os dias 5 e 10 de setembro de 1930, em Natal-RN, o que os missionários suecos mais temiam: nova forma organizacional da denominação. A primeira reunião da CGADB, organizada pelos pastores nacionais das frentes Norte e Nordeste, foi presidida pelo pastor Cícero Canuto de Lima, um pastor brasileiro. Entre as principais pautas se discutia: o relatório de trabalhos já realizados pelos missionários, autonomia do trabalho pentecostal do Norte e Nordeste, bem como da nova liderança, consolidação de outros instrumentos de doutrinação, e o trabalho feminino na igreja. (FARJADO, 2015, p.81). Nesta primeira convenção, reuniram-se 27 pastores, entre os quais, 11 eram missionários suecos. Estava entre eles, Frida Vingren, esposa do pastor sueco Gunnar Vingren e Lewy Pethrus, que veio da Europa. Pethrus era o pastor titular da Igreja Filadélfia de Estocolmo, que desde 1917, enviava missionários para o Brasil para ajudar Daniel Berg e Gunnar Vingren.

Na visão dos missionários pioneiros (Berg e Vingren), a participação da principal liderança, Pethrus, que no início financiou as primeiras empreitadas para o desenvolvimento das ADs no Brasil, com doações financeiras e recursos humanos, poderia evitar uma possível separação entre os missionários suecos e pastores brasileiros. Na convenção geral, Lewy Pethrus decidiu entregar a liderança das ADs Norte e Nordeste aos pastores brasileiros, além de permitir um sistema de igrejas livres com autonomia para potencializarem seu

¹⁴ Cabe lembrar: Em novembro de 1917, os pastores Almeida Sobrinho e João Tigreiro, criaram o Jornal periódico, “A voz da Verdade”, que tinha função de trazer notícias sobre as Assembleia de Deus em Belém. O Jornal só circulou um ano. Em 1919, o pastor Gunnar Vingren, funda outro periódico chamado “Boa Semente”, em Belém, objetivando divulgar as doutrinas da Igreja e concentrar informações acerca de ADs em outras regiões. Esse periódico circulou até 1929. Com o deslocamento do Pastor Vingren para o Rio de Janeiro, o mesmo cria outro periódico chamado “Som Alegre”. Na Convenção de 1930, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, entram em consenso para a criação de um único órgão oficial da denominação, capaz de congregar esses e outros objetivos, como fonte de informações oficiais. Neste caso surge o “Mensageiro da Paz”, com sua primeira edição tirada em 1º de dezembro de 1930. (ALMEIDA, 2016, p.104).

¹⁵ A CGADB tem início em 1930, com sua primeira assembleia geral na cidade de Natal. Em 2004 a Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD) lança os anais das convenções gerais de 1930 até 2003. (COSTA, 2011, p.41).

desenvolvimento interno. Assim, foi entregue a líderes locais o controle dos templos fundados nos estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. (COSTA, 2011, p.55).

Outro encaminhamento encabeçado da primeira convenção foi que, uma vez consolidados os trabalhos nessas primeiras regiões, os missionários deveriam direcionar seus esforços para as regiões mais ao Sul do Brasil, onde a igreja poderia igualmente se desenvolver. Consolidado o trabalho nas regiões iniciais, a permanência de conflitos entre alguns pastores brasileiros e missionários suecos, a relevância dos encaminhamentos e deliberações da primeira reunião geral, contribuíram para a transferência do centro de poder da instituição das AD de Belém para o Rio de Janeiro, então capital do país, como parte da estratégia de desenvolvimento. A intenção era deixar o nordeste “livre” para as lideranças dos pastores brasileiros. O ano de 1930 foi um marco na história da AD, onde a instituição vivenciou uma nova fase, com mais autonomia. Os suecos continuariam exercendo grande influência sobre os rumos da Assembleia de Deus brasileira até 1951.

Apesar da autonomia concedida, os suecos continuaram com grande influência sobre os rumos da AD brasileira, principalmente sobre os aspectos ligados às crenças, costumes, doutrinas e posições teológicas. Mesmo depois da autonomia de 1930, os suecos presidiram a Convenção Geral, por quatorze mandatos, entre o período de 1931 a 1951. Só o missionário Samuel Nyström a presidiu por nove mandatos. Nyström foi o principal responsável pelas concepções teológicas adotadas pela AD, até os dias de hoje, devido à sua postura, contrária à criação de instituições de ensino teológico e pela consagração de mulheres ao ministério da igreja. (COSTA, 2011, p.55).

Nesse momento as ADs passavam a desenvolver sua estrutura institucional, criando os próprios instrumentos de comunicação, elementos que foram importantes para a construção de um *ethos* assembleiano, como: hinário, denominado como Harpa Cristã; jornais; revistas de escolas bíblicas (EBD)¹⁶, etc. Essas iniciativas serviriam para a construção de uma identidade institucional. A centralidade desses órgãos de comunicação continuaria sob posse dos pastores suecos.

Os Jornais, livros, revistas da EBD e hinários da harpa cristã são considerados os principais instrumentos de doutrinação das Assembleias de Deus no Brasil. São elementos cruciais para a unificação das crenças e do comportamento da denominação, servindo também como veículos de inculcação de valores do *ethos* assembleiano. Criaram dois jornais

¹⁶ As revistas da EBD, Escola Bíblica Dominical, são lançadas em 1922 como suplemento do Jornal Boa Semente, escritas por Samuel Nystron, para reuniões de estudos bíblicos e existem até hoje. É muito interessante esta ênfase no estudo, até porque vai contra o estereótipo pentecostal avesso ao estudo formal. Na história da AD, no texto final, se diz ufanisticamente que se vende mais de 2 milhões de revistas da EBD por semestre. (ALENCAR, 2000, p.105).

encabeçados por duas lideranças estratégicas para a instituição: *Jornal Boa Semente*, produzido em Belém por Samuel Nystrom; e, *Som Alegre*, que passou a ser produzido no Rio de Janeiro por Gunnar Vingren e sua esposa Frida. Na Convenção Geral de 1930, decidiram unir os dois periódicos, passando a ser chamado de *o Mensageiro da Paz*, editado por Samuel e Frida no Rio de Janeiro.

O terceiro período da história das ADs no Brasil foi marcado pela oficialização e consolidação da instituição em relação a todos os estados brasileiros, a partir de 1946. Neste ano, observa-se a evolução das Assembleias de Deus no Pará, Amazonas e Maranhão. É nesse momento que a CPAD se registra estatutariamente, passando a ser considerada um órgão oficial da igreja. (ALENCAR, 2000, p.47).

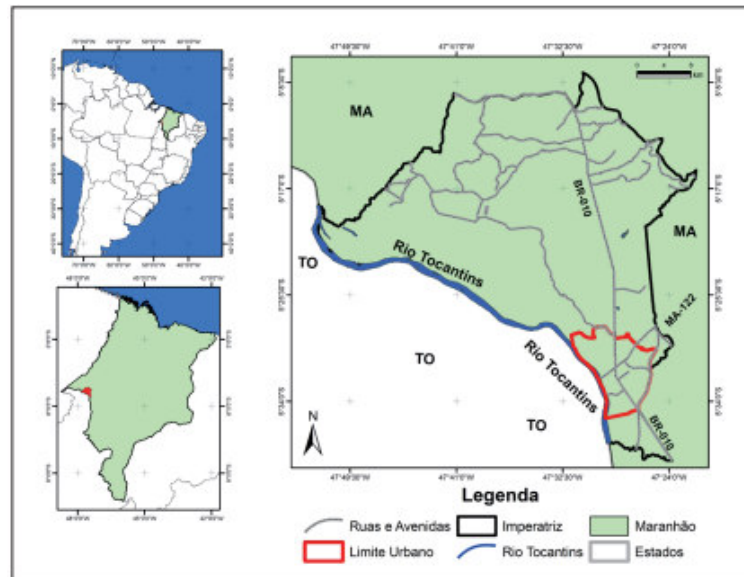
A partir daqui pensaremos em uma quarta fase, entre os anos de (1950-1991), marcada por um crescimento considerável no país, com ênfase em uma estratégia de trabalho denominada pelos membros como trabalho missionário, e também pela criação e divisão em *ministérios*¹⁷. Em 1961, as Assembleias de Deus já contavam com um milhão de membros. Entende-se que a expressão social conquistada pela AD enquanto instituição ao longo das primeiras décadas do século XX, segue garantindo muitos benefícios. A medida que a igreja crescia, aumentava também a disputa interna pelo poder.

Seu processo de expansão não foi projetado, no sentido de uma coordenação forte nacional, como afirmado, e sim fruto da iniciativa de homens e mulheres, em sua maioria leigos, muitos deles em processo de migração, fugindo das secas das regiões norte e nordeste, em busca de uma melhor qualidade de vida. Onde se estabeleciam, inauguram pequenas comunidades de fé com base da doutrina pentecostal, gerando grande capilaridade para essa igreja. Dessa forma, analisamos a Assembleia de Deus, representante do pentecostalismo clássico no Brasil, em um espaço cheios de debate histórico/sociológico. Em 2021 a AD completou 110 anos de sua implantação, entre litígios, mudanças profundas e cisões.

3.3 As Assembleias de Deus em uma região de fronteira maranhense

Para abrirmos esta seção, desenvolveremos algumas informações sobre a cidade de Imperatriz e também sobre o objeto de pesquisa em análise, como parte da proposta da pesquisa, intencionando compreendermos a história da cidade e das Assembleias de Deus em Imperatriz.

¹⁷ Cria-se aqui o conceito de “Ministério”, sem o qual não é possível entender a configuração atual da AD. O Ministério, no sentido corporativo-institucional, diz respeito aos grupos de igrejas liderados por um mesmo pastor-presidente e que têm autonomia administrativa em relação aos demais Ministérios, podendo manter ou não um vínculo com uma convenção de abrangência nacional, como a CGADB. (FARJADO, 2015, p.8).



Fonte: Gioppo & Lima (2018, p.120).

Com uma população de 260 mil habitantes e 1.367,90 km² de área total, a cidade de Imperatriz está localizada às margens do Rio Tocantins, no sudoeste do estado do Maranhão, entre a Mata dos Cocais e a Pré-Amazônia. Distante 629,5 km de São Luiz, Imperatriz teve pouca ligação com sua capital. A historiografia aponta o distanciamento geográfico e a falta de estradas no momento da sua fundação, para justificar esse afastamento¹⁸.

Imperatriz não passou pelo mesmo processo de colonização da capital, e foi ocupada tardiamente. Sua fundação data da metade do século XIX, 16 de julho de 1852. Foi por uma missão religiosa enviada pelo estado do Pará, prospectando o vasto território ao sul, desconhecido e habitado pelas temidas nações indígenas, que uma expedição de colonização comandada pelo capelão Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, em julho do mesmo ano, funda o então povoado que passa a se chamar Povoação de Santa Tereza de Imperatriz.

Assim, no dia 16 de julho de 1852, quando o rio Tocantins se mostrava com todo seu esplendor, as praias e as margens se apresentavam exuberantes, frei Manoel Procópio aportou ao lado da confluência com o riacho Cacau, local que imaginou livre das águas durante o período invernos. Com eles seguiam os colonos Juvenal Simões de Abreu e Zacarias Fernandes e mais quatro soldados. Por conta das cheias e inundações, ele procura outro lugar adequado. A nascente povoação foi então mudada para outro lugar, onde hoje é a praça da Meteorologia. Ali, o missionário logo construiu uma capela em honra a Santa Teresa D'Ávila, Santa espanhola. Assim se fundou e estabeleceu a povoação de Santa Teresa, denominada também de Santa Teresa do Tocantins. (FRANKLIN, 2005, p.44).

¹⁸ Acesso em: <https://www.imperatriz.ma.gov.br/portal/imperatriz/a-cidade.html>.

Anos mais tarde, em 1856, a Assembleia do Maranhão, por força de uma lei Provincial nº 398, cria a Vila Nova de Imperatriz, sancionada pelo barão de Coroatá, Manuel Gomes da Silva Belfort, que presidia a Assembleia naquele momento. (FRANKLIN, 2005, p.53). Conta-se que com o tempo, a própria população simplificava o nome, chamando-a somente de Imperatriz. Em abril de 1924, através da lei nº 1.179, o povoado foi elevado à cidade, com o nome de Imperatriz. (FRANKLIN, 2005, p.71). Até meados dos anos 1950, era considerada pequena, além de isolada e afastada dos grandes centros, por faltas de estradas. Chegou a ser chamada, por conta dessa característica, de “Sibéria Maranhense”. Esta situação só é modificada a partir da década de 50, com a construção e pavimentação da estrada que interligou a cidade de Imperatriz à Grajaú, e em seguida, em 1958, com a construção da grande rodovia Belém-Brasília, BR-010, interligando a jovem cidade aos grandes centros comerciais do Brasil.

Esse processo tirou-a do isolamento geográfico, incrementando o fluxo migratório e a ocupação das terras devolutas, influenciando também sobre o desenvolvimento do comércio e dos transportes, resultando em rápido crescimento urbano, demográfico e econômico. A partir de então, os migrantes que chegavam, ocupavam terras, formavam vilarejos e cultivavam principalmente o arroz. Para contornar as irregularidades no traçado urbano resultante do rápido crescimento populacional entre as décadas de 1950 e 1970, foi aprovada a criação de novos municípios, a partir do desmembramento do território original de Imperatriz. Em pouco mais de seis décadas, a cidade perdeu 91,6% de seu território original. (SOUSA, 2009, p.3).

A partir de então, depois de um período, a cidade passou a se desenvolver. Em 1960, Imperatriz apresentou um acelerado desenvolvimento, e em 1970, era considerada a cidade que mais progredia no país, tornando-se a segunda maior cidade do estado, situada na região tocantina, a mais importante região sul do Maranhão. Na metade do século XX, entre os anos de 1950 e 1980, Imperatriz passou a desenvolver novos ciclos econômicos, dentre eles: ciclo do arroz, ciclo da madeira e ciclo do ouro (Serra pelada)¹⁹. As atividades econômicas que a cidade desenvolveu foram fatores preponderantes para as ondas de migrações vindas do Piauí, Ceará e de outros estados vizinhos. (COSTA, 2011, p.73). Todos os ciclos econômicos que a cidade experimentou marcaram fortemente o seu desenvolvimento, e por força do seu desempenho em setores considerados estratégicos, não somente no setor econômico, Imperatriz passou a se destacar também no campo político, cultural e da educação.

¹⁹ Localizado no município de Curionópolis, no sul do estado do Pará. Antes era uma povoação da cidade vizinha de Marabá, mas foi elevada à condição de município em 1988. O garimpo situa-se a aproximadamente 330 Km de Imperatriz. Apesar da distância, impactou fortemente a dinâmica socioeconômica imperatrizense em toda a década de 1980.

Com a ampliação da zona urbana de Imperatriz, iniciou-se um processo de incentivo a outros setores, como construção civil, fábrica de cerâmica, indústria de madeira, comércio varejista e prestação de serviço, aquecendo a economia da cidade. A medida que Imperatriz se desenvolvia, crescia também os enfrentamentos, marcado por intensos conflitos entre posseiros e grileiros, especialmente entre as décadas de 60 e 70. (SOUSA, 2009, p.44). Imperatriz tornou-se uma região de fronteira²⁰, um lugar de conflito e enfrentamento. Entendemos o termo fronteira não apenas de natureza especificamente geográfica, mas de ordem ideológica, étnica, religiosa. São esses embates das mais diversas variáveis que impactaram a cidade.



Fonte: Gioppo & Lima (2018, p. 132).

ASPECTO DA RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA (BR-010).

(A) IMAGEM HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DA RODOVIA NA REGIÃO TOCANTINA (DÉCADAS DE 1950 A 60); (B) RODOVIA EM IMPERATRIZ-MA (2016)

Na segunda metade do século XX, a cidade irrompe em crescimento exponencial. A construção da rodovia Belém-Brasília foi um dos fatores determinantes para esse crescimento. Imperatriz, como outras cidades, Estreito e Açailândia, e cidades vizinhas da região tocantina, foram todas tocadas pelo desenvolvimento. Esse crescimento acelerado

²⁰ Para Martins (1997), o conceito de fronteira está relacionado diretamente à questão civilizatória, ideológica, étnica, religiosa etc. Um lugar de enfrentamento do outro, do encontro da alteridade. A fronteira também é o lugar de elaboração da “esperança”, “atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos”. Martins assinala o caráter religioso, amiúde milenarista, das populações camponesas que migram para melhorar de vida, amalgamando elementos da frente de expansão com uma visão de mundo mística. (MARTINS, 1997, p.11).

constituiu um elemento catalisador para a implantação de igrejas nessas cidades e povoados. A rodovia BR-010, colaborou, possibilitando a expansão dos trabalhos.

Com a chegada da rodovia Belém-Brasília (BR-010) em 1960, ocorreu o surgimento de vários lugarejos, especialmente às suas margens. O primeiro povoado a ser alcançado [pela igreja] foi Açailândia, que era apenas um acampamento dos trabalhadores que a construíram. Nesse avanço [...], a igreja alcançou outros povoados, como Perdidos, Cajuapara, Itinga, Água Azul, Concrem e Ligação, Sentido Norte. Estes três últimos pertencem ao Estado do Pará [...]. Na direção sul, sentido Brasília [...] chegou-se até o povoado Lajeado. [...] Com a abertura da rodovia que liga Açailândia à cidade de Santa Inês (BR-222), abriram-se novas frentes de trabalho que iam surgindo ao longo de suas margens. (ALVES, 2002, p.57).

Os fundadores da Assembleia de Deus em Imperatriz foram atraídos pelo desenvolvimento econômico. Muitos deles fugiam da fome e seca no Estado do Piauí, e migraram para o Maranhão procurando melhores condições de vida. O desenvolvimento preparava o ambiente adequado para a consolidação da AD no campo religioso em Imperatriz e região. (SOUSA, 2010, p.53). Sem embargo, o processo de urbanização acelerado era desajustado, sem infraestrutura adequada, ocasionando problemas e mazelas sociais à medida que a cidade crescia. Faltava escola, moradia adequada, saneamento básico, havia altos índices de criminalidade, insegurança, etc. Foi nesse cenário que essa igreja se desenvolveu em Imperatriz.

Segundo Mariano (2005), esse cenário de precariedade social foi elemento substancial para a consolidação do pentecostalismo, pois, o movimento atraiu as camadas mais pobres e marginalizadas:

Com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento e esperança diante de situação tão desesperadora, os estratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os mais marginalizados – distantes do catolicismo oficial, alheios a sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à própria sorte pelos poderes públicos – têm optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais. Nelas, encontram receptividade de apoio terapêutico-espiritual. (MARIANO, 2005, p.28).

Por muitos anos, Imperatriz foi percebida como área fronteira, um lugar de poucos habitantes, considerado um *lugar de ninguém*. Ao mesmo tempo, representava um lugar de luta e esperança por uma vida melhor. Hoje é possível notar a acentuada evolução social e econômica nos mais diversos setores da cidade, com educação pujante em vários cursos de Graduação e Pós-Graduação, além de grandes empresas dos mais diversos ramos. A trajetória histórica e o desenvolvimento de Imperatriz deram-lhe diversos títulos, entre eles os de

“Princesa do Tocantins”, “Portal da Amazônia”, “Capital Brasileira da Energia” e “Metrópole da Integração Nacional”.

Com o crescimento da cidade, observou-se o surgimento de diversos grupos de fé, diversificando o campo religioso de Imperatriz, dentre eles, o crescimento em número de adeptos entre os pentecostais. É na IEADI que parte considerável da população imperatrizense foi encontrar apoio espiritual e sentido para prosseguir na busca por melhores condições de vida e expectativa sobre a eternidade. A denominação se estabeleceu e compõe a história da cidade.

3.4 Estruturação e modos de recomposição organizacional da Assembleia de Deus em Imperatriz

A Assembleia de Deus em Imperatriz (IEADI), foi fundada pelo Pastor Plínio Pereira de Carvalho, que migrou do Estado do Piauí com a família e alguns amigos.²¹ Conforme Costa (2011), o primeiro culto pentecostal na cidade foi realizado em 1952. A igreja foi fundada por aquele pastor com apenas 16 membros. (COSTA, 2017, p.176). A data 16 de setembro de 1952, constitui-se o marco de fundação da Assembleia de Deus em Imperatriz, em uma casa comprada pelo pastor Plínio. O grupo inicial era composto por: Maria Rodrigues Carvalho, Marcos Rodrigues Bandeira, Rosa Rodrigues Bandeira, Jorge Pereira da Silva, Francisca Bandeira da Silva, Januário Rodrigues Bandeira, Pedro Pereira Rocha, Neném Bandeira, Amadeu Bandeira, Maria Dorací, e outros nomes, os primeiros pentecostais a iniciar o trabalho na cidade.

Com a chegada da AD em 1952, teve início um processo de conquista do campo religioso através de “conversões em nome de Deus”, em um embate com a Igreja Católica. Os sacerdotes católicos locais tentaram impedir a implantação da nova igreja na cidade, mantendo-se como resistência durante muito tempo. (COSTA, 2011, p.80). O grupo pentecostal decidiu expandir a igreja, intensificando os trabalhos de evangelização em Imperatriz. Passados alguns meses, a igreja adquiriu um salão que ficava localizado na rua Gonçalves Dias, para assim

²¹ O pastor Plínio Pereira de Carvalho foi consagrado ao ministério pelo missionário húngaro João Jonas, em 1950, sendo enviado do Piauí para o Maranhão, mais precisamente, para a cidade de Montes Altos, onde dirigiu a AD por um ano. Em 1952, foi transferido pelo pastor Francisco Pereira do Nascimento, presidente do Serviço de Evangelização dos Rios Tocantins e Araguaia-SETA, para a cidade de Imperatriz, onde fundou a AD, no dia dezesseis de setembro de 1952, acompanhado de 15 pessoas, vindas do Piauí. Realizou o primeiro culto pentecostal da cidade em uma casa localizada na Rua XV de novembro. Dois anos depois, construiu lá uma congregação, que funcionou como sede da IEADI, até o ano de 1999, quando a sede passou para o “grande templo”, com capacidade para mais de 12.000 pessoas. (COSTA, 2011, p.78).

melhorar a acomodação dos fiéis, dado que o número aumentava a cada dia. Em 1954, dois anos depois, houve a necessidade da compra de um terreno maior, para a fixação daquele projeto que avançava. O trabalho da Assembleia de Deus em Imperatriz e adjacência teve um crescimento surpreendente em um curto espaço de tempo. A rua 15 de novembro, n. 507, esquina com a rua Gonçalves Dias, foi o local onde foi construído a primeira casa de oração da Assembleia de Deus em Imperatriz, sendo inaugurada no dia 1º de setembro de 1957.

O pastor Plínio que já tinha liderado a Assembleia de Deus em Montes Altos, uma das cidades vizinhas de Imperatriz, ampliara sua liderança fundando e presidindo a Igreja de Imperatriz. Por determinação convencional, foi transferido para outra cidade, deixando a Igreja de Imperatriz, que passou a ser liderada pelo pastor Luiz de França Moreira, que estava à frente da AD em Amarante, a 120 km de Imperatriz. O pastor Moreira, casado com Maria Moreira (Maroca), presidiu a denominação de 1954 a 1984. Em 1955, a Assembleia de Deus em Imperatriz já podia somar mais de 200 membros. Depois desse período não há registro do número de membros nessa gestão, apesar de seguir crescendo. (ALVES, 2002, p.57).

Toda a região Tocantina e cidades que faziam fronteira com Imperatriz estavam sendo evangelizadas por essa igreja. Em cada povoado e vilarejo, os pastores abriam novos templos. É válido ressaltar que o pentecostalismo implantado na região Sul do Maranhão teve raízes oriundas de Belém do Pará. Assim, em abril de 1947, por determinação da Convenção das Assembleias de Deus do Pará, chegou à Carolina, cidade margeada pelo Rio Tocantins, o jovem pastor Armando Chaves Cohen, vindo de Belém, designado para estabelecer uma Convenção com fins específicos de evangelização das cidades, povoados e vilarejos que ficavam próximo ao rio Tocantins e Araguaia. Carolina foi escolhida para ser a sede da convenção por ser a maior cidade naquele momento, tendo, inclusive, um trânsito econômico intenso para aquela época. Cohen já conhecia a cidade que seria implantada a convenção, dado que em 1948, o pastor já havia trabalhado na cidade de Carolina, desenvolvendo os primeiros trabalhos de evangelização. No dia 15 de outubro de 1952, trouxe da Igreja de Belém, convenção do Pará, presidida na época pelo pastor Francisco Pereira do Nascimento, o projeto oficial de consolidação da convenção do SETA (Serviço de Evangelização dos Rios Tocantins e Araguaia).

A Igreja-Mãe, como é conhecida a AD de Belém do Pará, foi responsável, como mencionamos antes, pelo estabelecimento de igrejas pentecostais no sul do Maranhão. A criação do SETA foi motivada pela necessidade de organizar as igrejas existentes naquela região e de estabelecer novas igrejas nas cidades e povoações que margeavam os rios Tocantins e Araguaia. (COSTA, 2017, p.187).

O projeto abarcava a região sul do Estado do Maranhão, parte sul do Pará, norte de Goiás – região que margeia o outro lado do Rio Tocantins, que em 1988 passou a corresponder ao novo Estado do Tocantins –, e o norte do Mato Grosso. O pastor Luiz de França Moreira assumiu a direção da convenção SETA em 1957, acumulando com a liderança da Igreja de Imperatriz. A convenção SETA foi entregue pelo pastor que presidia a Convenção do Pará e Carolina-MA, Francisco Pereira do Nascimento. Anos mais tarde, o pastor Moreira transfere a sede da convenção de Carolina para a cidade de Imperatriz.

Nos anos iniciais da expansão da instituição em Imperatriz, a AD passou a se organizar institucionalmente, resultando em um crescimento consistente. O registro como pessoa jurídica ocorre em 1977, sob o comando do pastor Moreira. Em linguagem religiosa, aquela fase era celebrada com a construção de muitos templos: “nos primeiros 40 anos de atividade, como fruto do trabalho brilhante feito por abnegados servos de Deus”. (ALVES, 2002). Da sua fundação até os primeiros anos do século XXI, a Igreja já contava com mais de 30 congregações.

Em 1984, o paraense Jairo Saldanha de Oliveira assumiu a presidência da IEADI, permanecendo até 1993.²² Antes de assumir a IEADI, o pastor Jairo já tinha liderado igrejas em Tocantinópolis, Varjão dos Crentes e João Lisboa. A liderança do pastor Jairo era sentida na comunidade, levando-o a se lançar candidato a vereador e posteriormente a deputado estadual. A administração do pastor Jairo foi marcada também pela construção do Templo Central das Assembleias de Deus, localizado na Rua Gonçalves Dias, esquina com a rua Pará. Teve início em 1986 e foi inaugurado dezembro de 1999, 13 anos após, já na gestão do atual presidente da AD em Imperatriz, pastor Raul Cavalcante Batista. O desenvolvimento da instituição era pujante e notório, da sua fundação até meados dos anos 2000.

O pastor Pedro Lima Santos, então presidente da convenção, decidiu dividir a Convenção SETA em que a Igreja de Imperatriz fazia parte em três convenções regionais. O pastor Jairo não assumiu a presidência da convenção regional, como seu antecessor pastor Luiz de França Moreira no passado. Foi em 2003 que a SETA foi repartida em: CIADSETA-TO, abrangendo o estado do Tocantins; CIADSETA-MA, envolvendo a região sul do estado do Maranhão; CIADSETA-PA/MT, que abarcaria o sul do Pará e o norte do Mato Grosso. A princípio isso fora considerado um avanço pelos líderes, para trazer mais desenvolvimento e

²² O pastor Jairo Saldanha de Oliveira nasceu em Soure, na Ilha de Marajó, em 03/04/1927. Seu pai, Isidoro Saldanha de Oliveira foi o primeiro pastor das ADs a ser consagrado no Brasil pelos missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren. Em 25/08/2001, o Pastor Jairo Saldanha de Oliveira concedeu entrevista a este pesquisador, e dela são extraídas as várias informações sobre o Pastor Armando Chaves Cohen. (COSTA, 2017, p.191.)

organizar a atuação das instituições em seus Estados. No entanto, apesar da divisão ser considerada de natureza pacífica e consensual, em pouco tempo deu ocasião para uma ampla concorrência intradenominacional. Em novembro de 2004, a CIADSETA-MA teve sua nomenclatura modificada para Convenção dos Obreiros das Assembleias de Deus do SETA no Sul do Maranhão – COMADESMA. Em 2010 por força de ajustes geográficos, documentação e registro na CGADB, sua denominação foi alterada novamente, mantendo a sigla: COMADESMA:²³ Convenção dos Ministros das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do SETA (Serviço de Evangelização, Trabalho e Ação) no Maranhão e em outros Estados da Federação. A IEADI permanece sob a jurisdição da COMADESMA e não se limitou apenas à cidade de Imperatriz. Segundo dados do IBGE de 2010, dos 247 mil habitantes de Imperatriz, 39.856 declararam pertencer à Assembleia de Deus.

Tabela 4 - Número de adeptos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Imperatriz

Tabela 2094 - População residente por cor ou raça e religião		
Variável - População residente (Pessoas)		
Município - Imperatriz (MA)		
Cor ou raça - Total		
Religião	Ano	
	2000	2010
Total	230.566	247.505
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Assembléia de Deus	29.978	39.896

Fonte: IBGE (2010).

Entre os anos de 2000 e 2010 a instituição cresceu mais que as outras denominações no campo religioso do município. A IEADI possui 16,25% da população municipal.

²³ A COMADESMA - Convenção dos Ministros das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do SETA (Serviço de Evangelização, Trabalho e Ação) no Maranhão e em outros estados da Federação, desmembrada da CIADSETA na Assembleia Geral Ordinária em 25 de julho de 2003 na cidade de Imperatriz-MA, por iniciativa do Sr. Presidente Pr. Pedro Lima Santos. É uma organização religiosa, com fins não econômicos, composta pelas igrejas filiadas no Maranhão e em outros estados da Federação, e outras que a ela venham se vincular; tendo sido denominada primariamente CIADSETA-MA e alterada para COMADESMA, em 27 de novembro de 2004. https://comadesma.com.br/quem_somos.php. (acesso em: 23/04/2021).

Atualmente, por conta do seu crescimento proporcional em relação aos demais agentes do seguimento evangélico, a IEADI se tornou representante do movimento pentecostal na cidade.

Um dos fundamentos que explicariam o rápido crescimento da denominação na cidade estaria na capacidade de articulação e administração de sua liderança. Alguns líderes, como o pastor Raul, tinham experiência em administração de instituições bancárias e formação acadêmica. O pastor Raul Cavalcante Batista, atual presidente da igreja, assumiu a liderança da IEADI em 1993, com 30 congregações e 8 mil membros.²⁴ Ele introduziu uma administração de recorte profissional e organizada. Criaram secretarias (educação, política, assistência social, etc.), departamentos, distribuíram as congregações por áreas administrativas, (12 áreas, no total) e colocaram outros pastores para supervisionar sobre cada uma delas. Estabeleceu-se metas de crescimento e plano de expansão. Em 2017, a estratégia utilizada para o crescimento foi a de segmentar a igreja em outros campos, dando autonomia aos pastores para desenvolverem a instituição. A estratégia gerou crescimento, mas trouxe novos problemas. A medida que novos bairros surgiam, outras denominações com suas mais diversas práticas e crenças religiosas apareceram na cidade. O campo religioso em Imperatriz ampliou-se, e com ele, os conflitos também.

De acordo com Costa:

Reflexo disso foi o crescimento da instituição, desde a sua chegada: catalisou o projeto “Campos Brancos”; dinamizou o instituto bíblico; ampliou o número de congregações e multiplicou o número dos membros e congregados; criou um sistema de comunicação composto por TV, rádio e jornal impresso. Fez com que a instituição crescesse em maior proporção que o crescimento da cidade, aproveitando o boom de crescimento pelo qual esta passava. (COSTA, 2011, p.88).

A instituição ascendeu a passos largos, comprou canais de comunicação (TV, rádio), criou instituição teológica (IBADI-Instituto Bíblico das Assembleias de Deus) e desenvolveu projetos de impacto na cidade, entre eles, o projeto “campos brancos”²⁵ e o “década da colheita”, que sinalizam a direção e posição da denominação no município. Os projetos tinham como principal objetivo ampliar o número de membros da instituição, e seu sucesso pode ser percebido ocorrendo em outras regiões do país por iniciativas das igrejas

²⁴ Pastor Raul nasceu na cidade de Imperatriz em, 02 de abril de 1952. Converteu-se à AD aos 7 anos, sendo batizado aos 13 anos e casou com Rute Ribeiro em 1973. Antes de ser pastor, foi bancário, atuando em 4 bancos. A passagem pelos bancos fora de suma importância para a implantação do modelo da sua gestão na IEADI a partir de 1993. (COSTA, 2017).

²⁵ O projeto “Campos Brancos” foi criado em 1992, com o objetivo de recrutar, treinar e enviar missionários para o Brasil e para o exterior. De acordo com o responsável pelo projeto, o missionário Francisco Ramos da Paz, a IEADI, em 2010, contava com mais de 450 missionários em várias regiões do Brasil e em países de todos os continentes. De acordo com ele, o objetivo era enviar e manter 700 missionários até o final de 2014, quando encerrou o projeto “Década da Colheita”. Sobre o projeto Década da Colheita, discorreremos em momento oportuno. (COSTA, 2011, p.177).

locais. Em janeiro de 2017, a IEADI tinha 180 congregações organizadas. Nessa ocasião, o Pr. Raul Cavalcante realizou um novo e ousado projeto de emancipação, repartindo o campo em mais sete novos campos. Atualmente, a estrutura hierárquica do poder da IEADI é composta por 263 congregações na cidade de Imperatriz, dividida em 23 campos, com seus respectivos pastores-presidentes.

4 ASSEMBLEIA DE DEUS E POLÍTICA EM IMPERATRIZ: estratégias institucionais, critérios de seleção e percepções subjetivas de lideranças locais

O presente capítulo envolve as Assembleias de Deus e seu relacionamento com a política em Imperatriz, e trata de compreender as estratégias políticas da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Imperatriz a partir das percepções subjetivas de lideranças religiosas destacadas pelo engajamento no espaço político local. É evidente nas pesquisas que a atuação das ADs no Brasil se deu mais organizadamente no cenário político a partir de 1986, mudando do afastamento para a articulação institucional. Isso também ocorreu na experiência política da IEADI, especialmente a partir de 2007, onde se percebem determinados projetos para justificar a entrada dos seus agentes no campo político. Antes disso, a Igreja teve alguns representantes, mas sem o apoio institucional. Foram consideradas candidaturas isoladas. Para Costa (2017), essa aproximação da IEADI com a política representa um momento de modificação na identidade da instituição, aquilo que ele chamou de *aggiornamento*, uma ressignificação dos valores do pentecostalismo clássico. A instituição se organizou enquanto comissão para decidir o itinerário político da denominação e passou a ter seus candidatos oficiais e representantes em secretarias/subsecretarias, em esfera municipal e estadual. (COSTA, 2017, p. 260).

Nos últimos vinte anos a IEADI passou sempre a ter seus pares nas gestões, essa prática se repete. No início, a Igreja não declarava apoio publicamente aos candidatos, mas se posicionava ao lado do poder estabelecido. Nos últimos anos, além de declarar apoio abertamente, já há uma certa militância em favor dos seus.

Sobre a relação que a IEADI passou a ter com o campo político, Costa destaca:

a) nunca fizeram oposição a nenhum dos poderes estabelecidos ao nível estadual e municipal; b) nas eleições municipais, apesar de manifestarem apoio aos candidatos que buscavam a reeleição – geralmente muitos membros da igreja ocupavam funções em diversos níveis, inclusive membros da família do pastor presidente – existia um pequeno grupo que apoiaria a oposição, caso ela apresentasse alguma chance de ser eleita; c) os poucos membros que foram eleitos vereadores (entre os anos de 1980 a 2010, apenas quatro), com ou sem o apoio da igreja, agiam de forma independente, geralmente acompanhando as decisões do partido; d) o fato de o pastor presidente ocupar uma função de livre nomeação no Estado (capelão do 3º Batalhão da Polícia Militar). (COSTA, 2017, p.258).

Esse envolvimento da igreja com a política partidária é legitimado com o uso de textos bíblicos pelos pastores que, inclusive, ocupam cargos públicos (secretarias, subsecretarias, cargos de confiança). Mesmo estando na base do governo e não tendo quase nada das suas demandas atendidas, seguem em silêncio, se valem de diversas narrativas para se manter no campo político. Destacaremos alguns candidatos e partidos políticos que a igreja já

se envolveu ao longo de sua trajetória na cidade, evidenciando o engajamento político, bem como as percepções, lógicas e mentalidades dos agentes políticos da denominação. Apresentaremos também as estratégias que a IEADI utilizou nessas últimas eleições, obtendo sucesso eleitoral em 2016 (eleições municipais), 2018 (eleições estaduais) e 2020 (eleições municipais).

O motivo do enfoque nesses três últimos momentos se dá em observar o lado qualitativo da articulação política da IEADI. Há anos as ADs em Imperatriz empreendem esse projeto, alcançando êxito com seus indicados. Em 1984, quando o Pastor Jairo Saldanha de Oliveira assumiu a liderança da denominação, já havia uma vereadora (irmã Preta, do PMDB) que era membro da igreja, embora não fosse uma candidatura oficial. O próprio pastor Jairo, depois de se aposentar e sob muitas críticas, tentou por duas vezes concorrer às eleições, primeiro para o cargo de Deputado Estadual, em seguida, para o cargo de Vereador. Segundo entrevista com o pastor Raul Batista, essa ação era um contrassenso, tanto na perspectiva do presidente atual da igreja, quanto para seu antecessor, pastor Luiz de França Moreira.²⁶

Outros atores do campo religioso na cidade como Carlito Santos, um dos primeiros cantores evangélicos, radialista, na época muito influente na IEADI, fora eleito. Irmão Ari, Pastor Luís Gonçalves, Enoc Serafim, foram outros agentes que de alguma forma ganharam eleições municipais para vereador em Imperatriz. A IEADI rejeitava ter relações com políticos e partidos e se considerava de mentalidade apolítica, embora alguns de seus membros, por iniciativa própria tenham se lançado na política local ou regional. Depois de 2014, outras figuras que se associaram à instituição ao longo de sua trajetória histórica, como Pastor José Alves Cavalcante, Zesiel Ribeiro, Irmã Telma, Maura Barroso, Rubinho Lima, Renê Sousa, Claudia Batista, são todos ligados as Assembleias de Deus de Imperatriz ou região, já exerceram ou exercem algum cargo eletivo, seja para vereador ou deputado.

4.1 Critérios de seleção e perfis sociais de lideranças da Assembleia de Deus

Para compreender a maneira em que os agentes encarregados da função de representação institucional são selecionados, é preciso compreender, primeiramente, o lugar em que se organiza essa participação político-institucional, que é o *Conselho Político da Instituição*. É nele que o sistema de seleção e a definição dos critérios para a escolha dos representantes oficiais da Assembleia de Deus adquire forma e consistência.

²⁶ (Entrevista Pastor Raul). 21/01/2021.

4.1.1 Dos plebiscitos aos candidatos oficiais: notas sobre o papel do Conselho Político

Antes de avançarmos para um debate mais detalhado do projeto de unificação político da IEADI desenvolvido em 2015, seus desdobramentos e resultados nessas últimas eleições, abordaremos algumas estratégias que a AD em Imperatriz já fez uso. Os vereadores eleitos como Neodemes Preta de Almeida Rêgo²⁷ (PMDB, 819 votos), irmã Preta, eleita para a legislatura de 1983 a 1988; Carlito Santos Ferreira, (PDS, 747 votos), eleito para a legislatura de 1989 a 1992; José de Arimateia Pessoa, o irmão Ari, (PFL, 1290 votos), legislatura 97 a 2000; foram eleitos com candidaturas avulsas, sem o apoio da instituição. Isso se dava pela visão de mundo que a denominação tinha da política. A mentalidade dos membros, o que incluía a maioria dos líderes, era que o crente não poderia se envolver no âmbito político, considerado algo ilegítimo. Com o tempo outra mentalidade fora trabalhada na denominação, não sem receios.

Dos três candidatos citados, dois deles se envolveram em escândalos de ordem moral, que reforçaram ainda mais o afastamento da IEADI da política local. Um dos casos mais emblemáticos, que é lembrado por muitos quando o assunto é o *crente na política*, foi o exemplo do genro do pastor Luiz de França Moreira:

Se construiu um mito a partir da experiência do Vereador eleito em 1988, o segundo representante, muito embora não apoiado pela Igreja, mas estava lá na Câmara Municipal de Imperatriz eleito, e membro da IEADI. Genro do Pastor Moreira, a primeira coisa que faz depois de eleito, é deixar a esposa, isso foi um impacto muito grande à toda Assembleia de Deus em Imperatriz, pois, ele foi o primeiro cantor evangélico, posso dizer, da cidade, bem respeitado pelo ministério, todos viram Carlito desde pequeno, e de repente isso acontece. (Entrevista irmão Ari).08/04/2021.

Isso ficou latente na mentalidade dos membros e lideranças da igreja de tal forma, que depois desses três, quando houve a organização das primeiras estratégias para o lançamento dos candidatos oficiais da IEADI, os membros e pastores que tinham uma visão diferente em relação ao cenário político, encontraram bastante dificuldade no lançamento dos primeiros plebiscitos.

²⁷ A irmã Preta, como era conhecida, foi a primeira vereadora eleita da Assembleia de Deus na cidade de Imperatriz. Quando o Pastor Jairo Saldanha de Oliveira assumiu a presidência da IEADI, demonstrou seu apoio pessoal, gostou da ideia, mas não recebeu apoio majoritário da instituição. No final do seu mandato, a vereadora acaba se envolvendo em um escândalo de ordem moral, de natureza pessoal. É o início da construção de um discurso, que espalharia de vez na mentalidade da IEADI, de que crente não pode se envolver em política porque se desvia.

Após as três candidaturas avulsas, em 2002, tiveram a ideia de lançar um plebiscito, objetivando uma maior organização entre os pretensos candidatos da igreja às eleições estaduais. O pastor Luiz Gonçalves foi apresentado à convenção, e depois de ter vencido o plebiscito com outro candidato de Açailândia, saiu como o primeiro candidato oficial da instituição em 2002. Segundo o pastor Luiz Gonçalves²⁸, por falta de um projeto mais organizado do Conselho Político da IEADI, pela falta de consciência política dos membros da igreja e pela falta de apoio majoritário dos pastores e lideranças institucionais da região Sul do Maranhão, perdeu a eleição para deputado estadual, apesar de ter feito 15.360 votos.

Três anos depois, em 2005 a convenção de pastores na cidade de Carolina foi marcada por mais um plebiscito, também para escolher um representante oficial da instituição para disputa na Assembleia Legislativa do Estado. Três nomes surgiram para a votação em uma das plenárias, Moab Cesar, Pr. Josué Alves Oliveira e Pastor Wilson Dantas Ribeiro.

Naquela época foi aberto o plebiscito depois de a Igreja de Imperatriz ter feito um plebiscito *Interna Corporis*. Vários pré-candidatos se lançaram, e o Moab venceu o Plebiscito aqui em Imperatriz. Então foi levado para Carolina e lá em Carolina foi apresentado: o Moab como candidato de Imperatriz, eu como candidato apresentado pelo pastor Jonatas lá de Amarante, e o Dr. Josué Oliveira, que nessa época era pastor presidente em Ribamar Fiquene. Com isso foi aberto as discussões. Um dia antes teve a chamada pré-campanha. No outro dia foi aberto a fase dos discursos em plenário. Os três pré-candidatos se pronunciaram, todos eles, e ao final foi feita a votação, sendo por escrito, apenas marcavam o número do candidato. Ao final, o pastor Josué teve 4 votos, Moab teve 57 votos e eu tive 168. Com essa votação deu por encerrado o plebiscito e eu saí da convenção como candidato oficial para disputa do pleito. (Entrevista Pastor Wilson Dantas). 30/04/2021.

Pastor Wilson Dantas Ribeiro, PMDB na coligação (PFL, PMDB, PV, PTB, PP), mesmo sendo o candidato oficial da IEADI, teve pouco apoio da Igreja de Imperatriz. Disputou as eleições estaduais em 2006, mas não foi eleito. Com 10.414 votos, o jovem pastor do interior do Maranhão teve sua história marcada pela expressiva votação. Aos poucos se percebia a AD em Imperatriz se inserindo na política, apesar de muitos pastores e de sua membresia resistir a essa estratégia. A IEADI tentou reverter essa situação, depois de muitos anos pregando contra a participação do cristão na política, criando Conselhos Políticos e secretarias. Além de realizar plebiscitos para conscientizar o público sobre a estratégia. (SOUSA, 2010, p.96).

Em 2007, o projeto segue, com a realização do segundo plebiscito para lançar candidatos oficiais para representar a IEADI no campo político. Segundo o missionário Jeniel Sousa²⁹, um dos membros organizadores do Conselho Político da igreja, havia um projeto com

²⁸ Entrevista concedida no dia 26/04/2021.

²⁹ Entrevista concedida no dia 29/04/2021.

metodologias claras: “na época, ainda era muito difícil romper com a mentalidade tradicional em relação à política. Quando nós chegávamos nas igrejas, o povo dizia: ‘lá vem os hereges, trazendo o diabo pra dentro da Igreja!!!’. Não foi fácil”. (Entrevista, Jeniel). 29/04/2021.

O Conselho Político da igreja lançou um projeto para a igreja de Imperatriz com suas diretrizes e critérios para a participação dos candidatos. Para seleção, os candidatos eram entrevistados e sabatinados. Questões como: ficha limpa em cartório, não ter o nome sujo, 5 anos de crença – fazer parte da instituição, bem como ser dizimista fiel, eram alguns dos critérios usados para a seleção dos candidatos. Foi elaborado um manual de procedimentos para o plebiscito, que tinha intenção de organizar as ações necessárias para o bom andamento e organização do evento. Quanto aos objetivos, o manual regulamentava:³⁰

A) organizar por congregação os presidentes e auxiliares da mesa diretora dos trabalhos no plebiscito de 10.06.07 em cada uma das congregações da IEADI. B) definir os critérios a serem adotados pela mesa diretora dos trabalhos nas congregações em relação àqueles que estarão aptos para o voto no dia do plebiscito. C) designar o papel dos pastores congregacionais e dos pastores de áreas no referido processo plebiscitário. D) definir o número de cédulas a serem enviados por congregações. E) determinar o prazo de realização do plebiscito, bem como o período de apuração e divulgação dos resultados. F) definir o papel dos pastores de área na apuração dos resultados. G) outras providências.

O Conselho Político é que dirigia o processo, sendo presidido pelo professor Moab Cesar e Jeniel Sousa, e assessorado por diversos pastores. A cada ano, a liderança da igreja adotava postura diferente, cada vez mais próximo do contexto político local. A mecânica era a seguinte: a IEADI estava dividida em 12 áreas, espalhadas nos bairros da cidade. As congregações estavam organizadas em três polos, cada polo tinha quatro grupos de congregações (4 áreas). Nessa época, a AD em Imperatriz contava com 127 congregações. Segundo o Pastor Célio, que foi um dos candidatos do plebiscito, a distribuição era da seguinte forma: quem concorresse no polo 1 para vereador iria concorrer com os pré-candidatos somente do polo 1, e assim por diante. O polo 1 abarcava 4 grupos de congregações (4 áreas). As congregações que estavam localizadas no centro da cidade, faziam um recorte da Bernardo Sayão, vindo pelo Bacurí, Vila Leandra até a região do Conjunto Vitória, Vila Vitória, Vila Davi II. Formavam o polo 1. (ÁREA “Tribo de Judá” - Pr. ODIMAR PEREIRA DA SILVA; ÁREA “Tribo de Efraim” - Pr. ANTONIO BARBOSA NUNES; ÁREA “Tribo de Manassés” - Pr. Joaquim de Oliveira Brito; ÁREA “Tribo de Benjamim” - Ev. Eldinê Pereira Rocha.

³⁰ Informações retiradas do Manual de Procedimento criado pelo Conselho Político da IEADI, que em 2007 era presidido pelo Professor Moab Cesar Carvalho e o missionário Jeniel Sousa.

O polo 2 era formado por mais quatro áreas, grupos de congregações que estavam situados do outro lado da BR-010, nos bairros da Vilinha, Vila nova Parque Santa Lúcia, Parque Alvorada, Vila Lobão, Vila Redenção. ÁREA “Tribo de Zebulon” - Pr. Francisco Hipólito, ÁREA “Tribo de Issacar” - Pr. FRANCISCO DE ASSIS GOMES; ÁREA “Tribo de ASER” - Pr. GERALDO DE CARDOSO MACÊDO JÚNIOR; ÁREA “Tribo de Naftalí” - Pr. Antonio Carlos Gomes dos Santos. A configuração do polo 3 circunscrevia as congregações implantadas da Avenida Bernardo Sayão para trás, abarcando bairros como: Nova Imperatriz, Boca da Mata, Bairro Santa Inês, Bom Sucesso, Santa Rita, Cinco Irmãos, Ouro Verde e etc. Mais quatro áreas, cada uma com seus grupos de congregações estruturavam o polo 3. ÁREA “Tribo de Gade” - Pr. FRANCISCO DE PAULA BRITO DOS ANJOS; ÁREA “Tribo de Ruben” - Pr. AIRTON SOUSA LEAL; ÁREA “Tribo de Levi” - Pr. MOISÉS VIEIRA DE LIMA; ÁREA “Tribo de Simeão” - Pr. ELIAS COSTA NASCIMENTO.

O membro que fosse de uma área não poderia votar no candidato que fosse de outra. Poderia um candidato ter um parente ou amigo que queria votar nele, mas era impedido, porque o candidato era de outra região diferente do eleitor e precisava respeitar as regras, embora isso não acontecesse. (Entrevista, Pastor Célio Henrique). 04/01/2021.

O Plebiscito aconteceu no dia dez de junho de 2007, em um domingo pela manhã, no período de 08:00 horas da manhã até às 14 horas, sendo que a apuração ocorreu às 16 horas do mesmo dia no templo central da IEADI. Cada congregação havia recebido um “kit plebiscito” contendo uma urna cedida pelo TRE, cédulas de votação, e uma lista onde o eleito deveria colocar seu nome completo e o número do título de eleitor. Nos anexos seguem a relação por zona dos candidatos em 2007 que participaram do plebiscito. Os três mais votados no plebiscito seriam os representantes oficiais da IEADI nas eleições municipais de 2008. Segundo o missionário Jeniel Sousa, foram aptos ao voto, somente membros e congregados da IEADI, portadores de título eleitoral válido na cidade de Imperatriz-MA, que eram membros daquela congregação onde desejavam votar. (Entrevista Jeniel). 29/04/2021.

Dos dezesseis candidatos que disputaram o plebiscito no raio de atuação da IEADI, somente três foram bem votados, podendo ser os representantes da instituição em 2008. Foram eles: Mesaac Cirqueira, ganhando o plebiscito no polo 1, Zesiel Ribeiro da Silva, vencedor no Polo 2, José Arimateia Pessoa, representando o Polo 3. Nas eleições municipais, Mesaac, PSDB, teve 1614 votos; Zesiel Ribeiro, PPS, cooptou 2060 votos; e o Ari, PMDB, 1542 votos, nenhum dos três conseguiu uma cadeira no legislativo da cidade de Imperatriz naquele pleito.

Um fato inusitado ocorreu. O pastor Luiz Gonçalves, que em 2002 saíra como candidato oficial da IEADI, nas eleições municipais de 2008, por força de desentendimentos

internos, não participou do plebiscito, mas foi registrado da eleição oficial, tendo êxito, mesmo concorrendo *por fora*, sendo eleito com 1033 votos. Zesiel Ribeiro, ainda que tivesse recebido mais votos individualmente, por conta da coligação não alcançou vitória.

Em 2010 foi a vez do Evangelista Moab Cesar C. Costa, que sempre esteve envolvido com a liderança na IEADI. No referido ano não houve plebiscito, e como o Evangelista já tinha militância e pretensões enquanto candidato, a Convenção consensualmente decidiu apoiá-lo como candidato oficial nessas eleições. Saiu candidato em 2010 pelo PSC (Partido Social Cristão), obtendo expressiva votação de 12.379 votos, mas que não foram suficientes. Deixou sua marca no campo religioso da cidade e no cenário político regional.

4.1.2 Perfis sociais e carreiras políticas de lideranças religiosas

Sexo	Idade	Natural	Escolaridade Superior	Cargo na IEADI	Partidos Políticos	Profissão Ocupação
M	37	Fortaleza – CE	Teologia livre (particular)	Pastor	Militou no PSDB/PROS/PTB	Secretário de Articulação Política do Município/Pastor
M	60	Coroatá – MA	Teologia/Básico	Pastor Presidente da COMADESMA	PSC/ PROS/PTB	Deputado Estadual e Pastor
M	51	Bacabal – MA	Pós-Graduação em História. Graduado em Teologia, Mestrado livre, História pela UEMA, Mestrado pela PUC Goiás, Doutorado pela Unisinos,	Evangelista	PSC – Candidato a Deputado Estadual dois anos depois Vereador/ PTdoB atual Avante.	Professor Efetivo da Universidade Estadual Sul do Maranhão. Adjunto 2, no curso de História.
M	48	Amarante – MA	Superior completo, Biologia UEMA, Direito UNISULMA, Teologia Livre	Pastor Secretário da COMADESMA	PPS/PL eleito Vice – prefeito em 2000 /PSC/ foi candidato a Deputado Estadual pelo PMDB/ PROS/PTB.	Secretário Adjunto de Articulação política no Governo Assis e Pastor.
M	66	Imperatriz – MA	Teologia Livre, Mestre e Dr. Em Divindade	Pastor Presidente da IEADI/ Imperatriz	Nunca se filiou a nenhum Partido	Já foi Bancário (Bradesco; Banco do Goiás; Atualmente é Major Capelão da PM-MA e Pastor.
M	34	Imperatriz – MA	Formado em ADM, pela FAIRA, 2014 bacharel em teologia IBAD	Presbítero/Já dirigiu 3 Congregações/ trabalha com a área da assistência Social da Igreja.	PROS/ Candidato a Vereador/ Atual Presidente do Avante.	Presidente da ACESP/ Associação Beneficente Cidade Esperança/ Diretor Executivo da Secretaria de Articulação Política do município.
F	45	São – Mateus do Maranhão	Bacharel em Teologia, Gestão Pública/UNINTER	Ministério de Mulheres	PTB – Candidata a Vereadora	Corretora de Imóveis, Plano de Saúde e Seguros

Quadro I: Algumas propriedades sociais dos entrevistados

Fonte: Dados coletados em entrevistas pelo pesquisador.

O quadro acima auxilia na percepção do perfil social dos entrevistados, bem como de suas trajetórias de vida política, e como essas experiências justificam suas posições atuais na IEADI ou na vida política. É perceptível que os selecionados são de maioria do sexo

masculino e de média idade. Todos possuem graduação superior, sendo institucionais ou reconhecidos pelo MEC. Alguns deles, professores e/ou ocupantes de cargo público. O único que não foi candidato a cargo eletivo nesse período foi o pastor Raul Cavalcante. Em seu currículo consta atuação profissional em alguns bancos da região. Ele estabeleceu relações afinadas com o poder municipal e estadual, como mostra o quadro sinótico, além de ser Major Capelão da PM, cargo indicado pelo governador. Seu filho, Raul Ribeiro Batista II (Bibiu), por ter uma expressiva votação nas eleições municipais em 2020, junto à intenção do executivo em estabelecer alianças para os próximos pleitos, está à frente do cargo de Diretor Executivo da Secretaria de Articulação Política do Município.

Outro dado importante a ser analisado são as migrações partidárias. Durante toda a evolução histórica da IEADI frente ao campo político, há uma troca, ou pelo menos um uso frequente de siglas partidárias. PMDB, PSC, PROS, PTB, etc. Todos os candidatos já migraram pelo menos uma vez de partido. A troca de partido se dá pela autonomia que o partido A ou B estabelece, pelas possibilidades e chances eletivas e, por último, pelo ganho político, no sentido dos benefícios que após a eleição, poderão ser negociados, como sendo esses os principais elementos analisados nesse processo.

No caso dos entrevistados, todos exercem funções políticas na esfera municipal ou na esfera estadual, fruto das articulações a partir da igreja. Com duas ressalvas: a candidata do sexo feminino ainda não foi contemplada, e o terceiro entrevistado, muito embora não esteja exercendo cargo político atualmente, foi Secretário Adjunto de Educação em outras administrações.

4.2 Partidos e candidaturas de lideranças da Assembleia em pleitos recentes

A intenção deste tópico é examinar com detalhes as principais alianças constituídas pela instituição e pelos agentes selecionados nesta dissertação, oferecendo elementos para a compreensão processual, no contexto em pauta, das formas de organização da participação política promovida desde o espaço institucional considerado.

4.2.1 O Projeto PROS e a continuidade de um projeto de unificação política

Em 2014 foi a vez do presidente da Convenção (COMADESMA), filiado ao PSC, pastor José Alves Cavalcante, disputar um cargo eletivo, numa coligação tendo outros partidos como PMDB-DEM-PTB-PV-PTdoB-PSC-PRTB e PR. Ficou fora da cadeira de deputado

estadual naquele momento, dado que o grupo com estratégias não muito claras, fez coligação com 18 candidatos já de mandato. Obteve 23.796 votos e o pleito foi uma espécie de experimento para o presidente da convenção.

Já, eu já participei de candidato em 2014, para deputado Estadual, aí não fui eleito. Eu fiquei fora do mandato porque eu fiz parte de uma coligação chapão com 18 deputados de mandato com governo, com dinheiro, com base política e com o profissionalismo, porque são profissionais da política, filhos da política, e eu não, vinha de Igreja. Então não tinha a estrutura que eles tinham fora, mas eu fui votado dentro da instituição, fui votado com 24 mil votos, fiquei fora por causa da coligação, 4 deputados entraram com a votação menor do que eu, e eu fiquei fora (Entrevista Deputado Pastor Cavalcante). 02/03/2021.

A derrota nas eleições de 2014 levou o atual presidente da COMADESMA, pastor Cavalcante a se organizar com estratégias mais incisivas. A religião pentecostal na região Sul do Maranhão passou a ter dupla missão. A primeira era o chamado de toda igreja, servir à comunidade e atendê-la no âmbito religioso; a segunda, veio a ser, eleger seus pares nas câmaras Municipais, Estaduais e Federais. Percebe-se que a instituição religiosa, mesmo em zona urbana, passou a se posicionar intencionalmente, ocupando os espaços privilegiados na constituição da identidade do sujeito, articulando-se como elemento norteador, didático, orientador, inclusive do voto evangélico dentro e fora da instituição (GAMALIEL, 2020, p.90). Após a eleição de 2014, a Secretaria Política da Convenção passou a ter um trabalho mais intenso, mais centralizado no tocante a pensar e articular estratégias que tocam desde a posse de um partido até o trabalho de conscientização política entre os fiéis da instituição.

O que se percebe é que não havia até então, um projeto que fosse capaz de traduzir a inserção efetiva do político evangélico, seja ao nível nacional ou local, a não ser quando a pauta fosse sobre “moral” como, ideologia de gênero, redução da maioria penal, aborto, combater o avanço do “comunismo”, etc. Somente nesses casos abria-se espaço para a atuação do político pentecostal. No caso de Imperatriz, a trajetória política de seus pares evidencia isso. Em entrevista, quando questionado quais os projetos que os candidatos a vereadores da IEADI tinham como propostas para a cidade de Imperatriz, o pastor Célio, secretário político da convenção, respondeu:

Eles não têm um projeto, não têm uma bandeira. Muitos deles não sabem nem o que é isso, não tem noção do que seja um projeto. Por exemplo, Luraram apresentou um folder muito grande, que não é nem de competência do vereador. Os vereadores querem poder, fama e dinheiro, a política ela é um caminho, veem política como trampolim de emprego visando se dar bem na vida. (Entrevista pastor Célio Henrique). 04/01/2021.

As eleições municipais de 2016 em Imperatriz demonstraram esse comportamento. Dos três vereadores eleitos ligados à denominação, nenhum tinha um projeto político-partidário, com uma atuação mais ampla. Zesiel (PSDB), havia sido Secretário de Educação, mas suas intenções enquanto vereador eleito ainda não são evidentes, a partir de sua atuação na Câmara Municipal de Imperatriz. Maura Barroso e Irmã Telma, em suas administrações, foram marcadas por pressões de outros legisladores com a intenção de intimidá-las, faltando a elas, uma orientação adequada. O próprio deputado eleito em 2018, pastor Cavalcante, tem dificuldade de legislar, pois, não tem um projeto amplo para a região, a não ser o de representar a instituição AD e seus interesses. Quando questionado a respeito dos projetos de leis ou trabalhos realizados com maior relevância para a sociedade, foi variante e afirmou ter pouco tempo de mandato, não dando para fazer “quase nada”³¹. Destacou três projetos: projeto da EBD, que transforma a escola bíblica dominical da igreja em patrimônio imaterial; doou um ônibus - amarelos caminhos da escola, para Formosa do Serra Negra, em torno de 211 mil reais; no Brejão, ele indicou 500 mil reais para fazer um hospital, na cidade do pai dele.

Voltando ao introito da questão, incentivados pelo processo eleitoral de 2014 e a pedido do pastor Cavalcante ao presidente da igreja de Imperatriz, surgiu a figura do pastor Célio para assumir a Comissão Política da IEADI, com o Projeto 2015. Fez parte da comissão, o Ev. José Mário Célio Henrique – que na época não era ordenado pastor, mas presidiu a comissão –, e os membros da mesma: Pr. Edivaldo Santos, Joel Costa, Pr. Luiz Gonçalves, Maura Barroso, Pr. Raul Filho. Reiteramos que na estrutura institucional da IEADI a Comissão Política tem como objetivo formação, articulação e unificação dos agentes e projetos políticos da igreja. O pastor José Mário Célio Henrique é natural de Fortaleza, Ceará. Antes de se instalar no Maranhão, desenvolveu um trabalho missionário em seu estado de origem. Em Imperatriz, iniciou um curso de missões. Aos 18 anos assumiu a primeira congregação entre 2001 a 2003. Ao entregar a congregação, foi transferido para o templo central, onde passou a trabalhar no setor administrativo da igreja. Foi nesse período que ele foi incentivado a ingressar na política partidária.³²

O projeto maior era a eleição para deputado estadual, que se seguiria em 2018. No entanto, como Imperatriz é o maior colégio eleitoral da região Sul do Estado, o pastor

³¹ Entrevista concedida pelo Atual Deputado. 02/03/2021

³² O PSDB foi meu primeiro partido. Nesse momento por volta do ano 2002 e 2003, tinha dois partidos muito ativos no Brasil, PSDB e PT. Era os dois partidos que polarizavam, inclusive na corrida presidencial. Na maioria das cidades, tanto o PSDB quanto o PT eram os partidos da moda. Os do PSDB trabalhavam muito a formação política dos seus militantes, tinham curso de oratória, curso de formação política, e eu ingressei no PSDB no final de 2002-2003, no final da eleição, e comecei a me apaixonar por política. (Entrevista Célio).

Cavalcante, por falta de coordenação de campanha e de questões ligadas à coligação de partidos, não teve voto suficiente em sua primeira corrida para o legislativo do Estado. Em simultâneo, as eleições municipais de 2016 já estavam muito próximas. Assim, estrategicamente, posicionam o pastor Célio Henrique para fazer a costura entre a igreja e o campo político, focados em 2018.

Em 2014 o pastor Cavalcante perdeu a eleição pelo PSC. Imperatriz não tem cultura de votar em gente de fora. Foi ajudado dando todas as pesquisas, quando terminou a eleição ele perdeu por 1600 votos. Faltou para ele em Imperatriz coordenação. Durante a campanha do pastor trocaram 5 vezes o coordenador na campanha. Ele era muito hostilizado, desprezado pelos demais pastores. Em seguida me convidou para assumir o conselho político de Imperatriz. Montamos o projeto do conselho político do campo 1 que foi o projeto do PROS. (Entrevista pastor Célio Henrique). 04/01/2021.

Da fundação da instituição em 1952 até as eleições de 2020 foram realizados 3 plebiscitos, nos quais a instituição teve que deliberar quem seria candidato oficial. O Projeto de Unificação Política, organizado pela Comissão Política da IEADI em 2015, deu novo curso ao processo. O pastor José Mário Célio Henrique, que sempre esteve envolvido nesses assuntos, em janeiro de 2016 não estava somente à frente do Conselho Político da IEADI, mas a convite do pastor presidente da Convenção e incentivado pelo plano audacioso do projeto Cavalcante, assumiu também a pasta da Secretária Política da COMADESMA. O projeto de Unificação Política de 2015 contava com alguns elementos norteadores com a missão de oferecer aos evangélicos de Imperatriz e região, formação e conscientização política, além de trabalhar a mentalidade para uma unidade mais duradoura, pensando nos próximos pleitos.

As metas para 2015 eram:³³ palestras rápidas para a liderança de igrejas: 12; seminários nas igrejas:12; 1º Conferência: *O Cristão x A Política*. Centralizado na pessoa do presidente da Convenção, o projeto seguiu. Com o mapeamento das forças políticas de Imperatriz, articulação e uma metodologia diferente das experiências anteriores, o projeto decolava. Em outros pleitos os candidatos, sendo oficiais ou não da instituição, disputavam as eleições cada um em partidos e coligações diferentes, o que diminuía a chance de uma candidatura com base específica. A nova lógica central foi: elaborar um projeto detalhado, descrever um plano de ação ousado e definir as lideranças concentradas em uma mesma força política. A nova estratégia incluía negociar um partido na região, buscando autonomia para trabalhar nas 36 cidades onde a Assembleia de Deus tem suas congregações.

Vislumbraram um partido que desse autonomia para a AD lançar seus próprios candidatos oficiais aos cargos de vereadores e prefeitos nas cidades. O resultado das eleições

³³ Informações retirada do Projeto de Unificação Política (Comissão Política da IEADI – Projeto 2015).

municipais com a vitória dos seus candidatos oficiais na esfera municipal serviria de base para as eleições estaduais.

Montamos o projeto do conselho político do campo 1 que foi o projeto do PROS. Precisamos de um partido para eleger o maior número de vereadores nas 36 cidades onde nós temos Comadesma em 2015. A primeira coisa foi ir atrás de um partido. Conversei com PMN, comecei a corrida e ligação atrás de um partido. Alguns diziam que dariam o partido para colocar onde quisesse, mas nas cidades A, B, C ou D, não, e nós queríamos um partido que nós colocássemos nas 36 cidades. Foi aí que surgiu a ideia do PROS. 36 municípios da região Tocantina, que vai de São Domingos do Azeitão até Itinga, São Pedro da Água Branca até Açailândia, Amarante, Jenipapo dos Vieras. Nós não olhamos para a ideologia, nós tínhamos ali apenas um ano para se organizar, precisávamos de um partido. (Entrevista pastor Célio Henrique). 04/01/2021.

O pastor Cavalcante havia concorrido nas eleições em 2014 pelo PSC, partido no qual era liderado regionalmente pelo deputado e pastor Costa Ferreira em São Luís. No entanto, antes das eleições municipais de 2016, o presidente nacional expulsou o pastor Costa Ferreira do partido, dificultando as articulações do grupo de Imperatriz. Segundo o pastor Célio, o PROS era um partido recém-criado no Brasil, nunca havia disputado eleições, sua ideologia, “nem com uma lupa” se via alguma inclinação para a esquerda. Logo, a comissão política da Convenção negociou o partido com Gastão Vieira, presidente nacional, que havia concorrido nas eleições pelo MDB, mas depois que perdeu, assumiu o PROS. (Entrevista Pastor Célio Henrique). 04/01/2021. Após várias conversas, chegaram a um acordo mais vantajoso para a igreja, que, ao invés de ter autonomia em 36 cidades, recebeu mais 4, totalizando 40 cidades da região Sul do Maranhão. Criaram os diretórios do partido, sempre estando à frente uma liderança da Assembleia de Deus. Onde havia alguém da instituição com afinidade e perfil de liderança política era convidado para assumir o partido e se organizar politicamente com seus candidatos oficiais em suas respectivas cidades e pertencentes à igreja. O partido estava sendo estruturado.

4.2.2 Projeto institucional e candidaturas recentes (2016-2020)

A partir de 2015 ocorreram no Brasil algumas minirreformas eleitorais, impactando as eleições proporcionais e majoritárias na sequência. Uma das regras alteradas foi o fim das coligações. Nos casos dos candidatos oficiais da igreja anteriores, as coligações foram um empecilho para o êxito. Com um partido *nas mãos* em 2016 e tendo autonomia em toda a região Sul do Estado, iniciaram as articulações e formação da executiva para o registro no TRE. Com sede provisória na Rua Sousa Lima, n. 1124, Bairro Nova Imperatriz, teve início a corrida. Era

um partido majoritariamente composto por pastores e membros da Assembleia de Deus. Dentre eles, destacamos alguns nomes como: Pastor Célio Henrique, que foi presidente da provisória; Pastor Ayrton Leal, tesoureiro geral; o jovem Tiago Bezerra Rocha, representando a pasta da juventude; e Telma de Sousa Rocha Silva, com a pasta da mulher.

Filiar os candidatos ao partido, homens e mulheres com carisma institucional, candidatura oficial e a característica da política local passou a ser o grande desafio. Esse foi o diferencial dos projetos políticos da IEADI em relação aos anteriores. Vinte e oito nomes de lideranças políticas locais passaram pelo processo de filiação, sendo pastores, líderes de departamentos, cantores, apresentadores de rádio, etc. A IEADI oficializou o apoio, tornando-os candidatos oficiais da igreja, além de endossar nos cultos e reuniões que “crente vota em crente”. O resultado para a cidade de Imperatriz em 2016 foi que a IEADI conseguiu eleger três cadeiras no legislativo municipal, ocupadas por Maura Barroso e Irmã Telma, que faziam parte do projeto oficial (PROS), e Zesiel Ribeiro (PSDB), que fez campanha solo, fora do projeto oficial da instituição e obteve êxito. As duas candidatas, Maria Telma de Sousa Rocha Silva (Irmã Telma fez 1535 votos) e Maura Rogéria Rodrigues (Maura Barroso fez 1178 votos), foram as duas candidatas do partido eleitas nessa corrida eleitoral no município, conforme mostra os registros do TRE em anexo.

Dois anos mais tarde, em 2018, nas eleições estaduais, o Projeto PROS foi ampliado para a região Tocantina. No vácuo da onda “moralizante” do candidato à presidência Jair Bolsonaro, o pastor-presidente da convenção COMADESMA, Pastor José Alves Cavalcante, que havia testado as urnas em 2014, conseguiu ser eleito Deputado Estadual com 29.365 votos, depois de toda a articulação de 2015 a 2016. Impressiona que, tanto as candidatas eleitas em 2016 pelo PROS, que é um partido considerado de esquerda, quanto a vitória do presidente da COMADESMA, foram eleitos por um partido que apoiava o candidato do PCdoB, Flávio Dino, à reeleição no governo do Estado, e ao nível nacional, em aliança com o candidato do PT, igualmente um partido de esquerda.



Figura: Junho de 2018, Pr. Cavalcante (PROS) declarando apoio ao deputado Weverton Rocha (PDT) como seu candidato ao senado federal nas eleições de outubro. (<https://wevertonrocha.com.br/> acesso em: 12/05/2021).

Em entrevista, sendo questionado por isso, o deputado respondeu: “não votamos em partido, votamos em pessoas. Agora precisamos orientar as pessoas quando o partido é contra a família, é contra a nossa bandeira, isso não é bom”. (Entrevista, Pr. Cavalcante)³⁴ 02/03/2021. Segundo o Pastor Célio, o projeto estava interessado em ter um mandato. O PROS foi por falta de opção, os demais partidos considerados mais adequados para uma militância na igreja, tinham limitado as articulações ou fechado as portas. “Estávamos sem opção”. Ele afirma que se desse para concorrer nas eleições sem se filiar a um partido, assim o fariam.

Em 2018, a articulação costurada desde 2015 se sedimentou. Para a execução do grande projeto Cavalcante, as 40 cidades na região Sul do Estado, onde se tinha AD e o PROS, foram divididas em 8 polos com seus respectivos coordenadores, em detalhes e com metas específicas, com levantamento da quantidade de votos por cidade, pesquisas estatísticas atualizadas, tudo muito bem articulado.

Mas a política partidária é feita de acordos. O resultado das eleições de 2018 abalou fortemente a estratégia da IEADI em relação à sequência do projeto. Um dos acordos com a cúpula do partido previa o apoio à candidatura de Gastão Vieira, presidente nacional do partido PROS a Deputado Federal. Uma grande questão surgiu, pois, um evangelista da Convenção,

³⁴ Em minha caminhada à Assembleia Legislativa preciso ter ao meu lado pessoas com visão semelhante à minha. Mesmo não sendo membro da nossa igreja e nem da nossa Convenção, como estamos tratando de política, precisamos de pessoas que sabem o que querem, o que fazem e o que dizem”, afirmou o pastor. A declaração de apoio aconteceu durante o lançamento da pré-candidatura do Pastor Cavalcante a deputado estadual, no 2º Encontro Sul Maranhense de Lideranças Políticas do PROS, realizado no Clube Recreativo Campestre, em Açailândia. (<https://wevertonrocha.com.br/> acesso em: 12/05/2021).

Josivaldo JP, que já havia se lançado a vereador em 2016 pelo projeto PROS, mas que não fora eleito, decidiu sair candidato a deputado federal por outro partido (PHS), em uma candidatura extraoficial. Contudo, nessa nova frente, desarticulava os acordos da instituição. A unidade e a disciplina como estratégia eleitoral se rompeu. Embora seja algo frequente, o cenário era embaraçoso.

Fruto da observação participante do escritor, percebia-se o duplo discurso nas AD de Imperatriz e região frente a essa questão. Para deputado estadual se fazia um discurso majoritário de apoio, mas para deputado federal, tinha a figura de Gastão Vieira que era levado como candidato, e a do pastor Josivaldo JP. Mesmo ficando tudo acertado com as articulações, em muitos círculos de conversas informais pude perceber o discurso construído ao candidato a deputado federal e pastor da Convenção, Josivaldo JP. O fato de ser um projeto extraoficial, distante das articulações da cúpula de Cavalcante, gerava críticas pelos descontentes.

A atitude dos articuladores para o público em relação a esse projeto extraoficial era passada como algo natural e parte do processo democrático. “Deste modo, não é atitude inteligente hostilizar candidatos avulsos”. Já se um pastor, ou membro demonstrasse apoio a essas candidaturas, era visto como ameaças para o projeto, e seus apoiadores, rebeldes. (BAPTISTA, 2007, p.274).

Tendo uma votação de 23.113 votos na coligação (PMN-PHS), Josivaldo JP termina as eleições como primeiro suplente, assumindo o cargo de deputado federal em janeiro de 2021, depois de Eduardo Braide (PODEMOS) ganhar as eleições municipais em São Luiz e deixar a cadeira vacante.

Após a vitória do deputado federal Eduardo Braide (Podemos) na disputa pela Prefeitura de São Luís, a vaga do prefeito eleito na Câmara Federal, em Brasília, deve ser ocupada a partir de janeiro pelo empresário Josivaldo JP (PHS), de 37 anos, primeiro suplente pela coligação PMN/PHS, constituída na eleição de 2018. Ele será o primeiro deputado federal de Imperatriz, segunda maior cidade do Maranhão, após 10 anos. (<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/12/01/>. Acesso: 05/05/2021).

Josivaldo JP lutou, *saiu por fora*, mesmo sem o apoio majoritário da IEADI/COMADESMA, acreditou e conseguiu ocupar o cargo de deputado federal. Ele colocou o mandato à disposição da igreja, mas percebe-se certa resistência de alguns da instituição, inclusive por parte das lideranças. No tocante ao Gastão Vieira, além do acordo feito para o apoio à sua candidatura – que não decolou –, veio a pressão do partido frente ao apoio aos presidenciais. Como Gastão tinha proximidade com Lula e Dilma, era natural que o partido apoiasse Haddad, o candidato do PT. Tal fato gerava novo impasse, pois, os candidatos da igreja já haviam declarado apoio a Jair Bolsonaro e o pensamento de Gastão era que os 40 diretórios

em que o PROS se instalara na região deveriam seguir o posicionamento nacional do partido, que declarou apoio ao candidato Fernando Haddad.

Após as eleições, mesmo o pastor Cavalcante sendo eleito, ficou inviável continuar no partido. Segundo o deputado, recebeu ameaças de perder o mandato por conta da infidelidade partidária. O pastor e seus secretários recebiam retaliações por conta de todo esse processo eleitoral. (Entrevista Pastor Cavalcante). A situação ficou insustentável. A equipe juntou algumas provas que justificaram judicialmente o desembarque do deputado do partido PROS via TRE. Em seguida, o próprio partido disponibilizou a carta de anuência, liberando o deputado para sair do partido sem perder o mandato.

Surge, então, uma nova relação partidária, dessa vez com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Com a saída do deputado do PROS, outras siglas demonstraram interesse, como REPUBLICANOS, PSC, PRB, PPS. Os partidos avaliados demonstraram algo em comum: dariam as cidades em que o projeto já se articulava, mas Imperatriz estaria fora, o que inviabilizava a negociação. O PTB foi o único partido avaliado que deixava o projeto continuar tocando as 40 cidades, inclusive Imperatriz.

As mesmas ações de 2016, que incluíam montar o partido, executiva, desfiliar os que estavam no antigo partido, reorganizar os diretórios do partido nas outras cidades, foram retomadas e deram início a uma nova corrida para as eleições de 2020, com algumas mudanças. Uma delas foi a de aceitar candidatos fora da igreja.

Com as mesmas estratégias, nós colocamos vários candidatos com uma pequena mudança. Em 2016 só podiam entrar no partido, evangélicos, o PROS foi constituído somente por evangélicos, e dessa vez eu abri espaço para não evangélicos. Por quê? Por causa do leilão, infelizmente, muitos irmãos nossos não aguentaram a pressão e se venderam. Outro detalhe, a votação, eu recebi 3 ex-vereadores, 1 desistiu, e os outros dois seguiram, Nival Coelho, ex-vereador de 3 mandatos, Richardson, ex-vereador, suplente de vereador Junior Gama, Claudia Batista, suplente e Valmir Magalhães, que desistiu, recebi outras pessoas não evangélicas para fortalecer o grupo, mas sem arriscar, vários vereadores de mandato me procuraram para filiar. Exemplo, Fidelis Uchoa, que teve 1900 votos, Paulinho Lobão, Alcemir, João Silva, Flamarion. (Entrevista pastor Célio Henrique). 04/01/2021.

Com a nova reforma eleitoral, o partido precisaria fazer o quociente eleitoral para conquistar suas cadeiras na Câmara Municipal de Imperatriz. O PTB saiu com 23 candidatos. A leitura que se fazia do cenário das votações era a possibilidade de fazer 2 vereadores diretos.

Figura: Lista de Candidatos PTB/ Eleições 2020.

UF	Município	Partido	Número do(a) candidato(a)	Nome do(a) candidato(a)	Nome do(a) candidato(a) (urna)	Cargo	Situação da candidatura	Detalhe situação candidatura	Data eleição	Situação de totalização	Div cand.
MA	IMPERATRIZ	PTB	14456	FRANCISCA DA CRUZ LINHARES DE SOUSA	SHEILA LINHARES	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14025	RICHARD WAGNER SILVA DE MERCEDES	RICHARD	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14123	JOÃO FERREIRA DA GAMA JUNIOR	JÚNIOR GAMA	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14555	JOÃO DEODATO ARAUJO	JOÃO DA GRANDE CAFETEIRA	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14010	EDILMA DA SILVA NECO	MISSIONÁRIA EDILMA NECO	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14100	MARIA ZELMA SALVIANO DA LUZ	ZELMA	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14001	ANTONIO MESQUITA DE CARVALHO	PASTOR MESQUITA	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14777	CLAUDIA FERNANDES BATISTA	CLÁUDIA BATISTA	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Eleito	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14222	JOSE NIVAL COELHO MILHOMEM	NIVAL COELHO	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14000	LUARAN PEREIRA LINS	PASTOR LUARAN LINS	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14500	CIRIO BEZERRA DE MOURA	CIRO DA CAÇAMBA	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14723	GEUDILENE COSTA SILVA LIMA	MISSIONÁRIA GEUDILENE	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14007	GENILSON DE ALMEIDA FEITOSA	PR GENILSON FEITOSA	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14014	MARCIO RENÉ GOMES DE SOUSA	RENÉ SOUSA	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Eleito	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14789	MESAAC CIRQUEIRA SANTIAGO	MESAAC CIRQUEIRA	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)

Figura: Lista de candidatos PTB/ Eleições 2020.

UF	Município	Partido	Número do(a) candidato(a)	Nome do(a) candidato(a)	Nome do(a) candidato(a) (urna)	Cargo	Situação da candidatura	Detalhe situação candidatura	Data eleição	Situação de totalização	Div cand.
MA	IMPERATRIZ	PTB	14111	JOÃO ADONIDAS DIAS REIS	CABO DIAS	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14444	JOSE MARIO CELIO HENRIQUE CHAGAS	PASTOR CÉLIO HENRIQUE	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14321	SANDRA MATOS SILVA	SANDRA MATOS	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14333	RUBEM LOPES LIMA	RUBINHO	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Eleito	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14015	MOISES NASCIMENTO NUNES	PASTOR MOISÉS NASCIMENTO	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14234	JOÃO MATEUS LIMA DE SOUSA	MATEUS LIMA	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14999	WELLIGTON MELO DA SILVA	PROFESSOR BROTHER	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PTB	14888	MARIA CLAUDIA DE SOUZA SILVA	CLÁUDIA MISS EMPATIA	Vereador	Apto	Deferido	15.11.2020	Suplente	Acessar candidato(a)

Fonte: TRE. Acesso: 05/05/2021.

4.3 Percepções subjetivas dos agentes políticos da IEADI

Nesta sessão abordaremos o conteúdo das entrevistas feitas aos agentes do campo com a intenção de compreender, através das percepções, as estratégias políticas da IEADI, aflorando também as mentalidades das lideranças religiosas e políticas locais. O primeiro grupo de perguntas foi feita para destacar a participação política e social dos entrevistados e como isso influenciara a inserção do entrevistado no cenário político atual. Todos, com exceção do Pr. Célio e do Pr. Wilson Dantas, só exerceram algum tipo de militância e liderança somente na instituição, mesmo aqueles que se filiaram em outros partidos políticos para serem candidatos, isso só ocorreu depois da experiência com lideranças na denominação.

Perguntado ao Pastor Célio sobre suas experiências o mesmo respondeu:

2002 e 2003 campanha de deputado. No ano 2000, uma campanha de prefeito muito acirrada, onde Jomar Fernandes ganhou a eleição, eu não participei ativamente, eu era apenas um observador, muito embora eu já tivera uma pequena experiência em minha cidade com política. Eu sempre gostei de política desde a infância, sempre fui apaixonado pelo espaço de ouvir e ver a oratória dos políticos e tive uma pequena experiência. O meu ingresso da política em Imperatriz se dá, especificamente, em 2003, após a eleição de deputado no Maranhão, eu fui convidado a participar de uma palestra para jovens em um partido político aqui da cidade, gostei e comecei a frequentar. Naquela época o partido já tinha semanalmente reunião de juventude, eu não era pastor. (Entrevista pastor Célio Henrique). 04/01/2021.

A militância partidária do segundo, pastor Wilson Dantas, é ainda mais antiga, por volta de 1990, na cidade do Amarante, interior do Maranhão.

Fui filiado ao PSS em 1992, pelo qual me candidatei a vereador no mesmo ano e fiquei como suplente com 175 votos; pelo PL, assumi a presidência do partido, fui candidato novamente em 1996, tirando 225 votos. Fui eleito em 2000 pelo PL como vice-prefeito, também fui diretor legislativo da câmara de Amarante no período de 1991-2000. (Entrevista pastor Wilson Dantas).30/04/2021.

A segunda categoria de pergunta tenta analisar a percepção dos pastores evangélicos em relação ao voto, bem como tentar entender as motivações que levaram a organização das AD para sua entrada no campo político no Brasil e na cidade de Imperatriz. O entrevistado foi perguntado sobre quando teve a percepção para a política local. O professor Dr. Moab Cesar, respondeu:

Esse caminho vai iniciar, no geral, quando a Igreja Católica desce do trem da ditadura militar e os evangélicos sobem. Os protestantes, por sinal, ocupam canais de TV, com espaço e benefícios. Depois vai acontecer um processo chamado coronelismo nas Assembleias de Deus por parte dos pastores presidentes de convenção ou das igrejas. O surgimento do personalismo é promovido pelo seguimento neopentecostal,

entendeu? Isso tudo faz com que o sujeito queira crescer, queira se produzir, queira se tornar cada vez maior, mas são muitos elementos, no frígir dos ovos, é tudo uma conquista de poder, porque o campo político era antes, o quê? PROIBIDO. Depois passou a ser tolerado, passou a ser aceito, e agora é estimulado a conquista do campo político. (Entrevista prof. Dr. Moab César). 27/01/2021.

Outros elementos pontuados pelo professor são as ameaças ideológicas: de que o Brasil iria virar uma Cuba, os pastores terão que casar os homossexuais, vão aprovar o aborto, vão aprovar o divórcio, a Igreja Católica vai voltar a ser igreja oficial, haveria uma nova constituinte, entre outros. Era necessário que os evangélicos participassem do cenário político para estancar determinadas agendas contrárias à fé judaico-cristã. Essa percepção está fortemente presente na militância e na política local da igreja. Os demais entrevistados justificam essa atividade, alegando o perigo das ameaças que rondam a sociedade moral que eles defendem, longe do comunismo e dos partidos de esquerdas que defendem tais pautas consideradas espúrias.

A orientação política da igreja é corporativista, a partir da defesa da fé cristã nos moldes internos da instituição. Por isso incentivavam a participação dos seus pares na política local e regional.

O vereador evangélico tem que defender as causas do reino de Deus, ele é um representante do povo, mas tem uma classe. Tem o vereador que leva uma bandeira. Um exemplo, hoje para umas das nossas igrejas fazer uma cruzada, se ele for lá fechar uma rua, a secretária do Meio Ambiente multa ele, tem que pagar 195 reais, ele tem que comunicar ao Centram e bombeiro. É certo, só que pelo fato de sermos igreja, a igreja vive de doação, então poderia ser liberado alguma classe, olha, temos a isenção de IPTU, lei federal. Aqui no município teve uma “zuada” sobre as duas vereadoras que não fizeram nada. Cartilha gay na escola, não foi passando no congresso, chegou em Imperatriz, não tínhamos vereadores, foi aprovado a cartilha gay no município, a Francisca lô que trabalha no IBad viu e decidiu juntar para pressionar, juntamos os pastores e lotamos a Câmara, pressionando, conseguimos a maioria dos vereadores e foram tirados. O plano municipal de educação do município, então, assim a importância é essa. Na hora de prejudicar a classe, os vereadores batem em cima da igreja? (Entrevista Raul Ribeiro). 21/01/2021.

Além das pautas contra as ideologias mais progressistas, percebe-se também uma preocupação em relação ao funcionamento das atividades que a igreja executa na cidade. Surge a necessidade do representante político para a defesa não somente da fé cristã, mas da igreja enquanto instituição. É nítido na fala do presbítero Raul Ribeiro, quando fala da isenção de alguns impostos, como o IPTU e quando se trata do funcionamento da IEADI na cidade. Na época, já se tinha uma bancada dita evangélica na Câmara Municipal de Imperatriz, composta por quatro vereadores. Segundo o presbítero, as duas vereadoras eleitas pela AD na cidade não se movimentaram adequadamente. Outra justificativa que legitimava a entrada do político evangélico no cenário local, na perspectiva dos entrevistados, estava em assegurar as atividades

desenvolvidas pela IEADI, como a isenção de taxas e licenças, para a realização de cruzadas e eventos de grande porte, buscando benefício imediato.

O pastor Célio Henrique, secretário político da Convenção, fala dos evangélicos: “nós somos recriminados em tudo”. Assim, é importante ter representantes diretos em qualquer esfera política, porque quando se tem um mandato, “as coisas mudam, você tem livre acesso aos leitos de hospitais, tem mais facilidades para a realização de grandes eventos, as portas se abrem”. (Entrevista, pastor Célio, 04/01/2021). Ele cita o exemplo da Igreja Católica na cidade, que teria tratamento diferenciado. Segundo o pastor, os evangélicos foram tolhidos de realizar eventos no Estádio Frei Epifânio da Abadia, estádio municipal, com o discurso de que estavam estragando o gramado. Mas os católicos, “o bispo todo ano lota o estádio com a programação do *Corpus Christi*”.

4.3.1 Percepção da instituição em relação a partidos políticos

Sobre o relacionamento que a IEADI tem com partidos políticos, quando perguntado sobre essa questão, o professor Moab Cesar aponta que nesse meio, “o partido é apenas um trampolim, o partido não é mais importante que o indivíduo”. Isso se evidencia na fala do pastor Célio, quando o mesmo afirma: “nós queremos é o mandato”, se tivéssemos condições de concorrer eleições sem precisar do partido assim faríamos. Essencialmente, foi isso que aconteceu em 2018, quando o presidente nacional do PROS, Gastão Vieira, sentiu-se traído ao perceber o itinerário das provisórias liderados pelos pastores na região Sul do Estado. Ele tinha aberto o partido para a Assembleia de Deus, além de prometer apoio financeiro em troca de apoio político, e no final das contas, o acordado não lhe parecia está sendo cumprido.

O PROS foi usado como trampolim, o PSC, qualquer partido que prospecte uma eleição mais segura você vai pra ele. Eu não vejo se discutir ideologia de partido, isso é natural e todo mundo faz isso. Olha o Sarney que é o cara da extrema direita, ele coloca o LULA como se fosse distinto dos outros, quantos da esquerda foram se filiar em partidos de direita e vice-versa para se viabilizarem politicamente. Então no Brasil são pouco os partidos que tem projeto muito sério. É uma prática da política brasileira. (Entrevista Prof. Dr. Moab César). 27/01/2021.

Segundo o Dr. Moab Cesar essa prática não é específica dos assembleianos, mas um comportamento da política brasileira.



PR. JOSÉ ALVES CAVALCANTE (PRESIDENTE DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIAS DE DEUS EM AÇAILÇANDIA E DA COMADESMA NO SUL DO MARANHÃO E OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO) E FLÁVIO DINO (GOV. DO MARANHÃO). 29º AGO – ASSEMBLEIA GERAL DE OBREIRO, OCORRIDA EM JANEIRO DE 2018.

A visita do Governador Flávio Dino (PCdoB) à Convenção em 2018 foi considerada estratégica no tocante ao apoio à candidatura do Pr. Cavalcante e sua chegada ao legislativo do Estado. “Quando o assunto é chegar ao poder, as ideologias são colocadas de lado e o projeto comum entre a religião e a política partidária se fundem, compondo uma amálgama que se projeta acima de qualquer outra questão”. (COSTA, 2020, p.97-111). No entanto, o alvo dos questionamentos aqui não foram todas as siglas partidárias, o foco foi nos partidos de esquerda, tentando entender o que os membros, lideranças pastorais ou políticas da denominação entendem sobre a discussão ideológica da política partidária da esquerda brasileira. Questionados sobre isso, foram unânimes em afirmar que os partidos de esquerda são contra a família, a moral e os bons costumes, deixando entrever, inclusive, que a culpa da corrupção, bem como da crise política e econômica que o Brasil enfrenta tem seus culpados identificados, projetando na esquerda todas as mazelas.

De maneira geral, a AD em Imperatriz, considera que a “esquerda é do demônio”, e “a direita é de Deus”. Muitos pastores dizem que preferem votar em “um cachorro” do que votar em algum candidato da esquerda. (Entrevista, Moab). Questionado sobre o que achava dos partidos de esquerda, o Pastor Raul, líder maior da IEADI, respondeu:

Existem dois pensamentos, o primeiro como, igreja, sempre está com pé atrás por causa da ideologia que vai de encontro à Bíblia. Ideologia, valorização do aborto, esses partidos que apoiam isso, há uma rejeição. Por outro lado, existe o planejamento de Deus para o mundo. Deus e os profetas disseram que isso iria acontecer, todas essas

coisas estão preditas nas Escrituras. Então é preciso que alguém cumpra essas coisas, por que é bíblico. (Entrevista Pastor Raul). 26/02/2021.

Para o pastor Raul, seguindo a expectativa bíblica em relação ao final dos tempos, de uma ampla degradação moral, ele acredita que os partidos de esquerda são os instrumentos para cumprir esses propósitos, instaurando os dilemas morais que a sociedade pós-moderna vive atualmente. Para ele, as novas pautas no campo político, como a ideologia de gênero, aborto, legalização da maconha, são cumprimento da profecia, mas que por vinculado a agentes negativos, a igreja não se aliaria.

Outra percepção é a de que os que se declaram mais esclarecidos, como as lideranças que dizem defender a Bíblia, expressam mais sua repulsa aos programas dos partidos de esquerda. Em contrapartida, a parte dos evangélicos não dada à apologética, não se importa muito com essa discussão.

Questionados em qual partidos os entrevistados votaram nas últimas eleições, dois deles declararam que para o governo do Estado não votaram no candidato do PCdoB, atual governador, por conta do partido. Os demais declararam apoio ao candidato comunista, alguns deles, justificando o seu voto com o discurso de não votar em partido, e sim em pessoas, sendo interpelado pela possível incoerência.

Para o Senado, a IEADI demonstrou apoio ao CIDADANIA, tendo como grande liderança a filha de pastor, Eliziane Gama, e Weverton Rocha, do PDT, ambos conquistaram suas cadeiras no Senado. Em relação aos presidenciais, dos 7 entrevistados, somente 1 não votou no candidato do PSL. Questionados por que a escolha no candidato do PSL, afirmaram que foi por falta de opção, além ser o único nome que defendia a pauta da família e da moral, e por ser um candidato cristão que, em seu histórico de vida pública, não tinha caso de corrupção, ou algo que abonasse sua conduta.

Bolsonaro, por falta de opção, eu votei nas eleições anteriores na Marina. Nós, evangélicos, não temos muitas opções. Surgiu uma opção em 2012 com Garotinho, teve muito voto dos evangélicos no Brasil, mas se envolveu em investigações, decepcionando os evangélicos. Aí surge Marina e Pastor Everaldo. Marina passou a ser a candidata do voto evangélico. Nas últimas eleições Marina foi encurralada com perguntas e questionamentos ideológicos, ideologia de gênero, casamento gay, homossexual, essa questão de aborto ela não correspondeu com que o povo evangélico queria. (Entrevista pastor Célio Henrique). 04/01/2021.

Outras virtudes foram vistas no candidato do PSL em 2018. Para muitos membros da IEADI, ele seria independente, além narrativas eleitoreiras em torno de alguns valores, defensor da família tradicional, do conservadorismo, do direito do pai educar seu filho e não deixar o Estado influenciar, etc. Para o professor Moab Cesar, o candidato do PSL se tornou o

“bezerro de ouro da política da direita evangélica”. Esse discurso se espalhou do campo político e ecoa nas lideranças pastorais. A IEADI tem legitimado esse discurso.

4.3.2 Das estratégias e trabalho do voto na igreja

O voto da igreja é trabalhado em diversas frentes, embora o Ministério Público esteja fiscalizando o abuso de poder religioso, as estratégias se aperfeiçoam para a capitulação do voto dos fiéis. Do trabalho com os pastores ao membro nas congregações, palestras, eventos com mulheres, é feito um amplo trabalho de conscientização para a canalização do voto assembleiano.

A estratégia com os pastores é utilizar as reuniões periódicas, chamadas de reuniões ministeriais, para divulgação dos candidatos oficiais que a igreja deve apoiar nas eleições. Essas reuniões são mensais em cada congregação, tornando-se um importante mecanismo de controle. Outra frente se dá nos demais níveis da hierarquia, envolvendo os líderes de departamentos, como o de jovens e o de mulheres, que são instrumentalizados como cabos eleitorais.

Conforme o pastor Célio, a atuação do Ministério Público dificultou a articulação interna da igreja, dado que proibiu o uso do púlpito para campanha política, além das reuniões no templo com fins eleitorais. A saída foi através das lideranças, “onde as coisas fluem”. Não se tem mais como entrar na igreja e fazer uma reunião fechada, “agora, você tendo a liderança, você consegue trazer o povo”. (Entrevista, Célio). 04/01/2021.

Outra estratégia é levar o candidato em determinada congregação, apresentá-lo como candidato oficial, conceder uma rápida saudação e ao final do culto, entregar santinhos na porta do templo pedindo voto. Em um culto de jovens observado pelo pesquisador, ao término, os presentes foram conclamados ao anexo da igreja, onde foi apresentado o candidato X, acompanhado do pedido de apoio majoritário ao candidato.

4.3.3 Dos desafios que os candidatos do sexo feminino enfrentam no campo político

Como visto, em 2016 a IEADI elegeu duas vereadoras, Irmã Telma e Maura Barroso. Em 2020 foi eleita a vereadora Cláudia Batista, que chegou como uma das favoritas a conquista da cadeira. Mesmo assim, as dificuldades ainda são enormes. Trata-se de um espaço ainda preparado e dominado pelos homens. Segundo a Irmã Sandra, que foi candidata a vereadora pelo PTB, secretária da pasta mulher, 30% das vagas são destinadas a candidatas do sexo feminino, mesmo assim sentiu as dificuldades em relação às condições que o partido oferecia: “nós somos excluídas, as vezes a mulher não tem condição, mas tem vontade”.

Segundo a vereadora, a lei tem sido benéfica a favor das mulheres, “o nosso repasse será maior que o dos homens”, assim esperava a candidata. (Entrevista irmã Sandra Matos). 12/08/2020.

Na realidade, a própria legislação obriga o partido a fazer eventos. Nós fizemos um evento na época do PROS, trouxemos uma presidente nacional do partido que é a Maria e fizemos um encontro. No PTB nós chegamos a fazer um encontro, um pequeno seminário, e algumas duas ou três reuniões, tivemos um encontro de empoderamento feminino em São Luís. O Fundo partidário é para as capitais e as grandes cidades, e para candidatura de prefeito, o partido não era obrigado a disponibilizar para todas. (Entrevista irmã Sandra Matos). 12/08/2020.

Na prática, não foi bem como o imaginado pela candidata a vereadora. Segundo ela, o fundo partidário existe, como veio para o partido nas eleições de 2020, mas segundo o presidente do diretório de Imperatriz, Pastor Célio Henrique, que também foi candidato, a ajuda só alcançou para pagar os custos dos advogados para os candidatos e os contadores para a prestação de contas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada e consolidada nesse relatório, empenhou-se em investigar as carreiras, trajetórias e percepções de agentes religiosos da Igreja Assembleia de Deus de Imperatriz que se notabilizaram pelo investimento e/ou ocupação de cargos eletivos contemporaneamente, tendo como base a análise das opiniões dos agentes políticos confessionais (pastores, líderes institucionais, pré-candidatos, candidatos eleitos) sobre a importância da política no contexto contemporâneo e a relação desse segmento religioso local com a esfera política. Importa destacar que as pesquisas referenciadas foram fundamentais para estruturar metodologicamente essa investigação. Ressalta-se, em particular, aquelas pesquisas que captaram as percepções subjetivas e avaliações de lideranças pentecostais a respeito das relações entre religião e política, e a respeito de sua própria experiência e desafios.

Os pentecostais ingressaram na arena política, impelidos pelo temor de que a Igreja Católica estivesse disposta a tentar ampliar seus privilégios frente ao Estado brasileiro na Constituinte. Essa perspectiva era compartilhada com outros grupos. (MARIANO, 2011; FRESTON, 1993). No período da ditadura militar, entre os anos de 1964 a 1985, embora afastados da política partidária, os evangélicos constituíam uma pequena parte da população, mas passaram a se articular com os meios de comunicação e deixaram seu “absenteísmo” em relação à política partidária.

A Igreja Católica, levada por mudanças internas, decide não apoiar os governos militares. Com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e na perspectiva teológica da Teologia da Libertação, a instituição assume uma postura crítica em relação ao regime. Aproveitando esse vácuo, os evangélicos ocuparam a lacuna deixada pela católica. A partir de 1968, os evangélicos demonstraram apoio mais intenso ao governo militar. Para constatar isso, basta observar os principais meios de comunicação das instituições evangélicas da época, os jornais, que naquele tempo exerciam forte influência na orientação política dos membros.

O final do século XX no Brasil foi o cenário que registrou algo surpreendente na relação Igreja-Estado-Política. A Assembleia Nacional Constituinte de 1986, simbolizava não somente a redemocratização no país, senão também ensejou o vigoroso ativismo pentecostal na política partidária nacional. (FRESTON, 1993). O projeto se concretizou com 33 deputados constituintes eleitos. A Assembleia de Deus se notabilizou, elegendo 13 deputados constituintes, estreando no sistema político, mostrando sua força. Esse momento simbolizava a alteração do perfil das denominações pentecostais frente ao campo político.

Até o início dos anos de 1980, os pentecostais se auto excluíaam da política partidária, intensificando o seu lema “crente não se mete em política”. Até meados de 1970, mesmo com a participação velada dos evangélicos em apoio ao governo militar, e a tentativa de várias lideranças pastorais de querer naturalizar o tema *política e igreja*, as resistências eram perceptíveis. Para uns prevalecia o dever de votar no governo, enquanto para outros, a igreja não deveria se envolver com a política. Esta preocupação era defendida pelos primeiros pastores fundadores da IEADI em Imperatriz. Com o passar dos anos, prevalece a tendência de atuação direta no campo político. Atualmente, a IEADI em Imperatriz é um importante agente religioso e político.

Em Imperatriz, a postura mais recuada das Assembleias de Deus em relação à política resistiu até meados dos anos 2000-2002, o ponto de inflexão. A partir de 2007, percebe-se nas Assembleias de Deus em Imperatriz, projetos mais ousados e justificativas, as mais variadas, para a entrada da igreja no campo político como agente. Antes disso a igreja teve alguns representantes esporádicos, mas sem o apoio institucional. Nos últimos anos, as Assembleias de Deus em Imperatriz tiveram seus pares atuando na gestão pública. No início, a igreja não declarava apoio publicamente aos candidatos, mas se posicionava ao lado do poder estabelecido. Atualmente, declara apoio abertamente e tem candidato oficial.

Depois de 2014, outras figuras se associaram à instituição em sua conquista do espaço público: Pastor José Alves Cavalcante, Zesiel Ribeiro, Irmã Telma, Maura Barroso, Rubinho Lima, Renê Sousa, Claudia Batista, todos ligados às Assembleias de Deus de Imperatriz ou região, e já exerceram ou exercem algum cargo eletivo, seja para vereador ou deputado.

No tocante as eleições de 2018, o projeto oficial das Assembleias de Deus no Estado do Maranhão conquistou duas vagas no legislativo do Estado. A primeira representada pelo pastor Cavalcante, presidente da COMADESMA, e a segunda, por Mical Damaceno, filha do ex-presidente da CEADEMA, Pedro Aldir Damaceno, ambos pelo PROS, partido considerado de esquerda e com apoio do governador Flávio Dino (PCdoB). Quando o assunto é chegar ao poder, as ideologias são colocadas de lado e o projeto comum entre a religião e a política partidária se fundem, numa dinâmica política onde o “sagrado” e o “profano” se unem para atingir objetivos específicos e, ao mesmo tempo, rompem relações para atingirem novas metas. Conquistados os objetivos iniciais, retomam-se os velhos discursos e as velhas práticas. Um exemplo, é o caso do pastor Pedro Aldir Damaceno, pai da deputada eleita pelo PROS e com o apoio da esquerda maranhense em 2018. O mesmo criticou a tomada de posição da senadora eleita e membro das Assembleias de Deus, Eliziane Gama, por manifestar apoio e voto a favor

do candidato do PT, Fernando Haddad, no segundo turno das eleições presidenciais que elegeu Jair Bolsonaro.

Muitos líderes e membros das Assembleias Deus declararam que se Eliziane tivesse manifestado apoio a Haddad antes do primeiro turno da eleição, jamais teriam apoiado a então candidata ao Senado. Foram emitidas várias manifestações contra a senadora e até notas de repúdio, inclusive entre os vereadores eleitos pela Assembleia de Deus em Imperatriz.

Como estratégia para se galgar posição no campo político, modificam-se as narrativas e discursos sempre que necessário. As lideranças políticas das ADs no Estado, por exemplo, defendiam até 2018 o jargão: “não votamos em partido, votamos em pessoas”, com o intuito de barganhar o apoio e defender o nome do governador classificado como comunista. Nesse sentido, o que esperar para as eleições de 2022? O cenário indica que serão marcadas por novas posições e narrativas, tendo em vista a percepção dos membros das ADs de Imperatrizem relação aos partidos de esquerda. As duas principais lideranças políticas representantes da igreja, pastor Cavalcante ao sul do Estado e Mical Damaceno na capital, terão enorme desafio na construção discursiva de suas propostas. Um caminho é seguir a voz majoritária da igreja, que diz não se aliar a governos e partidos de esquerda, um caminho arriscado para a vida política de ambos os deputados, pois, deixando o apoio da esquerda, Cavalcante e Mical precisarão caminhar sozinhos, do ponto de vista do financiamento das suas campanhas. O segundo, é se aliar aos candidatos da esquerda, ser malhado pelas bases, mas com possibilidades de uma possível chegada ao novo cargo pretendido, o de deputado federal.

Por fim, o que se percebe, tanto na esfera nacional, quanto nos níveis estaduais e municipais, é que os evangélicos chegaram para ocupar esse espaço. Deixaram o perfil sectário e avesso à participação política e querem o protagonismo. É visível a estrutura e estratégia que a Igreja Assembleia de Deus em Imperatriz investe. O envolvimento da instituição no cenário político corresponde a uma nova forma de se relacionar com a sociedade, visto que em outros tempos a denominação se mantinha afastada das discussões político-partidárias, e atualmente, toma forma e incorpora sua militância também no campo político.

No tocante à participação dos pentecostais na política, a pesquisa indica a tendência dos legisladores de segmentos evangélicos de apresentarem projetos que contrariam as demandas atuais dos movimentos feministas e homoafetivos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como pautas de cunho moral, como família e “bons costumes”.

A interseção entre pentecostais e a esfera política se traduziu em duas vertentes analíticas para a explicação da relação entre religião e política. A primeira, estabelece um contato entre a “agenda moralista” dos políticos pentecostais com o movimento da Maioria

Moral, em relevo nos EUA, classificando-o como a nova direita brasileira cristã. A segunda, percebe as causas da politização desses segmentos na relação de força entre o campo político e o religioso, pondo em questão a ideia de que a doutrina pentecostal só poderia fomentar ações políticas de ordem conservadoras. A atuação dos políticos evangélicos tem sido dessa natureza.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Gedeon. **Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus.** Assembleia de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946). Dissertação (Mestrado). Universidade Metodista de São Paulo, 2000.
- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e crise brasileira. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v.38, n.1, jan./apr. 2019 Epub May 06, 2019.
- ALMEIDA, Ronaldo. ‘’ A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo.’’ 2017. DOSSIÊ CONSERVADORISMO, DIREITOS, MORALIDADES E VIOLÊNCIA.
- ALMEIDA, Joede Braga de. **O sagrado e o profano: construção e desconstrução dos usos e costumes nas Assembleias de Deus no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.
- ALMEIDA, Adroaldo José da Silva. Pelo Senhor Marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.
- ALVES, Sebastião Cleyton. **História da Assembleia de Deus em Imperatriz.** Imperatriz: IEADI, 2002.
- ANTONIAZZI, Alberto et al. **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- AYRES, Marcelo Camurça Lima. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 25, 2019.
- AYRES, Marcelo Camurça Lima. Um Poder Evangélico no Estado Brasileiro? Mobilização Eleitoral, Atuação Parlamentar e Presença no Governo Bolsonaro. **Nupem**, Campos Mourão, v.12, n.25, 2020.
- BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil.** São Paulo: Annablume; São Bernardo dos Campos: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.
- BAPTISTA, Saulo. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no congresso nacional (1999-2006).** Tese (Doutorado). Universidade Metodista de São Paulo, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas: introdução, organização e seleção** Sergio Miceli. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Introdução a Sociologia Reflexiva.** In O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu avec Löic Wacquant: réponses.** Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e campo. *In: O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

BURITY, Joanildo. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? la coyuntura postimpeachment en Brasil. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v.22, e020015, 2020.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? *In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (orgs.). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Unicamp, 2018. p.15-66.

BURITY, Joanildo. **A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos**. Rio de Janeiro: v.57, n.3, 2014.

BURITY, Joanildo A. Religião, voto e instituições: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. *In: J. A. Burity; M. D. C. Machado (orgs.). Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana, 2006.

CAMPOS, Leonildo S. **Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARREIRO, Gamaliel Silva. Sobre a lógica do voto evangélico no Brasil: filiação religiosa e seu impacto na política brasileira. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v.7, n. 2, p.66-100, jul./dez. 2017.

_____. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **Revista USP**, São Paulo. n. 67, p.100-115, 2005.

CONDE, Emílio. **História das Assembleias de Deus**. Belém: CPAD, 1960.

COSTA, Moab César Carvalho. **Mudança de ethos do pentecostalismo clássico para o neopentecostalismo**. Estudo de caso: a Assembleia de Deus em Imperatriz-MA. (Mestrado em Ciência da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

COSTA, Moab César Carvalho. **O aggiornamento do pentecostalismo: as Assembleias de Deus no Brasil e na cidade de Imperatriz-MA (1980-2010)**. (Doutorando em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.

COSTA, Moab César Carvalho. **As estratégias de inserção das Igrejas Assembleias de Deus no Campo Político e a Ressignificação dos valores do Pentecostalismo Clássico (1985 – 1986)**. Recriar: São Paulo, 2018, p.187 – 203.

CUYABANO, Felipe Otávio de Souza. **A política da salvação: a política e o encantamento de Igreja Universal do Reino de Deus em Cáceres**. São Paulo, 2009.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DE MATOS, Alderi Souza. O Movimento Pentecostal: Reflexões a Propósito do seu Primeiro Centenário–Parte1. **Vox Faifae: Revista de Teologia**, Goiânia, n. 1, v. 3, 2011, pp.1-17.

DELLA CAVA, Ralph. 1976. Igreja e Estado no Brasil do século XX. Sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916/64. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 12, p.05-52.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?** A bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

FARJADO, Maxwell Pinheiro. **Assembleia de Deus no Brasil: uma Igreja que cresce enquanto se fragmenta**. Assis: UNESP, 2015.

FERNANDES, Rubem César. O debate entre sociólogos a propósito dos pentecostais. **Cadernos do ISEER**, n.6, p.57-58, 1977.

FONSECA, André Dioneu. Informação, política e fé: o jornal Mensageiro da Paz no contexto da redemocratização do Brasil (1980-1990). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 279-302, 2014.

FRANKLIN, Adalberto. LIMA, Valdizar. **Repressão e resistência em Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2016.

FRESTON, Paul. **Protestante e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese (Doutorado em Sociologia). Unicamp, 1993.

FRESTON, Paul. Evangélicos na política brasileira. **Religião & Sociedade**, n. 16, v. 1-2, p.26-43, 1992.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, p.47-52, 2004.

GIUMBELLI, Emerson. A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 21, 2001, pp. 87-120. Disponível em: <http://docplayer.com.br/9201342-A-vontadedo-saber-terminologias.html>.

GIOPPO, Fabrizia, LIMA, Rodrigo. Imperatriz do Maranhão: proposição para a compreensão do processo de ocupação e consolidação da cidade. **GeoTextos**, v. 14, n. 2, p. 117-141, dez. 2018.

GONÇALVES, Rafael Bruno **Bancada evangélica?** Uma análise do discurso parlamentar evangélico durante a 52ª Legislatura da Câmara Federal. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas, 2011.

GONÇALVES, Eduardo. A Deus o que é de César. **Abril**, São Paulo, a. 52, n. 19, ed. 2633. 2019.

HENRIQUE, Célio. **De Ovelha a Pastor: a vida, trajetória do pastor Raul Cavalcante Batista**. Imperatriz: Ética, 2010.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil Contemporâneo**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.35, n.2, Dec.2015.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civita: Revista de Ciências sociais**, Porto Alegre, v.11, p. 238-258, 2011.

MARIANO, Ricardo. **Neo Pentecostais: sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2019 (Coleção Temas Sociais).

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Etnográfica**, v.13, n.1, p.7-16, 2009.

MOTA, Elba Fernanda Marques. **Representações de si e prática da escrita na religião: a produção de Estevam Ângelo de Souza na Assembleia de Deus do Maranhão (1957-1996)**. Elba Fernanda Marques Mota, 2013.

NERIS, Wheriston Silva. **Igreja e Missão: religiosos e ação política no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, 2014.

NERIS, Wheriston Silva. Religiões e Religiosidade no Brasil: História, Historiografia e Ensino/ Ítalo Domingos Santirocchi, Marcia Milena Galdez Ferreira, Wheriston Silva Neris, (Orgs.). São Luís: UEMA, 2018.

NOVINSKI, Anita. Os Cristãos Novos no Brasil colonial: reflexões sobre a questão do marranismo. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 67-75, 2000.

OLIVEIRA, David Mesquiati. Igrejas pentecostais e sua atuação política recente no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Passo Fundo, a.XIII, n.37, 2020.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. A teoria do trabalho religioso com Pierre Bordieu. In: TEXEIRA, Faustino (org.). **Sociologia da Religião: enfoques teóricos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. **Civitas**, v.11, n. 2, p.221-237, 2011.

ORO, Ari Pedro. **Avanço pentecostal e reação católica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORO, Ari Pedro. A “reconquista espiritual da Europa” pelos evangélicos latino-americanos. **Sociedad y Religión**, Buenos Aires, n.39, v.23, p. 100-116, 2013.

ORO, Ari Pedro. O global e o nacional num encontro evangélico internacional em Buenos Aires. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, n. 14, v. 13, 2011, pp. 43-65.

- ORO, Ari Pedro. Transnacionalização religiosa. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 16, v. 2, 2009.
- ORO, Ari Pedro. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v.11, n. 2, 2011.
- PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- PEDDE, Valdir. O poder do pentecostalismo: a experiência do Espírito Santo. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, n.3, v.37, 2013, p.243-260.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p.104-132, 1989.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Representação de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio. PRANDI, Reginaldo (Orgs.). **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 136-191.
- POMPA, Cristina. Introdução ao Dossiê Religião e Espaço Público: repensando conceitos e contextos. **Religião & Sociedade**, v.32, n.1, p.157-166, 2012.
- ROMEIRO, Paulo. **Decepcionados com a Graça: esperanças e frustrações no Brasil neopentecostal**. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.
- SILVA, Rayfran Batista da. **História da Assembleia de Deus no Maranhão: Assembleia de Deus em São Luís 80 anos de pentecostes e evangelização**. São Luís: Edigraf, 2001.
- SOUSA, Bertone de Oliveira. **Uma perspectiva histórica sobre construções de identidades religiosas: a Assembleia de Deus em Imperatriz-MA (1986-2009)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFG, Goiânia, 2010.
- SOUSA, Bertone de Oliveira. A Assembleia de Deus e o Movimento Pentecostal na Cidade de Imperatriz (1952 – 2002): História, Memória e Identidade Cultural. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v.5, n.1, 2008.
- SOUSA, Bertone de Oliveira. **A Expansão da Assembleia de Deus em Imperatriz-MA: História e Constituição Identitária**. UFG. Goiás, 2009.
- TADVALD, Marcelo. Veredas do Sagrado: Brasil e Argentina no Contexto da Transnacionalização Religiosa. **Cirkula**, Porto Alegre, p. 367, 2015.
- TADVALD, Marcelo. **Adaptações da fé: análise antropológica da transnacionalização da Igreja Universal entre Brasil e Argentina**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2013.
- VIANA, Anaine da Silva. **Movimento pentecostal: a inserção do Pentecostalismo em Canal nas décadas de 70 e 80**. Monografia (Graduação em História). Universidade do Estado da Bahia. 2019.

VIERA, Edineyde Rodrigues Lima. **Neopentecostalismo e Pós – Modernidade**: um estudo sobre o neopentecostalismo e sua relação com a pós – modernidade. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), 2014.

<<http://apazdosenhor.org.br/portal/diretoria/>> Acesso em 16 de Dezembro de 2019.

<<https://sidra.ibge.gov.br>> Acesso em 13 de Dezembro de 2019.

ANEXO 01 – Modelo da entrevista de Pesquisa de Campo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.512, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – MESTRADO – Resolução n. 1774/2018 – CONSEPE

Pesquisador: Bezaliel Alves Oliveira Junior

Orientador: Prof. Dr. Wheriston Silva Neris.

Origens Sociais

Qual a sua idade?

O Sr. É natural de qual município?

O Sr. mora em que bairro, distrito ou localidade do município?

Qual é o seu grau de escolarização?

Que empregos ou atividades profissionais você desempenha atualmente?

Em quais instituições de ensino o Sr. estudou? Escolas públicas ou privadas?

Já fez curso superior? () Sim; () Não. Quais?

Participação política e social

1. O Sr. exerceu algum tipo de liderança (estudantil, sindical, associativa, religiosa, clubística, comunitária, etc.) ao longo de sua vida?
2. Poderia descrever como se deu a sua participação nesses espaços?
3. O que motivou o seu ingresso nessas organizações e espaços?
4. Qual Igreja Você congrega, Exerce liderança na instituição? Quais?
5. Você já participou de alguma campanha política? De que maneira?
6. O Sr. já foi filiado a partidos políticos? Quais e em que períodos?
7. Nas últimas eleições você votou em que partido?
8. Qual foi o seu último candidato à presidência? Por que escolheu esse candidato?
9. Como melhorar as condições de vida das pessoas em Imperatriz?
10. Quais as ações ou situações que você considera como decisivas para se ter engajado em uma campanha eleitoral?

Percepção dos pastores evangélicos e o voto.

1. Qual a relação entre o fato de ser pastor e líder político?
2. Como o Sr. administra a atividade pastoral e liderança política?
3. O fato de ser pastor ajudou a conquistar votos para algum candidato nas últimas eleições?
4. O que levou os evangélicos a se aproximarem da política?
5. Alguns anos atrás os evangélicos pregavam a separação entre religião e política. Em que momento houve essa aproximação?
6. Como os pastores justificam essa aproximação?

Percepção da instituição em relação a partidos políticos.

1. Qual partido a Igreja se aproximou nestas últimas eleições?
2. Qual leitura a Igreja faz dos partidos de esquerda?
3. Quais partidos a Igreja já concorreu as eleições Municipais e Estaduais? (2014/ 2016/ 2018/ 2020).
4. Como se dá essa aproximação?
5. Por que a Igreja não funda um partido político?
6. Qual a estratégia do partido atual para conseguir eleger seus candidatos nas eleições municipais de 2020?

(Grupo)/ Candidatos eleitos.

1. Qual é o papel da igreja (candidatos evangélicos) quando inserida no sistema político?
2. Poderia elencar os projetos desenvolvidos enquanto deputado/ vereador em seu mandato?
3. Os parlamentares assembleianos tem um projeto político ou agem em conformidade as orientações de seus respectivos pastores presidentes?
4. Como tem sido o retorno para a Igreja que ajudou a conquistar a eleição?
5. Por que outros candidatos em eleições passadas não lograram êxito em reeleição?

Perguntas avulsas

1. Qual é a forma de escolher os candidatos para representar a instituição nos pleitos eleitorais e que critérios são utilizados?
2. Existem candidatos que são da Instituição, mas que não estão concorrendo pelo partido escolhido pela igreja?
3. Quais as estratégias e trabalho do voto dentro da Igreja?
4. Existe algum trabalho desenvolvido dentro da Igreja para a capitulação de voto?
5. Quais as estratégias de voto fora da Igreja? Quais as estratégias usadas para assegurar votos de não evangélicos?
6. Os votos dos fiéis são suficientes para eleger um vereador em Imperatriz?
7. Como é avaliado o desempenho da campanha de 2014, 2016 e 2018?
8. Quais estratégias lograram êxito na campanha municipal de 2016, e a Estadual de 2018?

(Grupo)

1. Quais os desafios que os candidatos do sexo feminino enfrentam no campo político?
2. Quais as estratégias do partido para impulsionar a participação das mesmas nas eleições

ANEXO 02 – Projeto de Unificação Política

PROJETO DE UNIFICAÇÃO POLÍTICA**Comissão Política da IEADI - Projeto 2015****Presidente**

Ev. Célio Henrique

Membros

Pr. Edivaldo Santos

Joel Costa

Pr. Luiz Gonçalves

Maura Barroso

Pr. Raul Filho

A Comissão Política da IEADI tem como objetivo a formação, articulação e unificação dos agentes e projetos políticos da igreja.

Imperatriz – MA
2015

PROJETO DE UNIFICAÇÃO POLÍTICA

Comissão Política da IEADI - Projeto 2015

MISSÃO: Oferecer aos cristão/evangélicos de nossa IEADI/COMADESMA a formação e conscientização política através de palestras e seminários específicos; articular ações que vise à unificação e o alinhamento de agentes e projetos políticos.

VISÃO: Construir um projeto político solidificado e unificado contemplando todas as igrejas e agentes políticos de nosso ministério COMADESMA/IEADI.

METAS PARA 2015:

- 1) Palestra rápidas para liderança de Igrejas: 12
- 2) Seminários nas Igrejas: 12
- 3) 1ª Conferencia: O Cristão x A Política

PLANO DE AÇÃO

- 1 - Formação e conscientização política
- 2 - Mapeamento das forças políticas de Imperatriz, IEADI/COMADESMA
- 3 - Unificação e alinhamento das forças políticas da IEADI e da COMADESMA.
- 6 - Cronograma

1- FORMAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA

- ✓ **Palestras Rápidas para lideranças:** são palestras com duração máxima de 30 minutos, informativas com objetivos específicos, despertar as lideranças envolvidas sobre a importância do tema político.

Proposta: Realizar essas palestras com a liderança segmentada da igreja como: Pastores e esposas; obreiros; líderes de mocidade; círculo de oração; missão no lar; campanha de evangelização; músicos; professores da EDB; Curso de Missões; Curso de Obreiros e Bacharel em Teologia.

- ✓ **Seminários para Igrejas:** São Seminários rápidos ministrados por 3 ou mais palestrantes sobre temas políticos voltados para igreja, o objetivo é ensinar de forma bíblica e informativa a importância e a missão do cristão na política.

Proposta: Realizar um seminário por área da IEADI; Realizar seminários na sede dos campos da COMADESMA na área pertencente a Imperatriz.

- ✓ **1ª Conferencia O Cristão x A Política:** Um encontro ministrado por autoridades políticas tais como deputados, senadores e outros agentes políticos de destaque nacional.

Proposta: Reunir em um evento lideranças políticas e religiosas da igreja para discussão e debate político.

2 - MAPEAMENTO DAS FORÇAS POLÍTICAS DE IMPERATRIZ, IEADI/COMADESMA

- ✓ Fazer um mapeamento nas Congregações da IEADI e nos Campos da COMADESMA para identificar as forças políticas existentes dentro de nossas igrejas, ou seja, crentes que já participam ou são simpatizantes do processo político.

Proposta: Identificar-los e convidá-los a participar do processo de construção, unificação e formação político da Igreja.

3 - UNIFICAÇÃO E ALINHAMENTO DAS FORÇAS POLÍTICAS DA IEADI E COMADESMA.

- ✓ **A unificação e alinhamento das forças políticas:** é possível desde que haja em primeiro lugar um projeto de construção política coletiva e deixando para um segundo momento as idéias e projetos políticos individuais.
- ✓ **IEADI e COMADESMA:** As duas instituições religiosas devem alinhar os projetos as ações políticas por dois motivos básicos:
 - **Primeiro**, porque ambas pertencem ao mesmo ministério e estão numa mesma circunscrição política, a IEADI como um campo e a COMADESMA como Convenção dos demais campos atuantes em Imperatriz;
 - **Segundo**, porque o processo político partidário começa com a unificação de grupos políticos, quanto mais unidos estão os grupos, maiores as chances de vitória, se tivermos com a maioria dos nossos agentes políticos unificados num projeto e inseridos num grupo político partidário, com certeza teremos mais viabilidade de sucesso.

ANEXO 03 - Candidatos aprovados para o Plebiscito em 10-06-2007**PLEBISCITO EM 10-06-2007³⁵****Z.A 01 JUDÁ, EFRAIM, MANASSES, BENJAMIM**

01- JOSÉ PEDRO SILVA TORRES	CONG. TORRE FORTE – TRIBO JUDÁ
02- JOSÉ MÁRIO CÉLIO HENRIQUE	CONG. JERUSALEM – TRIBO JUDÁ
03- MARIA DE JESUS PINHO	CONG. JERUSALEM – TRIBO JUDÁ
04- MESAAC CIRQUEIRA	CONG. JERUSALEM – TRIBO JUDÁ
05- SILVIA SOUSA GARCIA DAHER JUDÁ	CONG. MONTE TABOR – TRIBO

Z.A 02 ZEBULON, ISSACAR, ASER, NAFTALY

01- GILLES NEPONUCENO MENDES ZEBULON	CONG. ROSA DE SARON – TRIBO
02- MILTON FERREIRA TRIBO ZEBULON	CONG. JARDIM DAS OLIVEIRAS –
03- FRANCISCO ALBERTO SOUSA ISSACAR	CONG. HERDEIROS DE SIÃO – TRIBO
04- JOÃO FRANCISCO DA SILVA ZEBULON	CONG. VALE DE BENÇÃO – TRIBO
05- ZESIEL RIBEIRO DA SILVA TRIBO ASER	CONG. ESTRELA DA MANHÃ –

Z.A 03 GADE, RUBEN, LEVI, SIMEÃO

01- IRAILDO SILVA COSTA	CONG. LÍRIO DOS VALES – TRIBO LEVI
02- JOSÉ DE ARIMATÉIA PESSOA	CONG. CRISTO REI – TRIBO RUBEM
03- LUIS DE SOUSA LIMA	CONG. LÍRIO DOS VALES – TRIBO LEVI
04- MARCIO RENÉ GOMES DE SOUSA	CONG. MANAIM – TRIBO SIMEÃO
05- MAURA ROGÉRIA RODRIGUES	CONG. OS LEVITAS – TRIBO LEVI
06- NEHILTON ALENCAR SILVA	CONG. FORTE DE ELIM – TRIBO LEVI

³⁵ Material cedido pelo secretário adjunto do Conselho Político da IEADI em 2007, pastor Jeniel Sousa.
Z- Zona/Polo.

ANEXO 04 - Candidatos aptos a concorrer eleições pelo PROS

LISTA DOS 28 CANDIDATOS APTOS

Fonte: TRE: Acesso dia 04/05/2021

UF	Município	Partido	Número do(a) candidato(a)	Nome do(a) candidato(a)	Nome do(a) candidato(a) (urna)	Cargo	Situação da candidatura	Detalhe situação candidatura	Data eleição	Situação de totalização	Div cand.
MA	IMPERATRIZ	PROS	90789	FRANCISCO JUNIOR SENA LIMA	JUNIOR LIMA	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90090	MARCIO RENE GOMES DE SOUSA	RENÊ DO IRMAO SOUSA	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90777	JOSIVALDO DOS SANTOS MELO	JOSIVALDO JP	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90556	ROSINETE NONATA DA SILVA	PROF ROSINETE	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90900	ALEXSANDRO SILVA OLIVEIRA	ALEX CELULAR	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90333	JOSE GONZAGA BAIANO DA SILVA	GONSAVA SILVA	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90987	KENNY DE CARVALHO PAULA	KENNY DE PAULA	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90001	ANTONIO CARLOS FERREIRA	TOINHO DA BEIRA RIO	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90444	MAURA ROGERIA RODRIGUES BARROSO SANTOS	MAURA BARROSO	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Eleito	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90345	ANTENOR PEREIRA LIMA	PASTOR ANTENOR	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90567	IDALECIO GIGANTE GRAMA	GIGANTE FEDERAL	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90007	DENIS FRANCALINO FERNANDES	DENIS FRANCALINO	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90191	MARIA RITA DA SILVA BANDEIRA	MARIA RITA	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90190	RAYLENE SANTOS SOARES	RAYLENE SOARES	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90101	ROSA MARIA SILVA DE CARVALHO	ROSA JK	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90222	CARLITO DA SILVA ROMAO	CARLITO DO SALAO	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90152	LIDIO CRUZ SANTOS	LIDIO CRUZ	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90006	PEDRO CARVALHO DA SILVA	PEDRO PENIEL	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90600	EVALDO ALVES GOMES	EVALDO ALVES	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90888	FRANCISCA GEILA FREITAS SANTOS	IRMÃ GEILA	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90110	MARIA ZELMA SALVIANO DA LUZ	IRMA ZELMA	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90999	ROBSON SOUSA SILVA	DR. ROBSON	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90234	MARIA TELMA DE SOUSA ROCHA SILVA	IRMA TELMA	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Eleito	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90002	JOSE DE ARIMATEA PESSOA	ARI	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90555	MARIA DAS GRAÇAS MACEDO BANDEIRA	PROF GRAÇA	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)
MA	IMPERATRIZ	PROS	90111	JOAO ADONIAS DIAS REIS	DIAS	Vereador	Apto	Deferido	2.10.2016	Suplente	Acessar candidato(a)

ANEXO 05 – Imagens



Flávio Dino em reunião da Convenção dos Ministros das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Maranhão (Comadesma), em junho de 2018, em Imperatriz. Agosto de 2018. (<https://www.blogsoestado.com/> acesso em: 02/04/2021).



Atendendo a um convite do Pr. José Alves Cavalcante (Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Açailândia e da Comadesma no Sul do Maranhão e outros Estados da Federação), o governador Flávio Dino (PCdoB) e sua comitiva, composta por deputados federais, estaduais, secretários de Estado e outras lideranças políticas, estiveram em Açailândia, onde participaram do encerramento da 29ª Assembleia Geral Ordinária da Comadesma. Jan. 2018. (<https://www.amarcosnoticias.com.br/> acesso em: 02/04/2021).